



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**DAVI ANTUNES DA LUZ**

**A BOLÍVIA COMO NAÇÃO INCONCLUSA:  
O Indígena e a Luta de Classes do governo Sucre à Rebelião de 1899**

Florianópolis

2022

Davi Antunes da Luz

**A BOLÍVIA COMO NAÇÃO INCONCLUSA:**

O Indígena e a Luta de Classes do governo Sucre à Rebelião de 1899

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Augusto de Paiva.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Luz, Davi Antunes da

A Bolívia como Nação Inconclusa : O Indígena e a Luta de  
Classes do governo Sucre à Rebelião de 1899 / Davi Antunes  
da Luz ; orientadora, Beatriz Augusto de Paiva, 2023.

142 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, , Programa de Pós-Graduação em , Florianópolis,  
2023.

Inclui referências.

1. . 2. Indígena. 3. Bolívia. 4. Luta de Classes. 5. Nação  
Incompleta. I. Augusto de Paiva, Beatriz. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em .  
III. Título.

Davi Antunes da Luz

**A BOLÍVIA COMO NAÇÃO INCONCLUSA:**

O Indígena e a Luta de Classes do governo Sucre à Rebelião de 1899

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Elaine Jussara Tomazzoni Tavares, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Fernando Correa Prado, Dr.  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Prof. Ricardo Lara, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.<sup>a</sup> Cristiane Luiza Sabino de Souza  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
(suplente)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

---

Prof.<sup>a</sup> Tânia Regina Krüger, Dr.<sup>a</sup>  
Coordenadora do PPGSS/UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Beatriz Augusto de Paiva, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora

Florianópolis  
2022

*Dedico este trabalho à minha avó Maria Helena e ao meu avô Maurílio.*

## AGRADECIMENTOS

Todo trabalho é fruto de uma teleologia e de um direcionamento material anterior. Esta dissertação não existiria sem as condições favoráveis que a rodeiam, mas também, com igual importância, ela não seria nem metade do que é sem as condições desfavoráveis que lhe foram impostas.

Neste sentido, realizar um curso de mestrado em plena pandemia mostrou-se não só um desafio a ser superado, mas uma oportunidade de formação que me fez se debruçar inteiramente no real, dedicando-se não só ao estudo, mas também à revolta, à crítica, à paixão e à dor.

Assim, com a conquista de novos espaços que a universidade me forneceu - e continua fornecendo -, a vida não só se expandiu para novas obrigações e possibilidades. Por vezes com movimentos de aproximação e de expansão, como muitas das pessoas que aqui cito nos agradecimentos, mas também de afastamento e de fim de ciclos (como foi minha querida **vó Maria Helena**, a quem, com todo meu amor e saudade, dedico este trabalho).

Portanto, acredito que, todo agradecimento é acumulativo, sejam para **aqueles que foram, para aqueles que estão e, em um trabalho futuro, para aqueles que virão.**

No entanto, neste ponto da vida, durante este dois anos de mestrado algumas pessoas muito especiais estiveram sempre presentes e são para elas estas palavras.

Começando pela minha família. Aos meus pais, **Anna Paula e Esdras**, que sempre estão do meu lado seja qual for a situação; e eu sempre estarei do lado de vocês.

Às minhas irmãs, **Ana Terra e Mariana**, não consigo me ver de outra forma sem vocês me atazanando - e vice-versa.

À **Alice**, que a cada dia cresce mais; junto com meu amor por ela.

Ao **Rafael**, nós sempre estaremos juntos nessa família - mesmo que seu gosto musical seja duvidoso.

Aos meus sogros, **Ana Júlia e Carlos**, que nestes anos tem feito da casa deles minha segunda morada e da família deles minha alegria.

Às minhas *cunhadas*, **Gabi e Mily**, que mesmo de longe - e com muita saudade - são parte fundamental da minha vida nesses anos.

Ao **Renato**, que já é parte da minha família também.

Aos meus dois sobrinhos, que também são duas pestes, mas que eu adoro amar, **Benjamin e Bernardo**.

A todos os meus **familiares, primos, tios, tias, tias-avós e tantos outros** que fazem parte dessa minha linda família.

E, não poderia faltar, ao **Arthur**, meu noivo, meu melhor amigo, meu amor, você é a razão do meu sorriso todos os dias, da minha inspiração e da minha determinação. Contigo todos os dias são cheios de amor e carinho.

Este trabalho também é para meus amigos.

Aos **Schatzis, Julia, Luiza e Wolfgang**, sem vocês eu não seria nem metade do que eu sou - e não seria nem metade tão feliz.

Às minhas **aves feias, Yan, Paola, Elys, Sofia, Maylin e Barbara**, vocês são as coisas mais lindas que o CDL me deu.

Aos **AQAG, Henrique, Ana Beck, João Paulo**, que no mesmo no meio do caos, nossa unidade e companheirismo continue igual como sempre

Ao **Centro Leste**, meus parceiros (e monas) no crime e na alegria sem fim, **Gabriel, Carol, Juarez, Murilo, Luiza, Kaue, Isa, Sofia, Brenda, Laurielle, Luiz, Rapha e Bonatto**.

Aos **Maricas, João e Maicon**, que do Rio até a Lagoa fazem eu *si diverti*.

Às minhas amigas e aos meus amigos **Ju, Lucas, Cátia, Igor, Tainah, Caetano, Marina, Samara, Henrique, Ricardo, Vini, Ana, Maria, Natalia e tantos outros**.

Por fim, um agradecimento a todos aqueles que também ajudaram na confecção e na realização desta pesquisa.

A **Letícia**, pela parceria na correção do trabalho.

Ao **Salézio**, à **Tânia** e a **todos os professores e técnicos-administrativos** por quem eu tive o prazer de trabalhar junto; assim como os **institutos, instituições e programas** que participaram dos meus estudos estes anos.

Aos membros da banca, **Cris, Elaine, Fernando e Ricardo** por embarcarem nesta viagem.

E à minha orientadora **Beatriz**, que sempre possamos caminhar juntos na pesquisa e no estudo da nossa América Latina.

*Llaqtanchikpa jatun sutinta  
Sumaq kusiy k'anchaypi jap'inanchik  
Sutinrayku tatalitananchik  
Kamachi kanata wañuna!  
Kamachi kanata wañuna!  
Kamachi kanata wañuna!*  
(Trecho do hino boliviano em quechua)

*De la Patria, el alto nombre,  
en glorioso esplendor conservemos.  
Y en sus aras de nuevo juremos:  
¡Morir antes que esclavos vivir!  
¡Morir antes que esclavos vivir!  
¡Morir antes que esclavos vivir!*  
(Trecho do hino boliviano em espanhol)

*Markasäna, suma sutipa,  
Jach'ar aptasa suma arsuñäni,  
Markasatxa sayt'asipxañäni:  
Jiwañan janir t'aqiskasin!  
Jiwañan janir t'aqiskasin!  
Jiwañan janir t'aqiskasin!*  
(Trecho do hino boliviano em aimará)

## RESUMO

O trabalho de um povo é a sua condição de existência frente ao meio natural que o envolve, configurando o social que lhe é determinado e é determinante. Com isso, não importa em qual tempo ou lugar no mundo, a terra é meio fundante, o laboratório originário para realização de todas as sociabilidades humanas, tanto a indígena quanto a capitalista. Neste sentido, quando realizada a independência boliviana, pelas mãos dos *criollos*, dos Libertadores e das aristocracias locais, o país logo enfrentaria sua própria contradição quanto à composição “geobiossocial” para a construção de uma “nação”. Nesta dissertação, estudamos a luta de classes Bolívia do século XIX, observando esses dois momentos que compõem o terreno político do Estado: o primeiro de uma série de governos *caudillos*, em sua grande maioria militares, em que antigos lutadores independentistas lideram campanhas contra seus antigos companheiros de batalha e contra países vizinhos. Este período também seria marcado por uma invasão acelerada do meio comunal, com conformação de novos mercados e estruturas de dominação do indígena frente às políticas liberais e de formação de pequenas propriedades. Ainda, pouco antes do final deste primeiro período, há um momento de contração do território boliviano em si e da morte de milhares de indígenas naquele que seria conhecido como o conflito (sub)imperialista do guano e do salitre: a Guerra do Pacíficos. No segundo período estudado, tem-se a intensificação de novas elites, com o fortalecimento da região *paceña*, ao passo que fortalece-se o indígena como componente rebelde. Este período terminaria com o conflito conhecido como a Guerra/Rebelião Indígena/Federalista/Civil de 1899, que teria como desfecho a vitória dos representantes do Partido Liberal boliviano. Dessa forma, a presente dissertação estuda a historiografia boliviana desde o primeiro governo Sucre até a vitória liberal em 1899. Utilizamos-nos do método crítico-dialético com a revisão quali-quantitativa da bibliografia utilizada, decompondo a historiografia boliviana para desvelar sua composição social “dual” e *abigarrada*. Não obstante, realizamos, na primeira parte do estudo, a descrição detalhada dos dois períodos do século XIX estudados por nós, o *caudillista* e a fase conservadora das democracias censitárias. Então, por fim, adentramos de forma mais profunda nas razões de “ser” na Bolívia, com a mediação de duas formas de sociabilidade que são opostas entre si, mas complementares no campo capitalista de extração de valor: a “forma-valor” e a “forma-comunidade” que, respectivamente, representam um projeto e práxis de nação “*q’ara*/branca/proprietária” e “indígena/revolucionária/rebelde”. Por fim, o presente trabalho é incompleto em si, dependendo do horizonte histórico anterior, assim como de suas alternativas futuras frente à necessidade de uma revolução indígena. Isto posto, apresentamos aqui o estudo crítico e histórico da Bolívia como território cuja disputa entre indígenas e as oligarquias do século XIX se dá no campo da luta de classes e, como efeito, da luta entre nações e na guerra de classes/raças.

**Palavras-chave:** Indígena; Bolívia; Luta de Classes; Nação Incompleta; Século XIX.

## ABSTRACT

The work of a people is its condition of existence in the face of the natural environment that surrounds it, configuring the social that is determined and determining for it. With that, no matter at what time or place in the world, the earth is the founding medium, the original laboratory for the realization of all human sociability, both indigenous and capitalist. In this sense, when the bolivian independence was achieved, at the hands of the criollos, the Liberators and the local aristocracies, the country would soon face its own contradiction regarding the “geobiosocial” composition for the construction of a “nation”. In this dissertation, we study the bolivian class struggle of the 19th century, observing two phases that make up the political terrain of its State: the first of a series of caudillo governments, mostly military, in which former independence fighters led campaigns against their former battle companions and against their neighboring countries. This period would also be marked by an accelerated invasion of the communal environment, with the formation of new markets and structures of indigenous domination in the face of liberal policies and the formation of small properties. Still, shortly before the end of this first period, there is a moment of contraction of the Bolivian territory itself and the death of thousands of indigenous people in what would be known as the (sub)imperialist conflict of guano and saltpeter: the War of the Pacific. In the second period studied, there is an intensification of new elites, with the strengthening of the La Paz region, while the indigenous are strengthened as a rebel component. This period would end with the conflict known as the Indigenous/Federalist/Civil War/Rebellion of 1899, which would end with the victory of the representatives of the Bolivian Liberal Party. Thus, the present dissertation studies Bolivian historiography from the first Sucre government until the liberal victory in 1899. We used the critical-dialectical method with a quali-quantitative review of the bibliography used, decomposing Bolivian historiography to reveal its social composition “dual” and abigarada. Nevertheless, in the first part of the study, we carried out a detailed description of the two periods of the 19th century studied by us, the caudillista and the conservative phase of census democracies. Then, finally, we delve deeper into the reasons for “being” in Bolivia, with the mediation of two forms of sociability that are opposite to each other, but complementary in the capitalist field of value extraction: the “value-form” and the “form-community” that, respectively, represent a project and praxis of a “q'ara/white/proprietary” and “indigenous/revolutionary/rebel” nation. Finally, the present work is incomplete in itself, depending on the previous historical horizon, as well as its future alternatives in the face of the need for an indigenous revolution. That said, we present here a critical and historical study of Bolivia as a territory whose dispute between indigenous peoples and the oligarchies of the 19th century takes place in the field of class struggle and, as an effect, the struggle between nations and the class/race war.

**Keywords:** Indigenous; Bolivia; Class struggle; Incomplete Nation; XIX.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre os capítulos da nossa obra, os presidentes bolivianos, sua conquista de poder e o período de mandato	40
Tabela 2 - Condições para a cidadania, sua suspensão e perda de acordo com as Constituições de 1825 e 1871	81

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O empresário Domingo Nara e sua família.	32
Figura 2 - Coronel Indígena, Luciano Vilca. “Aymara inteligente y corajudo cuya influencia sobre la población indígena durante las revoluciones ocurridas entre 1868 y 1870 hicieron de él, un jefe autóctono”.	33
Figura 3 - Estação de Viacha	34
Figura 4 - Rabona e soldado	35
Figura 5 - Salón da Independência, ou Sala de la Libertad, da Casa de La Libertad, em Sucre	36
Figura 6 - O gigante e imponente Illimani, cartão postal de La Paz e a segunda maior montanha da Bolívia.	40
Figura 7 - Arco de Cobija, na cidade de Potosí, em 1908 (esquerda) e em 2022 (direita)	43
Figura 8 - General Antonio J. Sucre e General Simón Bolívar, da esquerda para a direita.	46
Figura 9 - General Andrés de Santa Cruz.	49
Figura 10 - Confederación Perú-Boliviana (1836).	51
Figura 11 - General Manuel Isidoro Belzu.	57
Figura 12 - Mapa da República da Bolívia (1959) publicado pelo presidente José María Linares.	63
Figura 13 - Retrato de Mariano Melgarejo na Galeria de Presidentes.	66
Figura 14 - Luciano Willka, “general en jefe de los indígenas comunarios” levantados contra Melgarejo a fines de 1870 y principios de 1871.	72
Figura 15 - Salar de Tunupa ao entardecer.	84
Figura 16 - Departamento do Litoral em 1879.	85
Figura 17 - Calle Miguel Grau em Sucre, antiga Calle 25 de Mayo	87
Figura 18 - Cemitério de Trens de Uyuni	99
Figura 19 - Frei Bernardino Pesciotti “enseñando” un libro a unos niños guarayos. Missão de 1898 e 1899.	101
Figura 20 - Combatentes indígenas em 1899.	103
Figura 21 - Foto do General J. M. Pando.	108
Figura 22 - Ao centro, o Coronel Pablo Zárate Willca, “Vilca, el temible”	110

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Comibol</b>	Corporação Mineira da Bolívia
<b>COVID-19</b>	Doença por Coronavírus 2019
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>SARS-CoV-2</b>	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i>
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UNILA</b>	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
<b>YLB</b>	<i>Yacimientos de Litio Bolivianos</i>
<b>YPFB</b>	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	15
<b>1.1 Apresentação do problema</b>	16
<b>1.2 Justificativa</b>	22
<b>1.3 Fundamentos da pesquisa</b>	28
1.3.1 SOBRE O MÉTODO E A METODOLOGIA	30
<b>2 A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA</b>	39
<b>2.1 Quadro geral do país após a independência</b>	39
<b>2.2 As primeiras décadas da República</b>	45
2.2.1 A SEGUNDA INDEPENDÊNCIA	54
<b>2.3 Modernização, oposição e moralismo</b>	55
2.3.1 O TERRITÓRIO	61
<b>2.4 O Início de uma era maldita: o nitrato [...]</b>	64
<b>2.5 [...] e Melgarejo</b>	66
2.5.1 A ALIANÇA ENTRE INDÍGENAS E CRIOLLOS	71
<b>2.6 Os antecedentes da Guerra do Pacífico e a Ley de Exvinculación de 1874</b>	73
<b>2.7 Balanço dos governos caudillos militares</b>	79
<b>3 O CONFLITO (SUB)IMPERIALISTA PELO NITRATO E PELO GUANO</b>	83
<b>3.1 O Litoral</b>	83
<b>3.2 A Guerra do Pacífico</b>	86
<b>3.3 O (sub)imperialismo e as economias de enclave</b>	89
<b>3.4 Sequelas do conflito</b>	92
<b>4 A DEMOCRACIA CENSITÁRIA E A REBELIÃO INDÍGENA</b>	95
<b>4.1 A oligarquia conservadora</b>	97
4.1.1 ANTECEDENTES DA REBELIÃO	103
<b>4.2 A Rebelião Indígena de 1899 e a Revolução Federalista</b>	106
4.2.1 SANGUE NA TERRA	112
<b>5 A BOLÍVIA E O INDÍGENA</b>	115
<b>5.1 Esclarecimento quanto ao desenvolvimento do ser social como evolução histórica; assim como a realização do indígena é a conquista do seu meio</b>	115
<b>5.2 Forma-valor e a forma-comunidade</b>	120
<b>5.3 A Nação Inconclusa no século XIX</b>	128
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRADIÇÕES FUTURAS</b>	135
<b>REFERÊNCIAS</b>	140

## 1 INTRODUÇÃO

*“No leer lo que Bolivia produce, es ignorar lo que Bolivia es.”<sup>1</sup>*

**Werner Guttentag**

Desde tempos pré-incaicos, os povos andinos realizam sua história baseando-se no desenvolvimento de uma interação societária comunal. Ao longo dos séculos, do domínio incaico à colonização europeia, a cosmovivência indígena se dava com o indivíduo, por meio do trabalho e de suas relações com a natureza, a sociedade e o divino, garantindo – pelo uso da terra e do meio natural de realização da vida – a sobrevivência do comunitário.

No entanto, com o processo colonial e a inserção do capital na região, o modelo comunitário de sociabilidade acaba por se chocar com o modo de produção capitalista. Desta colisão e dos interesses da dominação estrangeira na região, a formação dos Estados-nação se destaca como um novo momento dessa relação desigual.

Dentre os Estados latino-americanos, o foco desta pesquisa é a Bolívia, um país onde a maioria de sua população – de origem indígena – é subjugada ao domínio do capital, apesar de trazer em si marcas fortes do elemento comunal. Tal como descreve Felipe Quispe<sup>2</sup>, em Gutierrez e Escarzaga (2006, p. 54-55), na Bolívia acabam por existir

*[..] dos repúblicas: la república de Bolívia que es de los q'aras<sup>3</sup>, y la república que es de los aymaras, los quechuas, los guaraníes, los ayoreos, los chiquitanos y otras nacionalidades que están dentro de esa nación llamada Bolívia [...].  
A los indios nos han bolivianizado, nos han republicanizado, nos han dividido, nos han puesto provincias. Ya no somos una nación, sino han destruido nuestro sistema comunitarista, han destruido nuestra justicia comunitaria, nuestra historia, nuestra filosofía, nuestra religión, nuestra forma de trabajo comunitario [...].*

Ademais, vivemos tempos desafiadores e imobilizantes. Não que outros tempos não tenham sido compostos por problemas e obstáculos relativos à formação dos indivíduos e grupos, tampouco que turbulências sociais e ambientais sejam fenômenos recentes na composição da classe trabalhadora latino-americana. Mas, sim, entendemos que a cada novo desenvolvimento econômico sedimentam-se as necessidades e movimentos das classes no capitalismo, nas diferentes dimensões que integram sua totalidade como modo de produção<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Lema de Werner Guttentag, presente em todos os livros da editora boliviana “*Los Amigos del Libro*”.

<sup>2</sup> Felipe Quispe, “*el Mallku*” – o Condor – foi um dos líderes indígenas que tinha como finalidade a formação de um novo *Tawantinsuyu* – Incário –, e faleceu em 2021 em decorrência de complicações da COVID-19.

<sup>3</sup> Expressão aimará de denominação dos patrões, sua etimologia tem conotação racial e assinala especificamente indivíduos brancos exploradores.

<sup>4</sup> Realizamos paralelo com Álvaro Vieira Pinto (2020), ao negar a concepção de que atualmente vivemos em uma “era tecnológica”. Para o autor, toda era da humanidade é marcada pela tecnologia e pela técnica, porém ambas

Cada nova geração que surge no continente herda o papel histórico das contradições latino-americanas, acentuando-as e complexificando-as em uma nova fase econômico-produtiva. É nesta condição da produção da vida, em que ao mesmo tempo o capital se apropria cada vez mais da realidade, que encontramos as ferramentas e os instrumentos de ação e análise crítica das tendências e contratendências no capitalismo dependente, e é a forma como investigamos e contamos o passado que nos dá a chave da conjuntura.

Desde nosso último estudo sobre a Bolívia, intitulado “O Indígena Andino e a Colonização no Alto Peru: Do período pré-incaico até a independência, um prelúdio da Bolívia como nação inconclusa”<sup>5</sup>, deixamos certas pendências e resoluções suspensas. Portanto, não realizaremos a recapitulação de alguns acontecimentos anteriores, e buscamos expandir ideias previamente apresentadas, além de caminhar adiante na história boliviana após a independência, chegando, como limite histórico deste trabalho, ao final de Rebelião de 1899.

## 1.1 Apresentação do problema

Com a introdução das bases históricas e produtivas das relações de trabalho desde tempos imemoriais aos povos andinos, de base societária comunal, apontamos, no nosso trabalho anterior, que nos séculos do *Tahuantinsuyu*<sup>6</sup> incaico aprofundava-se o domínio do seu meio por parte do indígena. No entanto, por meio da violência da colonização europeia, com a investigação das rebeliões indígenas e da consolidação do capital mundial no Alto Peru, com a apropriação dos conhecimentos, das terras e do trabalho indígena, a sociedade colonial da metrópole alcançaria um novo patamar histórico de investigação da realidade, enquanto a região latino-americana permaneceria como eterno apoio de extração de valor, por meio da extração crescente de mais-valia, em benefício do desenvolvimento da Europa.

Assim, no Caribe, e na América Latina como um todo, consideramos que o nascimento dos Estados modernos realiza-se não apenas pela evolução do pensamento liberal europeu, mas necessariamente pela realização de um processo verdadeiramente revolucionário: a independência haitiana. Nesse importante evento, a população de maioria negra e escravizada

---

referentes ao seu período e local de realização da atividade humana, não sendo propriamente uma novidade às novas condições, meios e formas de realização da atividade social, mas que apresentam caráter acentuado quanto à sua finalidade e necessidades historicamente determinadas.

<sup>5</sup> Recomendamos também a leitura do nosso trabalho de conclusão de curso para um melhor entendimento do horizonte histórico boliviano e da compreensão dos elementos comunais e coloniais.

<sup>6</sup> Em trabalho anterior, utilizamos o termo *Tawantinsuyo* no lugar de *Tahuantinsuyo*. Na presente pesquisa, e nos estudos a seguir, mencionaremos o incário tanto por meio da grafia atualizada quanto da antiga. O mesmo se aplica a outros termos como “Tupac” e “Tupaj”, “Inca” ou “Inka”, ou outros termos em outras línguas. Isto se dá pela própria liberdade com que esses termos são escritos nas línguas aimará/*aymara* e quechua/quichua.

massacra e expulsa de sua ilha os representantes franceses e escravistas, declarando-se a primeira república da América Latina e, ainda mais, uma república negra de indivíduos que até então eram escravizados. No entanto, o Haiti de Toussaint Louverture logo seria vítima de sua própria vitória.

Durante a realização de suas formas de organização, o novo país geraria novas instituições e moldes de poder semelhantes àqueles vistos na Europa, não desenvolvendo um governo autônomo e autossuficiente. As condições geográficas, que isolavam o país em si mesmo, assim como as sequelas sociais da guerra da independência, tornaram o país um exemplo miserável de realização de um ideário liberal pleno - como era o caso da França, que por si era uma das metrópoles, enquanto o Haiti esteve sempre restringido a sua condição de periferia do capital-mercantil.

Assim, ao representar uma alternativa de independência administrativa fora da Europa e do controle branco – o modelo de Estado moderno baseado no molde europeu que havia sido transplantados ao Caribe –, após a realização da independência dos negros (que foram trazidos à ilha após o genocídio dos indígenas que lá viviam), o Haiti sofreria com um “cerco sanitário” para que as idéias libertárias, principalmente do povo negro, não se espalhassem pelas Américas, reduzindo em si a revolução para que os negros escravizados de todo o continente continuassem submersos na escravidão.

Porém, no contexto andino, algo parecido já havia ocorrido - porém sem o mesmo sucesso final, apesar de suas semelhanças nos resultados vistos. No Alto Peru, em 1780, anos antes, sucedeu-se a primeira rebelião massiva pela emancipação indígena na América hispânica, particularmente na América Andina: a Grande Rebelião de Tupaj Amaru e de Tupaj Katari. A Grande Rebelião precederia todas as revoluções e independências da América em relação à Europa, e seria essencial como parte do processo de inserção e revolta dos indígenas. Nela, os indígenas andinos propuseram o fim do domínio espanhol sobre a região e a redefinição do *Tahuantinsuyo* (ou só do *Antisuyu*, que compreendia a parte do Alto Peru). No entanto, a Coroa espanhola e o vice-reinado peruano dissolveriam a rebelião, massacrando milhares de indígenas e executando suas lideranças.

Assim, fatores comuns dessas duas rebeliões seriam o terrível isolamento e o massacre socioeconômico de suas populações, as quais seriam duramente punidas pelos capitais internacional e nacional. Porém, diferentemente do caso haitiano, no Alto Peru, a independência viria de um empreendimento externo aos Andes. Seria por meio do exército libertador de Simón Bolívar, *criollo* colombiano, que não compreendia o modo de sociabilidade indígena e de

mobilização das populações locais, que o sonho de libertação da Espanha resultaria, pelas mãos de seu enviado, General Antonio José Sucre, em um novo Estado no topo dos Andes: a Bolívia.

*Sin duda, la ambición de quienes lucharon por la independencia y lograron la existencia de un estado libre del cual se creían herederos, al haber desaparecido al antiguo poder real al que no habían conocido pero que instintivamente respetaban, creó ambiciones muy fuertes y directas sin otro límite que no fuera la propia ambición. El problema que se planteó de inmediato después de los días de independencia fue el de la extensión del nuevo estado. El hecho trascendente de ser Bolivia un país independiente, azuzó más las ambiciones y se formaron dos partidos: aquellos que se contentaban con los límites de lo que hasta 1825 había sido la Audiencia de Charcas y aquellos otros que querían reconstruir el antiguo Tahuantinsuyu (MESA; MESA; GISBERT, 2003, p. 374).*

Outro aspecto que decide o futuro da América Espanhola seria a própria incapacidade de Bolívar e de todos os libertadores das colônias americanas de realizar uma unidade na América Hispânica. Bolívar, inicialmente, realizaria a união da atual Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela, na Grã-Colômbia. Porém, diferentemente do grande Brasil, que manteve parte da sua integridade territorial após a independência, o exército do Libertador, ao chegar nas partes Ocidental, Centro-Ocidental e Costeira, onde estão os picos mais altos e mais antigos dos Andes, logo encontraria dificuldades quanto à integração destes territórios.

São muitas as explicações sobre o *esfarelamento* da América Hispânica. Sua principal razão é socioeconômica. “[...] *se inscribe en la frustración de los proyectos que un uno u otro grado sostuvieron los libertadores y en particular Bolívar [...]. Sin duda este proyecto fue recibido con escasa simpatía por Inglaterra y por los Estados Unidos, que ya habían formulado la Doctrina Monroe. Pero su fracaso se debió sobre todo a la inexistencia de las bases materiales y espirituales de la nación hispanoamericana - aunque existieron elementos de nacionalidad*”<sup>7</sup>. [TOURON & ELOY, 1982: 45, T. 2.] (MAESTRI, 2019, p. 22, grifo nosso).

No entanto, para além de uma questão de independência e de projeto de Estado, acreditamos que a prioridade deste trabalho, e de outros futuros, deve ser dedicada à “questão indígena” em conjunto à organização da “nação indígena”, culminando, por fim, em uma “revolução indígena”.

De forma que, ao compreender e negar a formação de um ideal de nação de forma arbitrária quando seu propósito é revolucionário, vamos, portanto, ao encontro do peruano José Carlos Mariátegui, em Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana (2008), quando descreve que a “questão indígena” – ou o “problema indígena” – deve ser procurada dentro da “questão da terra”. Este ponto é de extrema importância não apenas porque foge do senso

---

<sup>7</sup> Como veremos mais adiante no trabalho, esses “elementos de nacionalidade” não seriam relacionados à realização de um país liberal de origem branca – como foi o empreendimento de Bolívar –, mas, sim, da nacionalidade indígena, que possui contradições próprias quanto à sua realização plena.

comum de que o “problema indígena” na América Latina se daria inicialmente como uma questão étnica, administrativa ou legislativa, mas, principalmente, porque serviria para descrever a inexistência de uma prioridade ontológica quanto ao enfrentamento do mundo real por meio da luta política de sua práxis.

Toda uma sequência de questões sociais – de moradia, de trabalho no campo e na cidade, de condições de trabalho, do racismo, dos massacres, etc. – nas repúblicas latino-americanas são questões do real e, portanto, tratam do real, possuindo, na questão econômica, o regime de exploração do capital, sua razão de existência. Portanto, quando se debate a questão do indígena, estamos debatendo a vida indígena, sua realização e suas contradições, procedemos de uma razão originária, logo que, é por meio da sua terra que o indígena faz-se ser social e sua vida, mas também precisa-se declarar o seu processo de dissolução e destruição violenta iniciada pelo capital europeu durante a colonização, que pudemos observar a raiz da diminuição da expressividade social indígena e, inerentemente, do seu modo de produção em favorecimento do capital (MARIÁTEGUI, 2008, p. 62) - ou seja, a terra é também meio de vida do capital.

Trata-se de um movimento que não só acaba por alienar o indivíduo indígena de si e do produto do seu trabalho, mas também de sua relação com a comunidade, com a natureza e com a terra, ou seja, todos os elementos que compõem sua sociabilidade, fetichizando-os e trocando-os pelas relações entre capitais e ditadas pelas elites locais e imperialistas. Porém, longe de ser uma questão somente traduzida durante o período colonial, é durante a formação das nações latino-americanas, e em especial a boliviana, que a “questão indígena” assumiria forma plena e avançada.

No século XIX e no começo do século XX, com a transição econômica gerada pelas independências, os Estados representam o interesse de “um só povo”, integrado em um só modo de produção – o capitalista –, de forma que as poucas populações indígenas restantes e suas terras passam a pertencer aos limites territoriais e legislativos estabelecidos por cada Estado-nação. Simultaneamente, perduram as velhas relações de produção e reprodução, baseadas no racismo, na *pongueaje*<sup>8</sup> e no trabalho precarizado, com a elite *gamonal* tomando a administração por meio de golpes militares e eleições fraudulentas em que somente os cidadãos da época têm direito ao voto – homens brancos e proprietários.

Assim, a reprodução da hostilidade da produção e da natureza contra o ser humano se dá pela própria lógica de produção capitalista, com o avanço do capital sobre cada centímetro de

---

<sup>8</sup> Forma de servidão e escravidão indígena que seria dissolvida somente na década de 1940.

terra do planeta levando não só a condições mais agressivas de apropriação, mas também de realização da vida.

*[...] desde la fundación de la República, en 1825, hasta los años previos a la Guerra del Pacífico (1879-1833), el debate económico criollo se caracterizó por una pugna entre una corriente de pensamiento “proteccionista” que buscaba desarrollar el mercado interno heredado de la Colonia [...], y los protagonistas de un programa “librecambista” que llegarían a consolidar su modelo de “progreso”, basado en la apertura del país al mercado mundial, desde fines de la década de 1860.*

*Los efectos del desarrollo de este modelo fueron previstos en gran medida por los intelectuales proteccionistas: la eliminación de las barreras aduaneras, la anulación del monopolio estatal sobre la compra de pastas de plata, la construcción de ferrocarriles hacia los puntos de exportación en desmedro de la integración vial interna - todos estos factores contribuirían a crear una crisis del mercado interno, cuyo fomento había sido el objetivo de las políticas proteccionistas (PLATT, 2016, p. 79-80).*

Configura-se um processo em que, na expansão agrícola e mineira, acompanha em igual medida uma urbanização acelerada e a industrialização da agricultura que criam a oferta e o mercado consumidor que a industrialização precisava em seu momento de expansão. Assim, mesmo nos casos de Estados que realizaram reformas agrárias como resolução da crise agrária entre latifundiários e camponeses, a Bolívia diferencia-se devido às “relações pré-capitalistas” presentes no país e seu desenvolvimento social profundamente ligado às contradições entre o capital e o indígena. O acesso à terra se dá com a (re)introdução deste contingente populacional, porém, o condena à concorrência intercapitalista, aumentando a produção e as relações de consumo capitalista por meio de novos pequenos proprietários. Este movimento, que teria início com a *Ley de Exvinculación de 1874* e teria fim com a Reforma Agrária de 1953, resultaria no fim do latifúndio no país, mas também resultaria na homogeneização dos indígenas em “camponeses” sem seus vínculos comunais.

A república significou para os índios a ascensão da nova classe dominante que se apropriou sistematicamente de suas terras. Em uma raça com costumes e almas agrárias, como a raça indígena, esse despojo foi a causa de uma dissolução material e moral. A terra sempre foi toda a alegria do índio. O índio desposou a terra. Sente que “a vida vem da terra” e volta à terra. Finalmente o índio pode ser indiferente a tudo, menos à posse da terra que suas mãos e seu alento lavraram e fecundaram religiosamente. O feudalismo *criollo*<sup>9</sup> se comportou, a esse respeito, de forma mais ávida e dura que o feudalismo espanhol<sup>10</sup>. No geral, o *encomendero criollo* tem todos

<sup>9</sup> Os *criollos* caracterizam-se na América Hispânica como indivíduos geralmente de classe alta e descendentes de indígenas e brancos.

<sup>10</sup> Para Mariátegui o modo de produção que existia na América Latina até então era um exemplo de feudalismo, que dava-se como herança de um feudalismo colonial. Neste ponto discordamos do autor sobre a denominação do modo de produção presente, uma vez que compartilhamos o entendimento dado por André Gunder Frank (1978) de que nunca houve um feudalismo na América Latina, mas sim uma espécie de formação econômica cuja “feudalidade” pode ser identificada como um avanço qualiquantitativo do próprio capital. Ademais, pode-se ainda trocar o termo usado por Mariátegui por outro que ele mesmo usa, *gamonalismo*, que se dá pela categoria social e econômica dos grandes proprietários agrícolas e latifundiários, abrangendo toda uma cadeia de indivíduos da classe alta e de funcionários a favor da exploração no campo (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54).

os defeitos do plebeu e nenhuma virtude do fidalgo. A servidão do índio, em suma, não diminuiu sob a república (MARIÁTEGUI, 2008, p. 63).

Deste modo, pela semi-escravidão – a servidão através da *pongueaje* – e pela constante violência aos trabalhadores das minas e do campo, durante o século XIX viu-se no país um novo auge devido à introdução de novas tecnologias, com a concentração de terras no campo e a marginalidade nas cidades; tais conflitos não seriam poucos na Bolívia nos séculos anteriores, e atualmente também são vistos em demasia.

*[...] los primeros gobiernos librecambistas no quisieron excluir totalmente de sus proyectos al sector agrario. La década de 1870 se caracteriza también por la elaboración de una nueva política agraria a través de la Ley de Exvinculación de 1874, que buscaba “modernizar” la producción agropecuaria del país mediante la disolución de los ayllus y su reemplazo por un nuevo régimen de “capitalismo agrario” (para emplear los términos de la época). Esta transformación del sector rural debería ser la contraparte de la gran minería exportadora, y se suponía que iba a poder competir con los productos alimenticios importados. En la práctica, la política agraria liberal fracasó rotundamente, lo que constituyó un factor clave en el desarrollo desenfrenado de la economía monoexportadora de metales, cada vez más dependiente de la importación de insumos mineros y de muchos artículos de consumo de primera necesidad (PLATT, 2016, p. 80).*

Portanto, em nosso estudo sobre a Bolívia, podemos identificar que a sua história, desde a formação como Estado-nação até o momento presente, em sua conformação como Estado Plurinacional, pode ser dividida em dois momentos. O primeiro, situado entre 1825 e 1964, é marcado pelo que observamos como o período de construção e consolidação da colonialidade<sup>11</sup> do poder do Estado boliviano, com o incentivo do livre mercado e do comércio herdado da época colonial, ao passo que ocorre uma série de reformas sobre as propriedades rurais bolivianas, com o objetivo de desenvolvimento do “capitalismo agrário” sob o pretexto de expansão de uma autonomia indígena (PLATT, 2006). Já o segundo momento, de 1964 até os dias de hoje, é marcado pelo processo de contrarrevolução do capital e da reorganização do Estado e das comunidades indígenas.

Por fim, quanto a seu marco histórico deste trabalho, descrevemos o primeiro momento do Estado boliviano, delimitando o período de 1825 a 1899, que compreende o domínio *caudillo* e conservador da política. Permanecemos dentro das limitações históricas de formulação do início da república, com o início das guerras fronteiriças e as primeiras atividades rebeldes da

---

<sup>11</sup> Sobre a colonialidade, utilizamos dos estudos de Aníbal Quijano (2005) e de sua definição de colonialidade. Para o autor, a colonialidade se dá como um processo latino-americano – e também como um movimento da sociedade contemporânea – em que as estruturas de poder antes caracterizadas pela colonização agora ganham uma nova feição reelaborada para se adequar às novas repúblicas na América Latina. A colonialidade do poder então se encontra baseada no processo de destruição da identidade do indivíduo marginalizado, tal como o indígena, em favor da assimilação do pensamento e da identidade das classes dominantes – elites nacionais, herdadas da estrutura de poder colonial – como identidade própria.

classe trabalhadora contra o Estado e os grandes proprietários do período anterior ao século XX. Portanto, caso queiramos ultrapassar e denotar o horizonte da emancipação humana e indígena, a sua antessala deve ser a revolução nos Andes e na América Latina. O que realizamos aqui é uma primeira aproximação, que isoladamente não permite a compreensão da dinâmica da dependência latino-americana, mas que nos possibilita, no estudo detalhado da historicidade, desvendar os processos político-econômicos das categorias e da dualidade que sobrederminam a luta de classes na Bolívia, traçando caminhos que no fervor e na paixão pela terra, retornem o indígena a ela.

*Las dualidades indios/conquistadores; nación/anti-nación; oligarquía/pueblo; proletariado/burguesía; nacionalismo/imperialismo; Estado central colla/regiones no collas, presentan con claridad un enemigo interno/externo que puede aglutinar, por oposición y negación, al resto de la población. Sin embargo, en todos los casos la polaridad significa construir, unificar y homogeneizar una sociedad mucho más diversa y atravesada por profundas contradicciones. Si uno se limita a señalar e identificar las oposiciones, el propio país deja de comprenderse y por tanto nuestra propia lectura del pasado y del futuro puede resultar insuficiente (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 25).*

## 1.2 Justificativa

O golpe de Estado na Bolívia em 2019, apoiado pelo imperialismo estadunidense por meio de suas representações, como a Organização dos Estados Americanos, e pelos mais reacionários líderes do continente, como Jair Bolsonaro, Mauricio Macri e Sebastián Piñera, tornaria gritantes e visíveis as profundas cicatrizes do país, ditadas pelo racismo, a superexploração e a resistência indígena. Porém, Jeanine Añez e todos seus cúmplices, sejam os nacionais ou internacionais, não se realizam em um vácuo existencial, mas sim como parte de um movimento de contraofensiva do capital à América Latina que, após décadas de esquerdas liberais, reclama do continente, de sua gente e de sua terra os mecanismos de contratendência de sua própria formulação, retirando do poder os presidentes de Honduras, Paraguai e Brasil como rompimento aparente entre o político e o econômico que rege a dinâmica dos Estados dependentes latino-americanos e sua organização da produção.

Assim, em uma nota otimista<sup>12</sup> para a esquerda liberal latino-americana, conforme aprofundam-se os sinais de dependência, as frentes pela democracia e os movimentos populares enfrentam uma nova reação e conquistas no terreno político. Após as manifestações de 2019, motivadas amplamente por questões sociais, tais como a “questão indígena” e os ataques às

---

<sup>12</sup> E aqui a palavra otimista se encontra no mesmo sentido de Eduardo Galeano quando afirma que “nos mijam e os jornais dizem que chove”.

políticas públicas, no Chile e na Bolívia, os centros andinos do movimento político realizaram a organização de suas forças representativas. No Chile, dá-se andamento a um plebiscito constitucional com o presidente Boric – que foi recusado pelo povo –, enquanto a vitória da esquerda nas urnas do México, com López Obrador, do Peru, com Pedro Castillo, da Colômbia, com Gustavo Petro, e a esperança do terceiro mandato de Luiz Inácio no Brasil reascendem junto à Bolívia, com a vitória de Arce, após uma retomada gloriosa de Evo Morales e Álvaro Garcia ao país, o que na superfície seria uma nova primavera da esquerda no continente. Porém, a realidade é mais complexa e contraditória do que se aparenta.

Nenhum destes representantes, seja neste século ou nos anteriores, cumpriu a tarefa histórica de relevância máxima da classe trabalhadora: a revolução<sup>13</sup>. No Chile, o povo indígena mapuche do sul do país já sofre com mais de cem dias de ação militar do governo, com a gestão de Boric continuando o Estado de exceção na região declarado por Piñera, reprimindo e aprisionando representantes indígenas ao mesmo tempo que desgasta sua representação política com a derrota da constituinte, mas também com o ataque ao irmão de Boric no mesmo dia do ataque a Cristina Kirchner na Argentina. Já no Peru, país vizinho dos Andes bolivianos no cume oriental, o presidente Castillo, no final de 2022, tenta realizar o fechamento do Congresso e a realização de medidas extremas para manter-se no poder – no entanto, elas apenas resultam em sua prisão.

Enquanto isso, no Brasil, país este que é espelho (reflete e é reflexo) dos fenômenos da luta de classes no continente, na eleição de 2022, considerada por ambos os lados como a vitória do bem sobre o mal, a vitória de Lula em relação a Bolsonaro demonstra a insatisfação quanto à privatização de recursos energéticos, o assassinato de grupos e representações marginalizadas<sup>14</sup>, os desastres ambientais<sup>15</sup>, a retirada de direitos conquistados, a gestão da pandemia do SARS-CoV-2 e a defesa da democracia como modelo político incondicional e incondicionado para a realização da liberdade humana e moderna – este princípio é defendido tanto pela esquerda quanto pela direita sem que o mínimo de crítica seja feita do porquê desta coincidência ou de qualquer saída para além dela. Porém, ao passo que a vitória nas urnas provoca manifestações contrárias, a alienação e a violência do “bolsonarismo” continuarão a

---

<sup>13</sup> Neste trabalho dispensamos, por ora, o estudo profundo dessas duas categorias que são, essencialmente diferentes, mas que compreendem a dinâmica da luta de classes latino-americana em dois momentos paralelos e opostos. Porém, ambos elementos devem aparecer, necessariamente, no nosso trabalho.

<sup>14</sup> Aqui, somam-se também os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do repórter britânico Dom Phillips, bem como os ataques contra os Yanomami e o massacre diário nas favelas do país.

<sup>15</sup> Fomentados pela ação do capital de maneira que agudiza a apreensão do meio-ambiente na formação de valor. Afinal, há relação quase implícita do aumento do número de chuva no país, com Petrópolis e na Bahia sendo os dois mais emblemáticos, e o aumento da temperatura provocado pelo crescente desmatamento e as queimadas na Amazônia e no pantanal para a realização de solo produtivo e improdutivo.

assombrar o país pelos anos a vir; portanto, é dever da crítica e da ação revolucionária realizarem o exercício do poder como garantia da autonomia e soberania do novo governo que vem a assumir no ano que vem.

Ademais, na Bolívia, muito vangloria-se da formação de uma massa organizada que ascendeu ao poder com a declaração de uma nova constituinte e poderio indígena por meio de suas instituições de direito. No entanto, ao passo que aprofunda-se a desigualdade, e isto não é coincidência, novos capitais adentram e voltam seu olhos ao país devido às ações estatais propagadas por Evo Morales e seu sucessor por meio da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), os YLB (*Yacimientos de Litio Bolivianos*), os YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*) e outras empresas estatais desde que iniciou-se a ocupação de empresas estrangeiras em favor do “nacionalismo de recursos”.

A partir do movimento de mercantilização e maior extração de minérios e recursos do âmago da terra em um país que já vê muitas de suas serras e montes ociosos, sem a presença de metais e pedras preciosas, mas sim preenchidos por restos de dinamite, detritos, carne, ossos, sangue, lágrimas e suor, muitos povos indígenas acabam vendo suas terras e comunidades (afinal, o trabalho deve ser realizado por alguém para alguma finalidade) afetadas e deturpadas pela expansão do capital<sup>16</sup>. Ademais, a violência da predominância de interesses das elites financeiras, em conjunto com o Estado, fariam com que os massacres e levantes indígenas fossem crescentes nos quase dois séculos desde a independência, com seus resultados sendo vistos até hoje. Luis Arce, em comícios recentes, ainda afirma o interesse do país em readquirir sua saída para o mar, perdida durante a Guerra do Pacífico no século XIX para o Chile e Peru, uma marca das perdas históricas da elite boliviana, mas também dos povos indígenas – afinal, terra indígena não é o mesmo que o território de um país –, sendo do interesse de ambas as classes sua realização plena.

Dada essa contextualização histórica, vemos como manifestos alguns dos temas de nossa pesquisa no movimento da própria história. Devido à centralidade das categorias no processo dependente latino-americano por nós investigado, compreendê-las na história é poder revelá-las no Estado na formação desigual de valor no capitalismo e da necessidade da radicalização verdadeiramente revolucionária da população em meio à lógica de existência e realização da vida no continente. Assim, ao tratarmos dos atuais fenômenos na América Latina, falamos de uma lógica cíclica do capital que permeia a principal contradição entre capital e trabalho: a acumulação e a produção de valor, e que não se encerra em si mesma, mas sim produz novas

---

<sup>16</sup> Outro desses casos emblemáticos são as rodovias promovidas pelo governo que atravessam terras indígenas.

determinações e tendências na história. Assim, (re)produzindo, choques e assimetrias que regem a história capitalista por meio da luta de classes que, em um novo eixo de sujeição do capital imperialista, o capital acaba por radicalizar e se concentrar em seus eixos mais fracos, as condições revolucionárias não pertencem a um passado ou futuro, mas sim às próprias possibilidades de transformação e transmutação que, por si, possuem um devir anterior.

Portanto, no que tange ao tema deste trabalho, nosso estudo não se dá como mero instrumento explicativo das condições de existência da realidade latino-americana e boliviana até aqui expressa. Apesar das décadas que separam o momento atual das grandes revoluções do século XX e, mais ainda, das independências latino-americanas, o metabolismo do capital ainda traz em si as marcas coloniais e desenvolvimentistas do século passado num movimento que expressa tendências e cicatrizes na tessitura política e econômica latino-americana, levando a uma historiografia viva dos problemas e questões latino-americanos. É impossível falar de imperialismo sem assentar as bases na Teoria Marxista da Dependência, e é impossível falar da atualidade da produção latino-americana sem compreender a lei do valor no capital. A dependência latino-americana é a manifestação e regulação da transição do capital mercantil ao imperialismo moderno no continente, constituindo-se como parte estrutural/estruturante que não se situa de forma igual de todas as partes do mundo, mas que age como um todo não pela soma de todas partes, e sim pela contradição de todas as partes – portanto, estudar a renda da terra, suas predeterminações no capital latino-americano e a questão da terra/indígena em si é estudar suas contradições.

É a realização da expansão da “forma-valor” capitalista no campo que transforma o indígena em camponês, o camponês em boia-fria, e o boia-fria em miserável. Com a concentração de terras, agravam-se os conflitos no campo entre posseiros e grileiros, fazendeiros e indígenas, e gera-se o êxodo rural. Ainda, é por meio da superexploração que as condições de realização da vida dessas populações se veem ainda mais ameaçadas: com o avanço tecnológico e da redução do tempo de circulação e realização do ciclo do capital, o pequeno produtor se realiza às custas das taxas de lucro do empresariado – fator este que não é dado pela taxa individual, mas universal, do lucro.

Em uma produção sob o capital, em que qualquer outra forma de sociabilidade que não esteja funcionando com base na efetividade, intensidade e produtividade do capital, reagindo às dinâmicas de realização de trabalho, ou seja, qualquer produção social que não esteja conformada à formação de valor é terreno onde o capitalismo acaba por fabricar a sua natureza societária de forma a adequá-la a uma produção que gere lucros. Isto não se dá com a criação de novas fatias de terra no planeta, expandindo sobre o mar novas terras (muito pelo contrário,

o que vemos nas últimas décadas é cada vez mais a certeza de avanço do mar sobre as terras), ou com o sopro da vida que anima figuras de barro e lama. Mas, sim, por meio da infiltração do capital florestas adentro, gerando reinos de desertos agrícolas e de solos improdutivos, liberando da terra, seja ela da cidade ou do campo, gentes e recursos que ganham nova vida e função na produção de valor; aqui, vale lembrar que esse fenômeno pode ser facilmente transposto às comunidades indígenas e aos grandes centros urbanos que, em sua ascensão devido à mineração, exigiram novos avanços do capital na Bolívia – a mina é tanto cidade quanto campo.

Tal como descreve Engels (2015, p. 108) acerca de diferentes questões sociais apresentadas no capitalismo:

[...] Os focos de epidemias, as covas e os buracos mais infames em que o modo de produção capitalista trancafia nossos trabalhadores noite após noite não são eliminados, mas apenas **transferidos para outro lugar**<sup>17</sup>! [...] E, enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia ou qualquer outra questão social que afete o destino dos trabalhadores. A solução está antes na abolição do modo de produção capitalista, na apropriação de todos os meios de vida e trabalho pela própria classe trabalhadora (grifos do autor).

Nosso trabalho também se faz necessário não como estudo “antropológico” ou originário das emergências de grupos comunitários e ideias identitárias, que encontram, por vezes, conforto em declará-los como alternativas mais “humanas” ou que poderiam ensinar nossa sociedade, mas, sim, ao investigar a realização do fazer histórico indígena/obreiro/camponês revolucionário como fundante e originário<sup>18</sup> da luta de classes do país em questão. Porém, criar laços de solidariedade, consciência de classe e representação em nada garante que venham a ser revolucionários. Mediada pela pequena e média burguesia, o governo e o fazer político mais se aproxima dos grandes proprietários e das vontades imperialistas que da classe trabalhadora, dando lugar a uma consciência ingênua e conservadora.

Afinal, o que interessa às elites reinantes é que se produza lucros, não importando o produto final do trabalho, mas a valorização por meio da concretização das relações de produção. Se trata de um movimento em que nem mesmo interessa se esse lucro advém da utilização produtiva do solo ou não, enquanto milhões de hectares de terras férteis e bem localizadas são retidos improdutivamente, outros milhões são apropriados pelo capital, por meio da violência

<sup>17</sup> As covas e buracos dos mineiros ingleses nunca foram fechados, somente foram transferidos à América.

<sup>18</sup> Originários não são os povos, estes são fundantes; originárias são as lutas, cujas condições são modernas e atuais. Assim, sua resposta por meio do Estado ocorre por mecanismos tendenciais e contratendencias da revolução e repressão.

que inicia um novo ciclo de acumulação, onde bancos e empresas multinacionais podem se infiltrar por meio do financiamento e assalto aos fundos do Estado.

Desse modo, no caso da Bolívia, as sociabilidades indígenas e pré-capitalistas muito têm de ser analisadas. Afinal, ocorrência de fenômenos naturais fazem parte da própria apreensão material do mundo, e os povos fundadores eram essencialmente materialistas, dando à técnica da reprodução e produção da vida o caminho à desmaterialização da moralidade (a natureza ganha as características de feliz, brava, vingativa, serena e próspera), mas sempre relacionando-a à realização social da comunidade. O ser social e o indivíduo indígena, inserido nessa formação histórica específica, trabalha e constrói materialmente sua compreensão e sua atuação no mundo, portanto, sua cosmovisão do mundo e da sua sociabilidade não pode ser transposta sem que esteja atrelada à sua cosmovivência<sup>19</sup> específica, não bastando que no plano moral o Estado seja dotado de atributos indígenas sem que esteja materialmente aliado à particularidade do modo de produção indígena.

Para tanto, um dos nossos pontos fulcrais é de que o Estado dependente, cujas bases de sustentação são a superexploração e o racismo, pode gerir os materiais de sua legalidade em torno da produção de novos direitos, mas a sociabilidade jamais se reconciliará verdadeiramente com o indígena enquanto representação da classe dominante, proprietária e aristocrática. Isto se dá pois, ao mesmo tempo que ocorre a determinação indígena, com regulação institucional de sua terra ou leis, a ofensiva do capital age ativa e passivamente contra os indígenas, por meio da atuação de grileiros e do avanço da fronteira agrícola, que poluem as águas, desmatam os solos, tornam nascentes, mananciais e áreas férteis em espaços inabitáveis e realizam-se com a constante violência, assassinato e perseguição a indígenas. Não se trata de uma solução para a questão indígena com seu isolamento do resto da sociedade, tornando-os intocáveis com a preservação do “natural”, e nem mesmo de sua inserção na modernidade pela campenização, pela ciência (saberes milenares e medicinas) e pelo folclore, mas se trata da discussão da inviabilidade ecológica do capital e de sua lógica estranhada de ruptura e destruição que degrada e é hostil a qualquer outra formação histórica que não seja a sua.

Nossa busca por uma saída crítica e revolucionária do imperialismo se justifica pela necessidade de se assentar raízes nos solos porosos da Bolívia e da América Latina. Assim, utiliza-se das experiências históricas indígenas que já emergiram no mundo do trabalho, seja por meio de comunidades, de partidos ou dos sindicatos, pela identificação do ser humano em meio ao conteúdo geográfico e da biomassa boliviana, atenta a um conteúdo “geobiossocial”

---

<sup>19</sup> E aqui “cosmovivência” e “cosmovisão” possuem, respectivamente, a mesma diferença qualitativa de ontologia - a forma de ser objetiva - e epistemologia - maneira subjetiva de ser e pensar.

cuja reivindicação comunista e comunitária seja o cerne de sua questão social – e nada menos; seja nas manifestações históricas da luta de classes, exemplificadas nas revoltas e na concessão de direitos, no cotidiano do trabalho nas cidades e no interior das minas, nos campos e comunidades, nos massacres e nas greves, na Grande Revolução de Tupaj Katari e Tupaj Amaru II, a Grande Rebelião de Vilca ou a Revolução de 1952 – ao mesmo tempo que é esquecida ou deturpada –, estudar a Bolívia serve como uma valiosa apreensão do laboratório empírico da realidade latino-americana ante a necessidade humana de emancipação do capital.

Por fim, em uma nota simbólica, mas que denota a importância da permanente lembrança da ação revolucionária para a fundação de uma consciência de classe trabalhadora, este ano completamos alguns eventos importantes no continente e no mundo que fazem aniversário redondo durante 2022, período em que entregamos nosso trabalho à banca: 200 anos da independência do Brasil, 180 anos da assinatura do Tratado de Puno entre a Bolívia e o Peru, 130 anos da Batalha de Kuruyuki, 100 anos da Semana de Arte Moderna, 100 anos da criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, 70 anos da primeira detonação de uma bomba termonuclear de hidrogênio, 70 anos da Revolução Boliviana, 60 anos da crise dos mísseis, 40 anos da Guerra das Malvinas e tantos outros eventos. Tal cronologia histórica pode ser desvendada em sua apropriação pela classe dominante, seu esquecimento dos calendários públicos e sua comemoração reduzida a um país e às suas respectivas nações como marcos culturais e políticos de luta e transformação da condição latino-americana que, pela sua relevância na formação de nova condição de realização do trabalho na América Latina, devem ser prezadas e lembradas justamente como ferramentas do pensamento crítico, não esvaziando-se de significado e nem se esvaindo do fazer social.

### **1.3 Fundamentos da pesquisa**

Partir do método crítico-dialético e eleger a problematização da condição histórica boliviana não se dá apenas pela necessidade de investigação de uma particularidade una, mas das múltiplas nações e povos indígenas, que fazem da terra o fruto de seu trabalho e que compõem a totalidade dos povos latino-americanos sob regime do capital – de condição histórica de dependência. Para tanto, usar como paralelismo as questões referentes à problemática de organização do capital, as questões sociais e o Estado, na Bolívia, se deve pela importância do estudo simultâneo das tendências comuns ao continente, assim como, ao destacar sua singularidade, podemos pautar um melhor entendimento sobre seu

desenvolvimento e suas possibilidades, expandindo a pesquisa brasileira e latino-americana adiante ao passo que caminhamos junto à conjuntura.

Em nosso trabalho, utilizaremos o método dialético de Marx como forma de discorrer sobre a relação entre elementos universalizantes e particularidades. Consideramos a realidade “partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 34). Com o método, apreendemos aquilo que é aplanado aos olhos, afinal, a realidade material é a mesma para todos, mas adquire diferentes complexidades e níveis de existência que, conforme apreendemos e questionamos suas categorias e firmamentos, seus diferentes níveis de aplanção, antes invisíveis, ganham novos níveis qualitativos de transformação e adensamento sensível; conseguimos, então, tornar conhecido um objeto até então desconhecido, enquanto voltamos a nos deparar novamente com o inexplorado.

Com base nisto, evidenciamos pensamentos e autores não convencionais na academia brasileira, como, por exemplo, autores indígenas dos Andes, ao passo que articulamos, também, referências clássicas das ciências sociais e do pensamento crítico latino-americano e boliviano. Ademais, utilizamos fontes quantitativas por meio de índices, censos e estimativas, demonstrados em tabelas e gráficos, para o eventual esclarecimento de aspectos históricos, econômicos e sociais ligados à pesquisa. Isto se dá pois, para a historicidade, o desenvolvimento entre o conhecimento (o real-pensado) e a realidade (o real-real), os estudos e os dados reunidos em conjunto desvelam nosso objeto de pesquisa e trajetória teórica.

Para tanto, na primeira parte da pesquisa, adentramos os confins da história boliviana após a independência até a Rebelião de 1899, também apresentando dados estatísticos e geográficos do país no início de sua república, juntamente à formação histórica e composição da sociedade boliviana. Na segunda etapa, são realizadas em partes do trabalho aquilo que declaramos como sínteses, partindo para a concreção, o oposto da abstração, ou seja, a junção do que foi desagregado, realizando o concreto filosófico do objeto estudado em síntese das múltiplas determinações. Por fim, para mais do que responder questões ou desvendar suas mistificações, para além da superficialidade, adentramos o metabolismo orgânico gerado pelas relações sociais latino-americanas por meio de um esclarecimento quanto à nossa aproximação com as categorias da dependência latino-americana, para, ao final, tratá-las em conjunto e em separado conforme o desenvolvimento da realidade boliviana e latino-americana.

Apesar da nossa investigação trazer à tona uma série de elementos estatísticos, demográficos e factuais, a admissão desses elementos não é exata em todas as fontes. Por exemplo, diversos censos demográficos, que são parte essencial do equipamento republicano

boliviano desde sua independência, diferem entre si ou são incompletos, em grande parte pela falta de mecanismos metodológicos e de estudos promulgados pelos governos, de tal forma que uma das fontes afirma que, no censo de 1845, o total de habitantes da Bolívia era de 1.378.895, no de 1854 seriam 2.326.196<sup>20</sup>, e no de 1882 seriam 1.172.156.

*nunca será sabido ni contado debidamente; porque no había historiadores para registrar las aventuras de los esclavos, ni sus vidas eran consideradas dignas de ser registradas; y cuando lo que hizo un esclavo tuvo que ser considerado como parte de la historia, la historia fue escrita por uno que era dueño de esclavos y los temía y los odiaba (FAST IN: REINAGA, 2001, p. 268).*

*La historia vive de afirmaciones, pero de afirmaciones debidamente documentadas, y nuestra historia, hasta el día de hoy, no ha sido nada más que el corolario de las afirmaciones nacidas a impulsos de los intereses sectarios. Cuando los adversarios del partido liberal se interesaron en sostener que los “gerentes” de la revolución del 98 instigaron a los indígenas para derrocar al régimen constitucional, creían echar sobre sus enemigos la sombra de un baldón imborrable, y, a la inversa, cuando los liberales se defendían de esa acusación tratando de desautorizarla, imaginaban mantener, ante los ojos de la opinión pública, la limpieza de su tradición. Pero, tanto unos como otros contribuirán, con el fuego de sus pasiones, a velar al horizonte de los hechos pasados (MORALES, 1983, p. 104-105).*

Ademais, continuando com a tradição de nosso último trabalho completo, no decorrer da pesquisa buscamos manter a fidelidade quanto à escrita das citações e dos termos em língua estrangeira, mantendo-as em itálico no seu idioma original, enquanto oferecemos explicações e traduções para as palavras e termos em línguas indígenas. No entanto, diferentemente de nosso trabalho anterior, que apresentava notas de rodapé ou explicações no texto, com a sua tradução ou significado, nesta dissertação não oferecemos tradução para trechos e citações em espanhol. Isto se deve por um movimento de integração e de fomento do interesse pelo estudo sobre a América Latina, estimulando o leitor a procurar outras fontes para além daquelas em português; além do fato, é claro, de que a leitura nas fontes originais é sempre mais enriquecedora do que naquelas traduzidas.

### 1.3.1 SOBRE O MÉTODO E A METODOLOGIA

No prefácio de “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” (MARX, 2011, p. 22), Engels descreve como o autor da obra consegue se diferenciar do restante dos autores até então pela sua compreensão e captura de um movimento histórico que não só ocorria na França, mas na Europa como um todo. Isto se daria, de acordo com Engels, por dois fatores: o primeiro, pelo

---

<sup>20</sup> Em outra dessas fontes o total de habitantes do censo seria de 2.236.126 habitantes (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 407).

fato de que o autor teria estudado a fundo a história francesa passada, e o segundo, e mais importante, pois Marx:

foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo de produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção.

Em nossa pesquisa, pretendemos caminhar em consonância aos passos de Marx, bem como de tantos outros que fizeram o esforço de desvendar o movimento real na América Latina e apresentar suas contradições. Temos, contudo, o propósito de traçar os elementos que definem e particularizam o conflito de classes latino-americano e, particularmente, o boliviano. Desse modo, conforme percorremos o desenvolvimento histórico na república boliviana, encontramos uma rica variedade de novos recursos metodológicos para traçar e desvendar o ambiente andino, tais como documentários, matérias jornalísticas, músicas, teses e artigos, além de obras literárias dedicadas à representação da época com os eventos e categorias mediadas por nós.

Ademais, enquanto neste trabalho não realizamos um aprofundamento na literatura, na Bolívia narram-se ficções e não ficções que nos aproximam da realidade descrita em períodos longínquos, ao mesmo tempo que se pensa outros mundos possíveis. Na arte da literatura, traduz-se a complexidade do ser humano numa realidade em que, transcrita em páginas, permanece nas entrelinhas da mente do leitor. Além do mais, encontramos outro recurso também essencial no nosso trabalho para a diversificação e inserção da pesquisa e do leitor no tema: as fotografias, gravuras e pinturas.

A fotografia, para o ambiente do altiplano, vem também com a atualização do olhar ocidentalizado de recordação e divulgação da memória como parte viva. Evoluindo dos registros escritos e as pinturas que eram realizados e levados ao país em sua maioria por estrangeiros e pelas camadas letradas – principalmente a classe alta –, a memória nacional, com a fotografia, seria um instrumento da ordem ideológica de reprodução das instituições dominantes (MENESES, 1992, p. 15), com a imprensa e o fotojornalismo servindo para a formulação dos ideais de nação das identidades sociais na modernidade, partindo do século XX para dentro da realidade social boliviana – qualquer que seja a classe social (MAUAD, 2010, p. 5-6).

Figura 1 - O empresário Domingo Nara e sua família.



Fonte: ROMANO; GARRETT; PARADA (2015, p. 55).

Incrivelmente, nos livros de história e em muitos contos que nos deparamos para a leitura deste trabalho a grande maioria, quando eram escrito por bolivianos ou na Bolívia, traziam juntos desenhos, ilustrações, quadros e fotografias que ilustravam elementos da sociedade e da paisagem Boliviana, principalmente de sua gente.

Figura 2 - Coronel Indígena, Luciano Vilca. “Aymara inteligente y corajudo cuya influencia sobre la población indígena durante las revoluciones ocurridas entre 1868 y 1870 hicieron de él, un jefe autóctono”.



Fonte: MORALES (1983, p. 199), Lâmina II (B), Fotografia de A. Chervin no livro “*Anthropologie Bolivienne*”, Fig. 113.

Um exemplo muito bem quisto por nós, por ser um exemplar raro que encontramos, e que representa a aproximação boliviana à modernidade é o livro “*Bolivia, su Desarrollo y Progreso*” (1925), do autor Máximo J. de Vacano, que foi escrito em comemoração ao primeiro centenário e publicado na Alemanha. Além de versar sobre história do país desde os tempos pré-incaicos, o livro segue os ideais de desenvolvimento e expansão da fronteira agrícola e mineradora em tempos anteriores a 1925, com relatos históricos e fotos que demonstram, e também anunciam quase como uma campanha para a imigração, as cidades e campos bolivianos, além da chegada das estradas de ferro e dos primeiros aviões militares.

Figura 3 - Estação de Viacha



Fonte: VACANO (1925), Plancha 57.

Além do mais, tanto na palavra escrita quanto na fotografia, devemos dar importância não só ao que é dito ou visto, mas ao que é silenciado, invisibilizado e ocultado. Ultrapassar a aparência da fotografia também é essencial caso se queira estudar a historicidade boliviana, uma vez que, ao compreendê-la como “duplicação da realidade sobre o papel” (MAUAD, 2010, p. 3), que dá imagem à forma, à categoria e aos sujeitos históricos, podemos aplicar o método para desnudar o que está além do documentado.

Estamos trabalhando com um período de transição e de convulsão social, em que o recém-chegado e o arcaico se deparam e se chocam, refletindo em som, luz, cor, sangue e terra as contradições do capital em uma Bolívia moderna. Então, neste espírito, nada mais apropriado do que se utilizar do máximo de recursos de memória e avivamento, a olhos vistos, das categorias da realidade latino-americana. E, como buscamos não só compreender o processo singular boliviano, seja ele atual ou passado, mas também a particularidade latino-americana, temos de realizar a investigação das categorias e de suas formações “geobiossociais”<sup>21</sup> dentro da totalidade do continente. De forma que, ao explorar expressões artísticas diversas,

<sup>21</sup> Nos utilizamos deste termo tendo em mente a obra “Mineração, Genealogia do Desastre” de Horacio Machado Araóz (2019). Expandindo o conceito “biossocial” com o “geo”, que possibilita a compreensão de realização do trabalho e do ser humano em uma localidade, com a formação de suas condições de existência em meio aos aspectos geográficos e biológicos que transformam e são transformados pelo componente humano social, em uma eterna espiral de movimento de apreensão e reapreensão da realidade. Com isso, o componente “geobiossocial”, descreve, não só as condições históricas de realização, mas, ao mesmo tempo, a ontologia do ser social, mas também a particularidade capitalista do não acesso à terra, da desconexão aos elementos fundantes de sua realização originária, da sua alienação e da realização do valor de uso.

desvelamos no fazer social e na práxis da vida as determinações fundamentais das interações e de encadeamento da luta de classe boliviana

Figura 4 - Rabona e soldado<sup>22</sup>



Fonte: ROMANO; GARRETT; PARADA (2015, p. 235), Arquivo de La Paz.

Desse modo, ao nos apropriarmos dessas fontes históricas, é possível perceber que, independentemente de quando ou onde as fotos foram tiradas, seja do altiplano boliviano, da costa peruana, do meio do Atacama ou nas selva amazônica brasileira, todos esses arquivos compõem uma única história latino-americana que, variando e se mesclando no tempo e no espaço, nos possibilitam desvelar a realidade boliviana.

Quanto aos quadros e pinturas, nos é muito caro no trabalho contrastar a história da Bolívia com suas gestões, não só de forma a simplificar a compreensão dos eventos, mas também para formar, cartograficamente, o perfil do Estado boliviano em suas administrações e sua atuação frente/em oposição ao indígena. Ademais, durante o século XIX, trocam-se os

<sup>22</sup> Esta foto aparentemente fora editada, pois numa pesquisa rápida sobre o autor e o nome do quadro, vemos que existem diversas fotos semelhantes, muitas delas com o fundo completamente diferente daquele presente na foto aqui apresentada. Acreditamos que tenha sido feita em estúdio e posteriormente manipulada de forma a incluir o fundo. Na mesma linha de pensamento sobre as *Rabonas*, figura feminina apelidada por sempre estar ao “rabo” do soldado, geralmente seu marido, acompanhando-o nas viagens, guerras e missões, vale a pena ao leitor conferir a belíssima ilustração de Pancho Fierro “*Rabona en Marcha*”, assim como outras aquarelas costumbristas suas que descrevem esse período da história andina.

líderes e presidentes da Bolívia com uma rapidez surpreendente, havendo, portanto, diversas figuras importantes desenvolvendo a formação da república; contudo, nem todas podem ser apresentadas neste trabalho, pelo limite de tempo e de espaço. Assim sendo, por ora, iremos destacar por meio de fotografias, quadros e pinturas somente daqueles elementos que nos sejam mais merecedores de atenção ou que apresentem maior relevância quanto à sua necessidade de conhecimento pela América Latina – seja pelos horrores ou pelas conquistas realizados por eles.

*Figura 5 - Salón da Independência, ou Sala de la Libertad, da Casa de La Libertad, em Sucre<sup>23</sup>*



Fonte: Acervo pessoal do autor.

---

<sup>23</sup> A figura central na parede é a de Simon Bolívar, pintado por Gil de Castro. À sua direita inferior está o Mariscal Sucre e à sua esquerda inferior está o General José Ballivián. Em frente aos quadros se encontra a primeira constituição da Bolívia. Na parte superior das paredes, da esquerda para a direita, estão as figuras dos indígenas Juana Azurduy de Padilla, Tupac Katari, Bartolina Sisa e Tomás Katari – estes últimos adicionados à sala somente em 2015.

Por fim, quanto à datação dos eventos listados e estudados por nós nesta pesquisa, apresentamos a tabela a seguir para o leitor acompanhar a sucessão de eventos, não só para se amparar quanto ao período histórico e datas de outros eventos que venham a explicar o namorama geral, mas, principalmente, para demonstrar sua complexidade.

Tabela 1 - Relação entre os capítulos da nossa obra, os presidentes bolivianos, seu período de mandato e sua designação.

Capítulo	Presidentes	Designação do mandato	Período de mandato
<b>A Construção da República</b>	<b>Antônio José Sucre</b>	Proclamado	1825 - 1828
	<b>Pedro Blanco Soto*</b>	Sucessão Constitucional	1828 - 1829
	<b>José Miguel de Velasco</b>	Sucessão Constitucional	1829
	<b>André Sta. Cruz</b>	Sucessão seguida de Eleições	1892 - 1839
	<b>José Miguel de Velasco</b>	Golpe	1839 - 1841
	<b>Sebastián Ágreda</b>	Golpe	1841
	<b>Mariano Calvo</b>	Sucessão Constitucional	1841
	<b>José Ballivián Segurola</b>	Golpe	1841 - 1847
	<b>Eusebio Guilarte</b>	Sucessão Constitucional	1847-1848
	<b>José Miguel de Velasco</b>	Golpe	1848
	<b>Manuel Isidoro Belzu</b>	Golpe	1848 - 1855
	<b>Jorge Córdova</b>	Eleições	1855 - 1857
	<b>José Maria Achá Valiente</b>	Golpe	1861 - 1864
	<b>Mariano Melgarejo</b>	Golpe	1864 - 1871
	<b>Agustín Morales Hernández</b>	Golpe	1871 - 1872
	<b>Tomás Frías</b>	Sucessão constitucional	1872 - 1873
	<b>Adolfo Ballivián Coll</b>	Eleições	1873 - 1874
<b>Tomás Frías</b>	Sucessão constitucional	1874 - 1876	
<b>O Conflito (Sub)Imperialista pelo Nitrato e pelo Guano</b>	<b>Hilarión Daza</b>	Golpe	1876 - 1879
	<b>Narciso Campero Leyes</b>	Proclamado	1880 - 1884
<b>A Democracia</b>	<b>Gregorio Pacheco Leyes</b>	Eleições	1884 - 1888
	<b>Aniceto Arce Ruiz</b>	Eleições	1888 - 1892

<b>Censitária e a Rebelião Indígena</b>	<b>Mariano Baptista Caserta</b>	Eleições	1892 - 1896
	<b>Severo Fernández Alonso</b>	Eleições	1896 - 1899

## **2 A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA**

De sua independência até o golpe de 1964, a Bolívia teria duas experiências de modelos de Estado: o caudilhistas (1825-1880) e uma democracia censitária (1880-1964), que resultaram em períodos de anarquia, juntas militares e representantes liberais e republicanos, que somariam em pouco menos de 120 anos dezenas de presidentes e centenas de rebeliões (LINERA, 2010).

Dentro deste horizonte, acreditamos ser imprescindível compreender a historicidade como aspecto determinado e determinante de como agem os grupos e indivíduos, facilitando também “a percepção do Estado como uma construção social, correspondente a determinadas relações sociais” (OSORIO, 2016, p. 84). Assim, no horizonte de uma luta revolucionária, que tenta desvelar as perspectivas indígenas e seus desdobramentos na luta de classes, o século XIX apresenta uma série de eventos fundantes/fundamentais quanto às possibilidades de rebelião e contrarrebeldião na Bolívia.

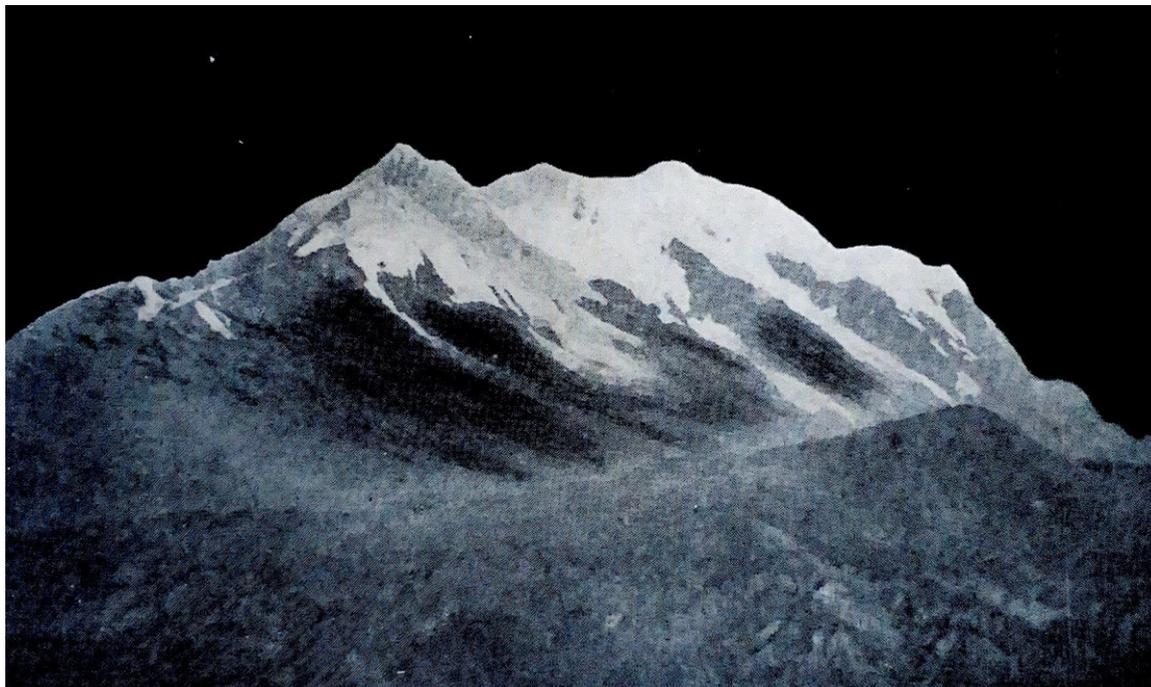
Pretendemos, portanto, neste primeiro momento, apresentar como marco temporal a primeira fase da República boliviana até o governo de Hilarión Daza com o início da guerra (sub)imperialista do Pacífico como parte da nossa investigação.

Este capítulo será o mais longo da nossa obra.

### **2.1 Quadro geral do país após a independência**

A República da Bolívia consistia, em 1825, em uma área aproximada de mais de dois milhões e meio de quilômetros quadrados. Sua população era de mais de um milhão de habitantes, sendo deles 750 mil quechuas e aimaras (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 377). Seu território é recortado e diversificado, apresentando os mais variados tipos de solo, climas, fauna e flora. O país andino, no oeste, possuía mais de 440 quilômetros de litoral, e tinha mais de um terço de seu território ocupado pelos Andes e pelo altiplano, enquanto os dois terços restantes eram compostos pela selva amazônica e o Gran Chaco.

Figura 6 - O gigante e imponente Illimani, cartão postal de La Paz e a segunda maior montanha da Bolívia.



Fonte: VACANO (1925), Plancha 10

Entre 1820 e 1870, a população boliviana teria uma expansão anual de 0,5% (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 67), e um movimento de povoamento intenso. Porém, devido às guerras que se seguiram, gestando as crises do meio do século que solaparam as bases produtivas bolivianas – predominantemente rural e de subsistência –, os horrores socioeconômicos criados na colônia persistiram independência adentro, gerando uma população miserável e assolada pela fome, pela doença e pela morte (KLEIN, 2016, p. 139).

Ademais, como principais representantes de uma nova elite administrativa após a independência, os *caudillos* e *gamonales* tinham esperança de que, com o fim do pacto colonial, o novo país conseguiria converter a renda mineira produzida em desenvolvimento. Liberados dos pactos coloniais, seus comércios supostamente poderiam se tornar mais prósperos, de forma a inserir a Bolívia como um Estado nacional competitivo e atuante no mercado; contudo, eles não poderiam estar mais errados (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 47). Com a deterioração da economia e produção do departamento de Potosí no último período colonial, vê-se a necessidade de investimentos de capital por volta de 1825, levando então a um lento crescimento da produção mineira em Potosí e Oruro. Em comparação, a produção de prata passaria a equivaler apenas a 10% da produção de potosina por volta de 1800, e apenas a 5% no ano de 1846 (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 48).

Assim, o Estado boliviano seria incapaz de subsidiar os custos da mineração potosina após a saída da Coroa. Com as Guerras de Independência e a anarquia gerada, diversas minas e fundições seriam abandonadas ou destruídas. Com o fim do crédito real e dos subsídios dos custos – como a compra de mercúrio para realização do garimpo – e da utilização da mão de obra – ligados ao fim do sistema de servidão da *mita* pouco antes da independência –, o setor mineiro nunca teria o mesmo auge visto durante a colônia.

Em 1803 havia quarenta *ingenios* (usinas de refino de prata) e várias centenas de minas em operação em Potosí, enquanto em 1825 havia apenas 15 *ingenios* e 50 ou mais minas ainda em funcionamento. A produção de prata – que na última década do século XVIII tinha sido, em média, de 385 mil marcos ao ano, caiu para 300 mil marcos na primeira década do século XIX – caiu ainda mais, a uma média de 200 mil marcos na década de 1810 e, por fim, para o nível sem precedentes de aproximadamente 150 mil marcos ao ano na década de 1820. Enquanto a produção subiu ligeiramente na década de 1830, foi somente nos anos 1850 que ela alcançou de novo o nível de 200 mil marcos (KLEIN, 2016, p. 141).

Como forma de compensação da perda de produção mineira, é estabelecido o tributo indígena. Esse tributo determina que, seja na mina ou no campo, os indígenas deveriam trabalhar alguns dias na terra dos proprietários ou pagar um valor em produtos e/ou dinheiro ao governo. Assim, estabeleceu-se um sistema de semi-escavidão e servidão, em que os indígenas deveriam servir aos *criollos* de acordo com suas categorias tributárias (separadas entre comuneros com terras, agregados, *forasteros* e *yanaconas*). Este seria o começo do sistema de *pongueaje*, onde os *pongos* indígenas, em servidão, seriam responsáveis por grande parte da produção e distribuição dos bens da Bolívia e, conseqüentemente, de sua receita.

Quanto à infraestrutura do país, a industrialização na Bolívia era não existente, com o trabalho artesanal e mineiro do indigenato predominante em todo o território. Isto se dá uma vez que, após as tentativas de expansão da produção têxtil que viriam a ser realizadas república adentro, com mecanismos de proteção comercial e incentivo do livre mercado, a Bolívia nunca formaria um sistema industrial sólido, seja para a produção de tecidos ou de outros bens, como sabão, pólvora e vidro, de acordo com Morales (1983, p. 21).

Desse modo, vê-se que tanto nos casos de extração das matérias-primas, quanto nos de bens manufaturados, a Bolívia retém seu caráter colonial exportador. Suas vias de transporte e fluxo de mercadoria eram estradas de chão batido e pedra em meio à selva amazônica ou que contornavam os Andes, e seu principal acesso aos mercados internacionais, por meio dos portos e rios que escoavam ao Pacífico e ao Atlântico, dependia majoritariamente de países vizinhos.

A Bolívia também possui muitos “portos secos”, como o porto de Cobija, principal acesso de Potosí e Chuquisaca, onde lhamas e mulas eram carregadas com minérios e produção

agrícola e artesanal em seus lombos como alternativa milenar para atravessar as restrições geográficas e climáticas dos Andes e do deserto do Atacama. Desde o período colonial, os custos de transporte sempre foram altos e os tributos pagos apresentavam compensação baixa devido à falta de fiscalização no seu transporte (KLEIN, 2016, p. 140). Assim, outra alternativa na época era enviar os minerais até Arica, no Peru, o que implicava passar por alturas de 4.300 metros acima do nível do mar, mas que se mostrava um caminho mais próximo para as minas de Potosí (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 50).

Porém, a necessidade de um porto para o país persistia desde sua independência, com o vice-presidente da Assembleia da independência, José Maria Mendizábal, afirmando que com uma “*absoluta carencia de puertos*” a Bolívia nunca se firmaria como país<sup>24</sup> (MORALES, 1983, p. 12). Assim, foi durante a gestão do General Andrés Santa Cruz que foram promulgadas

*numerosas medidas protectoras. Cobija fue declarado puerto “completamente franco y libre de todo derecho nacional”. Las embarcaciones de todo el mundo se hallaban allí eximidas, además, de toda investigación fiscal. El gobierno concedió también, gratificaciones especiales del 2% sobre los productos de exportación llegados al puerto, a fin de fomentar su actividad. Las medidas no constituyeron un adecuado correctivo a la situación y el desierto continuó ejerciendo su función obstructora* (MORALES, 1983, p. 14).

---

<sup>24</sup> Este é um dos muitos casos de um “mau-agouro” na história boliviana. Muitas figuras da política boliviana ou do fazer social indígena em suas palavras e ações acabam por “condenar” os destinos do país e da nação em suas previdências.

Figura 7 - Arco de Cobija, na cidade de Potosí, em 1908 (esquerda) e em 2022 (direita)<sup>25</sup>



Fonte: À esquerda, Facebook<sup>26</sup>, e à direita, acervo pessoal do autor (2022).

Quanto à composição demográfica, há poucas informações relativas à distribuição populacional e étnica. Porém, a população era principalmente dividida entre indígenas, *mestizos*, brancos e *criollos*, em uma composição que não era dada por “identidades” culturais ou até mesmo composições étnicas, mas muitas vezes pela situação socioeconômica em que a pessoa se encontrava ou pelo batismo. Por vezes, não havia nem mesmo a divisão entre indígenas e *mestizos*, ou brancos e *mestizos*, ou *criollos* e *mestizos* em muitos lugares. Quanto ao cálculo populacional, a cordilheira e o altiplano sempre foram as regiões mais populosas e povoadas. De acordo com os dados do britânico Joseph B. Pentland (IN: ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 73), em 1825 o departamento de La Paz era o mais populoso, com mais de 34% da população do país, com Potosí em segundo lugar com 22%, seguido de

<sup>25</sup> O Arco de Cobija, além de ser o acesso e a divisa oficial entre a parte rica da cidade (dos *criollos*) e a parte pobre (dos indígenas), era a passagem oficial de todo os minérios cunhados e categorizados pela *Casa de la Moneda de Potosí* e que iria aos portos. Necessariamente toda a prata, o ouro, os minérios e as moedas produzidos em Potosí deveriam passar pelo Arco como parte da fiscalização. Ademais, podemos pontuar as semelhanças entre as duas fotos: alguns dos edifícios ao fundo continuam presentes até a data da foto, assim como a passagem dos indígenas pelo Arco de Cobija no seu dia a dia. Quanto às diferenças: a presença de cabos de energia, assim como o crescimento urbano da parte próxima ao cerro, são notados como a inserção tecnológica e de crescimento da cidade; além do mais, podemos pontuar as diferenças entre o Cerro Rico de 1908 e o de 2022, que parece ter diminuído e se deformado, com sua aparência solapada e não uniforme sendo melhor vista ao chegar perto das entradas das minas.

<sup>26</sup> <https://www.facebook.com/historialeyendapotosi/posts/459878624532138/>

Cochabamba e Chuquisaca empatados em terceiro lugar, e Oruro com 10% – vale ressaltar que, durante esse primeiro período, menos de 1% da população boliviana se encontrava na faixa litorânea.

No entanto, após a independência, não só os Andes foram palco de mudanças. O número de *criollos* e brancos no país já vinha crescendo desde a formação do Vice-Reino do Rio da Prata, contudo, durante esse período, e continuando na república, tem-se uma marcha direcionada ao departamento de Santa Cruz, na bacia amazônica e em direção à bacia do Prata. Essas “terras baixas”, território que compreendia o principal polo de ação das missões jesuíticas do século anterior<sup>27</sup> – e que continuaria a ser uma área de importância religiosa –, teria, então, 7% da população do país em 1825.

Ademais, o processo de expansão e ocupação do leste do território determinaria importantes limites e fronteiras para o país em consolidação com a promoção de políticas e incentivos de exploração e uso da terra por parte tanto dos indígenas<sup>28</sup> e *mestizos*, quanto dos *criollos* e estrangeiros vindos da Europa e de outros países da América Latina. Esse processo de expansão também contou com negros que haviam sido trazidos durante o período colonial pela fronteira brasileira e outros escravizados na costa do Pacífico, que criaram suas comunidades em torno dos principais centros rurais e urbanos do país.

Os afrobolivianos, apesar de seu número reduzido quando comparados aos indígenas, eram também escravizados durante a colônia e passariam a integrar o sistema de *pongueaje* nas *haciendas* de coca e de frutas nas regiões amazônicas do departamento. Foi somente em 1945, com o fim desse sistema de servidão, que os afrobolivianos libertaram-se realmente da *pongueaje*. Formadas suas comunidades, principalmente nos Yungas, região do departamento de La Paz de fronteira entre a franja andina e amazônica, além de outras cidades de Santa Cruz, os afrobolivianos até os dias atuais existem na região com um Movimento Cultural Negro, adotando elementos próprios de sua cultura, como a *saya*. Os afrobolivianos e os indígenas seriam os dois grupos mais solapados durante a república quanto aos seus direitos políticos e civis, sendo completamente apagados dos censos da república até o começo do século XX e

---

<sup>27</sup> Em 1767 os jesuítas foram expulsos das colônias espanholas pelo Rei Carlos III na chamada “Sanção Pragmática”. Como consequência, no Alto Peru, foram deixadas inacabadas as missões de Mojos e Chiquitos. Porém, da independência em diante, as missões encontraram novas instalações em La Paz, Cochabamba e Tarija, possibilitando que a ordem franciscana ganhasse novas bases no país (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 413-414).

<sup>28</sup> Durante essa época, algumas das populações indígenas mais conhecidas e atuantes foram os *cavineños*, *chacobos*, *chiriguanos*, *chiquitanos*, *guarayos*, *mojeños*, *ñanaiguas* e os *zamuco*s (ROMANO, GARRETT, PARADA, 2015, p. 28).

tornando-se alvo de algumas das principais missões de evangelização e cristianização na história boliviana.

Quanto ao aspecto da administração e jurisdição da república boliviana, a Assembleia do Alto Peru, realizada na *Sala de la Libertad* no dia 06 de agosto de 1825, determinaria a Bolívia como um regime representativo de três poderes, porém, nos modelos decretados por Bolívar, que partiam da ideia de presidência vitalícia - tal como a Constituição espanhola de Cádiz. Com a rejeição desta ideia, têm-se a constituição de uma nova assembleia em 1826, em que se definiria a nação boliviana como sendo “*la reunión de todos los bolivianos*” (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 70), declarando, até então, como departamentos: Chuquisaca, Cochabamba, La Paz, Oruro (criado durante o governo de Antonio Sucre) e Santa Cruz, que estariam sob um Poder “Supremo” que se dividiria em quatro ramos representativos: o Eleitoral, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, em que o presidente não teria posse vitalícia do mandato.

Desta maneira, o país se organizaria por meio de distritos, com o número de deputados representantes de cada distrito e a distribuição de recursos da república determinados pela quantidade de habitantes, com os departamentos de população inerte politicamente possuindo o maior número de representantes; este é o caso de Santa Cruz, que teria um deputado para cada 15.000 habitantes, seguido de Cochabamba, com um deputado para cada 16.444 habitantes, conforme os moldes de 1826. Já os departamentos de Oruro e de La Paz teriam um deputado para cada 37.000 ou 38.000 habitantes (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 72). Ou seja, apesar de terem um número menor de pessoas aptas a votar, o número de representantes possíveis para Santa Cruz e Cochabamba era o dobro daquele de La Paz e Oruro.

Ademais, as maiores cidades e centros urbanos dos Andes, que tinham maior número de eleitores, possuíam um terreno político mais concorrido não apenas pelo número de pessoas, mas devido ao fato de que as definições de cidadão e eleitor não eram os mesmos que o de nacionalidade, em que: todos aqueles nascidos na Bolívia são bolivianos, mas apenas são considerados cidadãos e aptos ao voto os homens maiores de 21 anos ou casados, que saibam ler e escrever e que não estavam em condição de servidão, isto é, não podendo ser indígena. Desta forma, a população indígena, seja ela de maioria urbana, rural ou comunal, não poderia votar nas eleições de Santa Cruz; além disso, muitos indígenas eram menores de idade e, em alguns casos, sujeitos às missões religiosas.

## **2.2 As primeiras décadas da República**

Passada a euforia inicial da República de Bolívar – se de Rômulo, Roma; de Bolívar, Bolívia –, o Libertador logo perderia seu cargo como supremo Presidente Vitalício. Assim, o Congresso logo determinaria que o General Antonio José de Sucre seria o novo presidente do país.

Liberal, anticlerical ferrenho e um dos principais líderes da campanha de independência de Bolívar, o General Sucre seria responsável pelas primeiras tentativas de modernização da Bolívia, promovendo a fundação de muitas escolas e a organização da indústria mineira, nacionalizando minas abandonadas e abrindo-as ao capital externo (KLEIN, 2016, p. 143-144). No entanto, devido à falta de captação e da recente crise enfrentada após as guerras de independência, Sucre veria os cofres públicos vazios, tendo de recorrer ao confisco dos bens da Igreja como forma de equilibrar o patrimônio do governo após o fim dos patrocínios da Coroa. Com isso, Sucre declara que o controle do dízimo da Igreja seria feito pelo governo, ao passo que os terrenos de monastérios e *iglesias* passariam para o controle do Estado<sup>29</sup> (MESA; MESA; GISBERT, 2003, p. 327).

Figura 8 - General Antonio J. Sucre e General Simón Bolívar, da esquerda para a direita.



Fonte: VACANO (1925), Plancha 5

Quanto às instituições da república, Sucre seria responsável pela revitalização da *Casa de Moneda* e do Banco San Carlos, iniciando trabalhos para drenar as minas inundadas e

<sup>29</sup> Estas foram algumas das suas muitas medidas impopulares, porém serviriam como base para reduzir significativamente a atuação da Igreja durante o primeiro momento da vida republicana boliviana. Com ela, se tornaria um agente dependente do Estado e das igrejas europeias em pouco tempo, resultando no reaparecimento dos jesuítas e a chegada de novos grupos à Bolívia – principalmente em Santa Cruz (KLEIN, 2016, p. 148).

instituir um exército nacional com os recursos coletados por meio do tributo indígena, além da reforma aplicada nas igrejas. Neste processo, muitas das guerrilhas que haviam se formado pela independência da Bolívia seriam oficializadas no governo de Sucre. Em decreto, no dia 13 de janeiro de 1826, o batalhão dos Agueridos, composto pelos sobreviventes da guerrilha de Ayopaya e Sicasica, tornou-se o Primeiro Batalhão de Infantaria da Bolívia. Não era, portanto, novidade o apreço e a ambição de Sucre em relação à formação de um exército próprio na região, o que o faria fundar o primeiro colégio militar do país (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 81).

No entanto, mesmo que Sucre fosse popular e influente, logo seus empreendimentos se mostraram improdutivos e insatisfatórios às elites *paceñas* e *chuquisaqueñas* – uma vez que, com a tarefa de constituir as bases da administração do país, o governo de Sucre pouco incentivou financeiramente as velhas oligarquias para além do padrão colonial. Ainda, a manutenção do exército libertador colombiano na região – estacionado e atuante no país como parte do empreendimento do Libertador – apresentava grandes custos aos cofres públicos. Assim, a Bolívia se tornaria um terreno fértil para as conspirações e insatisfações de outros generais das Guerras de Independência, muitos deles parceiros de batalha do Gran Mariscal de Ayacucho.

A ameaça inicial, contudo, não viria de dentro do país, mas do país vizinho ao norte, o Peru, onde o General Gamarra agrupava uma força de mais cinco mil soldados que ocupariam diversas cidades do norte boliviano em uma tentativa de conquista do país (VACANO, 1925, p. 50). Assim, com o desmantelamento das forças do Libertador, levadas adiante pela assembleia de deputados, e a imobilidade de Sucre, gerada pelo descontentamento das tropas e pelo sentimento golpista que pairava entre os generais, além da invasão das forças de Gamarra, a Bolívia teria a sua primeira insurreição golpista, de muitas, após a queda de Bolívar. No dia 18 de abril de 1828, na cidade de Chuquisaca (atual Sucre), inicia-se o primeiro de muitos motins militares da época, que resultou em uma tentativa de assassinato contra Antonio Sucre, ferindo-o no braço. Ao ver sua fragilidade no poder e a recente emergência de outros caudilhos, Sucre logo renunciaria<sup>30</sup>.

Durante a invasão peruana ao país, o exército de Gamarra logrou uma série de vitórias, resultando, para o povo boliviano – civil e militar –, em morte e violência. Porém, após Gamarra iniciar sua campanha em direção a Oruro, ele iria ao encontro de Pérez de Urdininea e de Pedro

---

<sup>30</sup> Sucre, assim como Bolívar, teria um fim trágico. Saindo da Bolívia por Cobija, participaria da batalha de Tarqui em 1829, derrotando o presidente peruano La Mar. No entanto, seria assassinado a sangue frio na Colômbia, colocando fim a mais um dos capítulos da história independentista da América Hispânica.

Brando – este último, secretamente, aliado de Gamarra –, firmando um cessar-fogo na cidade de Piquiza (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 358). Em um aparente episódio de irmandade e fraternidade entre o Peru e a Bolívia, podemos desvendar a farsa que representava a ameaça de guerra entre os dois países, uma vez que o conflito de Gamarra havia sido orquestrado juntamente com as elites aristocratas bolivianas para a desestabilização das forças do Libertador e de seus caudilhos próximos, e Sucre era sua mão direita em batalha. Assim, em julho de 1828, é firmado um acordo que estipulava a retirada das tropas colombianas de libertação e o aceite da renúncia de Antonio Sucre, assim como a eleição de um novo presidente.

No dia 3 de agosto de 1828, a assembleia constituinte estabelece o General Pedro Brando como presidente provisório; ele logo seria assassinado ao tentar tomar o poder permanentemente para si. O cargo, então, seria ocupado temporariamente pelo General José Miguel de Velasco – que seria presidente diversas vezes, ocupando o cargo sempre que necessário, seja por intermédio da assembleia, das eleições ou por golpe de Estado<sup>31</sup>. Velasco, por sua vez, nesse primeiro momento, declarou de imediato a necessidade de novas eleições, que elegeram o General Andrés de Santa Cruz y Calahuma.

Descendente da linhagem inca<sup>32</sup> por parte de mãe e espanhola por parte de pai, Santa Cruz seria um dos principais estadistas bolivianos do século XIX (VACANO, 1925, p. 51). Um dos mais honrados membros do exército de Bolívar, Andrés inicialmente havia sido eleito em 1825 para um cargo na Assembleia Constituinte de La Paz, mas negaria esse pedido devido à sua posição atual como governador de Chuquisaca. Em 1826, contudo, Bolívar o convoca para ser o primeiro presidente da República do Peru, cargo que ocuparia por pouco mais de um ano.

---

<sup>31</sup> Velasco, apesar de ter sido um dos presidentes mais inexpressivos durante seu mandato, seria um formidável agente político na Bolívia, ocupando o cargo nos anos de 1828, 1829, de 1839 até 1841 e em 1848. No decorrer do trabalho, diversos outros presidentes ou figuras aparecerão em repetição.

<sup>32</sup> Em outras fontes, diz-se que Santa Cruz era de descendência quechua em vez de inca. Acreditamos que também atrelar Andrés Santa Cruz ao poderio inca pode ter sido parte da estratégia de popularidade com os povos indígenas nos empreendimentos militares que viriam.

Figura 9 - General Andrés de Santa Cruz<sup>33</sup>.



Fonte: Wikimedia<sup>34</sup>

Durante a gestão de Santa Cruz, o governo passaria pelo primeiro período de estabilidade política e socioeconômica da república. Para os latifundiários e as altas classes, o presidente foi capaz de gerar uma estrutura estatal financeira segura, com a criação de tarifas protetoras – como no caso do setor têxtil –, e buscou ampliar as exportações pelo porto de Cobija, expandindo a população e a economia litorâneas com a construção de uma ferrovia

<sup>33</sup> Este quadro está presente atualmente na *Galeria de Presidentes da Casa de la Libertad* e é o primeiro dos muitos quadros dessa sala (que antigamente era a Câmara de Senadores, ou seja, muitas das decisões que explicaremos neste trabalho saíram deste cômodo) que serão apresentados neste trabalho. Um fato interessante a ser considerado dessa galeria é de que faltam mais de vinte quadros de presidentes bolivianos, uma vez que foram produzidos durante suas gestões, sendo ausentes, portanto, por um destes motivos: o mandato foi de transição, o presidente morreu ou foi deposto – o quadro de Jeanine Añez, por exemplo, não está presente na sala.

<sup>34</sup>

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d2/Andr%C3%A9s\\_de\\_Santa\\_Cruz.\\_Ugalde%2C\\_Manuel.\\_c.\\_1835%2C\\_Andr%C3%A9s\\_de\\_Santa\\_Cruz\\_collection%2C\\_La\\_Paz.png/800px-Andr%C3%A9s\\_de\\_Santa\\_Cruz.\\_Ugalde%2C\\_Manuel.\\_c.\\_1835%2C\\_Andr%C3%A9s\\_de\\_Santa\\_Cruz\\_collection%2C\\_La\\_Paz.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d2/Andr%C3%A9s_de_Santa_Cruz._Ugalde%2C_Manuel._c._1835%2C_Andr%C3%A9s_de_Santa_Cruz_collection%2C_La_Paz.png/800px-Andr%C3%A9s_de_Santa_Cruz._Ugalde%2C_Manuel._c._1835%2C_Andr%C3%A9s_de_Santa_Cruz_collection%2C_La_Paz.png)

entre Cobija e Potosí (KLEIN, 2016). Durante esse momento, também seriam descobertas minas no litoral que iriam impulsionar a atividade mineradora e extrativista na região<sup>35</sup> (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

Porém, a despeito das tentativas do governo, suas despesas ainda eram maiores que as receitas, com os custos de manutenção do exército e da Igreja representando dois dos principais gastos (a Igreja era agora “patrocinada” pelo Estado por meio dos tributos). Com isso, uma nova desvalorização da prata exigiria que o presidente Santa Cruz, em 1830, assinasse um decreto que estabeleceria a cunhagem de uma nova moeda em Potosí. Enquanto a moeda oficial continha 18,05 gramas de prata em vez dos tradicionais 24,45 gramas (KLEIN, 2016, p. 152), a nova moeda seria inserida na economia com a proposta de ser uma alternativa desvalorizada em relação à outra. Esta seria a “*moneda feble*”, uma tentativa falha de solução do problema de mercantilização da prata que faria com que o Estado cobrasse impostos no antigo peso enquanto pagava com o novo, provocando, a longo prazo, uma crise nas finanças do governo e de suas receitas.

O presidente Santa Cruz pode não ter sido um gestor econômico promissor, porém, quanto à gestão administrativa e legal do país, seria uma potente figura a ser invejada e temida pelos países vizinhos. Por meio de uma série de decretos, o presidente fortaleceu os vínculos entre o governo, a sociedade, a burocracia, os latifundiários, os militares e os eclesiásticos, trazendo para perto de sua administração diferentes setores da sociedade, além de iniciar a promoção da identidade nacional como *una* (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 103).

O presidente Andrés também promoveria o deslanche da educação superior na Bolívia, com a reforma da Universidade de Chuquisaca e a criação de universidades em La Paz. Além disso, indicaria, por meio de nova constituição, que o presidente poderia se reeleger após quatro anos no mandato, e que o país possuiria novos códigos legais, como os códigos “*Civil (1831), Penal (1831), de Procedimientos (1831), Mercantil (1834) y de Minería (1834)*” (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 378). No entanto, um dos principais motivos de Santa Cruz ter permanecido no governo por mais de dez anos não foi apenas sua administração pacificadora, mas também suas proezas militares e de integração latino-americana, como o seu maior feito, que o faz ser lembrado até hoje: a *Confederación Perú-Boliviana* (1836-1839).

A ideia de unir os dois países não era nova – o General Gamarra já havia iniciado esse empreendimento nos anos posteriores ao seu acordo de paz –, no entanto, quando o então presidente do Peru, Orbegoso, enviou uma mensagem a Santa Cruz pedindo ajuda contra as

---

<sup>35</sup> O desenvolvimento do litoral é um presságio para as guerras que viriam entre o Chile, Peru e Bolívia na região.

sublevações do General Felipe Salaverry, no centro do país, e de Gamarra no sul, o presidente boliviano respondeu prontamente. Do ponto de vista militar, o período seguinte fora o mais exitoso da história republicana boliviana: os exércitos de Santa Cruz venceram todos os oponentes em seu caminho e, aproveitando as circunstâncias favoráveis, o presidente boliviano assinou, com o Peru, um pacto de intervenção que declarava a Bolívia como Estado paternal responsável por reestabelecer a ordem no país vizinho. Mais tarde, seria convocada a *Asemblea Sud-Peruana* em Sicuani, que declarava o sul do país como Estado independente confederado à Bolívia, com o General Santa Cruz como seu protetor (VACANO, 1925).

Figura 10 - Confederación Perú-Boliviana (1836).



Fonte: ROMANA; GARRETT; PARADA (2015, p. 79).

Porém, a formação de uma grande potência militar e econômica não seria bem vista por todos. Ao sul, o Chile e a Argentina começaram a preparar suas tropas militares. Em 1838, o Chile interrompe o conflito com a confederação, acabando com a maré de vitórias do General Santa Cruz no que, em janeiro de 1839, viria a ser uma grande batalha em Lima a favor do país beligerante; nela, um dos principais aliados dos generais chilenos, liderados por Bulnes e Blanco Encalada<sup>36</sup>, seria o General Gamarra, o eterno oponente da Bolívia. Ademais, neste país, Velasco iniciaria um golpe de Estado que enfraqueceria Santa Cruz, que ao perder a *Batalla de Yungay*, viu-se a abandonar o cargo em meio aos motins no interior do governo. Por fim, a *Confederación Perú-Boliviana* seria dissolvida tanto por dentro, pelos conspiracionistas, quanto por fora, com o conflito em Yungay sendo o marco decisivo da derrota do exército confederado contra o *Ejército Unido Restaurador* chileno e peruano (VACANO, 1925, p. 53).

Assim, Velasco tomaria novamente o poder de maneira provisória, em um governo de pouca relevância, para além do fato de ele ser o responsável pela troca do nome da capital Chuquisaca, no distrito homônimo, por Sucre, em homenagem ao Mariscal Antonio. Durante o final do governo provisório de Velasco, Sebastián Ágreda e Mariano Calvo, respectivamente o ex-ministro da guerra e o ex-vice-presidente da gestão Andrés Santa Cruz, governam rapidamente o país como uma junta que promoveria, em nome da regeneração política da Bolívia, a necessidade da volta do General Santa Cruz à presidência (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Isto provocaria uma nova ofensiva de Gamarra que, então com a ajuda da Argentina e do Chile – que logo desistiram da ofensiva –, inicia uma invasão com o pretexto de impedir a volta de Santa Cruz, desta vez, porém, com intenções expansionistas (KLEIN, 2016).

Frente ao perigo do general peruano, uma nova figura seria determinante nesse período da história: José Ballivián. Com um exército mais poderoso que o da Bolívia, Gamarra atravessaria a fronteira dos dois países, conquistando a cidade de La Paz e dirigindo-se ao sul. Ballivián, com seu pequeno contingente militar, enfrentaria as tropas de Gamarra na famosa Batalha de Ingavi. Esta seria a última ofensiva de Gamarra contra a Bolívia, sendo morto durante a batalha, mas também seria um dos últimos sucessos militares significativos da Bolívia durante o século XIX contra um país invasor. Ballivián ainda realizaria uma última ofensiva contra o Peru, mas, com pouco menos de um ano do sucesso inicial contra os peruanos, logo seria selado um acordo de paz.

Durante a batalha de Ingavi, Ballivián já havia sido nomeado presidente do país pela assembleia, no dia 27 de setembro de 1841. Contudo, terminada a guerra, oficializa-se o cargo

---

<sup>36</sup> Estes nomes viriam “assombrar” a Bolívia, por meio de barcos do mesmo nome, durante a Guerra do Pacífico.

ao General. A gestão de Ballivián seria duradoura, mas seria de gosto amargo final para o presidente. O governo logo iniciaria missões de exploração e descobrimento, com uma expedição científica aos lagos e rios do território, de forma a encontrar formas mais aptas de transporte de acordo com as necessidades do país. Outros destaques são sua especial atenção à educação do país com a criação de universidades e escolas, além de sua administração como responsável pela criação do departamento de Beni no território onde havia ocorrido as missões de Mojos (VACANO, 1925).

Foi também no governo de Ballivián que a Bolívia conseguiu, brevemente, assentar-se de forma independente por ser um dos primeiros países produtores de quina (*Cinchona grandiflora*), tornando-se “*el único exportador de una de sus variedades de excelente calidad: la Cinchona calisaya, preferentemente buscada por sus insuperables propiedades*” (MORALES, 1983, p. 20). A quina era cobiçada pois dela é extraído o quinino, um alcaloide de gosto amargo de interesse para a crescente indústria de medicações por suas funções antitérmicas, analgésicas e antimaláricas.

No entanto, o fim do governo de Ballivián teria início com seu plano de desmilitarização do exército nacional – fundado e organizado inicialmente por Andrés Santa Cruz. Isto enfureceu os setores militares, desagradando alguns dos principais comandantes do presidente, entre eles o General Belzu, que seria um de seus principais opositores<sup>37</sup>. Assim, os caudilhos de todos os departamentos iniciaram bloqueios econômicos e administrativos contrários a Ballivián, de forma que, em escalas regional e nacional, a Bolívia havia se tornado ingovernável, com o caos urbano e rural abrindo espaço a uma sucessão de golpes e ataques militares.

*Ante la imposibilidad de gobernar el país, se dice que el vencedor de Ingavi, desilusionado, amargado y con lágrimas en los ojos, se despidió de sus tropas en la localidad de Pocoata (Potosí), recomendándoles subordinación y constancia, tomando luego el camino del exilio en diciembre de 1847* (ROMANO, GARRETT, PARADA, 2015, p. 100).

Com a saída de Ballivián, o General Eusebio Guilarte assumiu a presidência em um breve mandato de dez dias antes de ser assassinado em Cobija em 1849, de maneira que, para o quarto e último mandato, apesar de enfrentar ferrenha oposição contra seu golpe, Velasco voltaria ao governo. Contudo, Velasco ficaria apenas por poucos meses, dando lugar ao General Belzu em um golpe de Estado organizado pelos militares.

---

<sup>37</sup> Belzu e Ballivián foram bons amigos durante a carreira militar. Atuaram juntos na Batalha de Ingavi e Belzu havia ocupado lugar de prestígio no governo de Ballivián. Porém, a inimizade teria se iniciado por um incidente pessoal. Supostamente, Belzu teria atirado em Ballivián – sem acertá-lo – após ter encontrado o então presidente em sua casa em Oruro para seduzir sua esposa; essa suposta traição teria selado o destino do governo (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 396).

### 2.2.1 A SEGUNDA INDEPENDÊNCIA

Para alguns historiadores, o período compreendido entre 1825 e o final do conflito com o Peru, com o estabelecimento das fronteiras, significa para a Bolívia a sua “*consolidación como nación, sellando definitivamente su independencia*” (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 389), com o governo Ballivián formando “*en los hechos la verdadera fundación de la república, o pelo menos el establecimiento de los cimientos sobre los que viviría la república en los años subsiguientes*” (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 395). Ao mesmo tempo, para Klein (2016, p. 157), o fim da confederação e a entrada de Ballivián significaram o fim da era Santa Cruz e dos libertadores das guerras de independência, pondo fim ao “melhor da ideologia revolucionária dos grandes movimentos de libertação”.

Ambas ideias são complementares e conflitantes, mas apresentam um breve resultado dos primeiros anos de república e dos anos seguintes: para os governantes, militares, *criollos* e todos aqueles que representavam os interesses dos *q'aras*, passa-se a era das revoluções e lutas por independência e inicia-se a era do capital<sup>38</sup>, em que o país teria seu território consolidado (mas não por muito tempo) e agora deveria gerir uma economia própria.

Até então o ‘pacto colonial’ garantira o desenvolvimento das colônias e das metrópoles, locupletando-se as classes dominantes metropolitanas e coloniais, que se repartiam sobre o sobre-trabalho produzido pelas classes produtivas duramente exploradas através de diversas formas de produção: escravismo colonial, *encomienda*, etc. (MAESTRI, 2019, p. 21).

Assim, ao romper os vínculos com a Coroa, o país recém-nascido deveria estabelecer qual seria o novo “pacto” a ser definido pelo Estado. No entanto, para o indígena, o “pacto republicano” não seria muito diferente do “pacto colonial”.

Por meio da estrutura de tributos e da *pongueaje*, a república daria continuidade à escravidão por meio da servidão, renovando o contrato da *encomienda* colonial e intensificando seu interesses e a produtividade do indígena no alto dos Andes. Assim, o indígena nunca deixou de estar na ponta da lança dos conflitos, seja a favor do lado opressor ou do oprimido, ou nas entranhas das serras, sendo devorado pelos cerros, ou nos campos produzindo a comida que alimenta a nação indígena e a nação boliviana.

---

<sup>38</sup> Os paralelos com o trabalho de Eric Hobsbawm não são meramente ilustrativos, porém, neste trabalho, por questão de tempo, não poderemos apresentar uma leitura detalhada destas importantes obras e deste importante autor. Deixamos este autor e tantos outros para um trabalho futuro.

Com a libertação, esse novo pacto não estaria mais sob o monopólio da Coroa espanhola, mas seria livre e independente para ser adquirido pelo capital internacional que, ao ser personificado nas nações dominantes, financiaria as guerras pelas novas fronteiras dos países e todas as elevações produtivas no mercado mundial que discorremos por todo o trabalho. Esse processo acaba por inserir o indígena andino no próprio desenvolvimento do subdesenvolvimento, levando-os à pobreza, à fome, à desterritorialização, à descomunicação e à morte.

### 2.3 Modernização, oposição e moralismo

Após duas décadas de república, em 1846, a Bolívia realizaria o seu primeiro censo nacional oficial. Nele, percebe-se um crescimento demográfico acentuado, majoritariamente nos Andes, e estima-se o número de indígenas e outros indivíduos espalhados pelo país nos territórios orientais das “terras baixas” (KLEIN, 2016, p. 163).

*Según los datos de Dalance el país tenía 53.218 leguas cuadradas y vivían en su territorio 2.133.896 habitantes, o sea 39 habitantes por legua cuadrada. Es de notar que el censor considera 11 ciudades, tres más que las capitales de departamento: Padilla, Mizque y Vallegrande, teniendo en cuenta entre las capitales a Cobija capital del Litoral. Las ciudades más importantes eran en orden a su población La Paz, Cochabamba, Sucre y Potosí y la menor de las ciudades era Padilla con 1.221 habitantes. Es curiosa la deducción de Dalance que por cálculos retrospectivo concluye que el número de habitantes de 1826 era de 997.427.*

*Con respecto al campo el estadígrafo indica que en esa época la tierra trabajada constaba de 5.135 haciendas y 106.132 terrenos de comunidad. Es decir que para la nomenclatura de la época “pegujales, mantas o sayañas”<sup>39</sup> significaban un total de 111.267 propiedades en el campo. El total de comuneros indios era de 487.084 (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 403).*

La Paz continuava a ser o departamento mais populoso, bem como a cidade mais populosa (43 mil habitantes), com a cidade de Cochabamba em seguida. A população era de maioria rural, com apenas 11% nos centros urbanos, o nível de escolaridade era baixo, com apenas 22 mil crianças frequentando as escolas e, em estimativas otimistas e generosas, com aproximadamente 100 mil pessoas alfabetizadas em espanhol no país (KLEIN, 2016).

Quanto à economia do país, após a renúncia do presidente Ballivián, muitas minas de prata ainda se encontravam abandonadas e inundadas, e as que estavam em funcionamento somavam mais de 9 mil trabalhadores da mineração e 282 proprietários (KLEIN, 2016, p. 162). A indústria do tecido havia se mostrado um fracasso para a república, os déficits se acumulavam e, ao passo que a queda do presidente fora caótica quanto à administração do governo

---

<sup>39</sup> Estas palavras descrevem as parcelas de terra indígena e de sua produção.

caudilhista, o país daria uma nova guinada modernizante sob o comando do General Manuel Isidoro Belzu. O General implementaria engenhos a vapor na indústria mineira, além da promoção da produção nacional sem intervenção de monopólios externos<sup>40</sup> (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003), em um movimento que fortaleceria as companhias mineiras consolidadas na Bolívia, como dos Aramayo e dos Pacheco.

O General Belzu também seria uma das principais figuras da história caudilhista boliviana. Tendo como seus principais currais eleitorais os departamentos de La Paz e de Oruro, o “Tata Belzu” – “papai Belzu”, pois chamava seus aliados de “seus filhos” – era crítico ferrenho da oligarquia de Chuquisaca e defensor do fim dos abusos vividos pelos indígenas. Proclamava-se como um “homem do povo”, representante dos *cholos*<sup>41</sup> e das classes mais pobres, e declararia em um de seus discursos:

*La propiedad privada es la fuente principal de la mayor parte de los delitos y crímenes en Bolivia... no más propiedad, no más propietarios, no más herencias. Abajo los aristócratas”, la tierra sea para todos. Basta de explotación del hombre por el hombre* (BELZU IN: MEZA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 397).

Belzu também seria responsável por oficializar a Constituição de 1851, ampliando os direitos civis e políticos, suprimindo do texto a distinção entre “bolivianos” e “cidadãos” e ampliando a esfera eleitoral e a capacidade de exercer cargos públicos (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 96). Além disso, o presidente executaria uma reforma educacional que contemplava ensino dos artesãos, ordenando, inclusive, a criação de guardas nacionais especializadas compostas exclusivamente de artesãos:

*Para el 6 de Agosto de 1850 convocó a un Congreso en Sucre, donde se hizo el escrutinio de las elecciones verificadas en la república; el resultado fué que el 14 del mismo mes asumiese Belzu el mando como presidente constitucional. El 6 de Septiembre de 1850 frustróse una tentativa de asesinato contra el presidente, quién solamente fué herido. A raíz de este hecho quiso retirarse del poder, pero la Convención Nacional reunida el 16 de Julio en La Paz, no aceptó su renuncia, y Belzu la retiró* (VACANO, 1925, p. 57).

Porém, apesar de ter sido um dirigente extremamente popular que permitiu às classes populares melhores condições de vida, Belzu era um político conservador e um religioso

<sup>40</sup> Uma fábula da época é de que a Rainha Vitória, ao saber das medidas protecionistas de Belzu e da expulsão de um de seus ministros do país, teria ordenado bombardear a capital boliviana, porém, ao descobrir que Sucre ficava no centro do continente e não no litoral, “*pidió una pluma y acercándose al mapamundi tachó con una cruz a nuestro país diciendo ‘a partir de hoy Bolivia no existe para el imperio británico’*” (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 400).

<sup>41</sup> *Cholo* é uma palavra considerada pejorativa para designar um grupo social de indígenas ou *mestizos* que estão ligados à pequena produção e ao comércio. Os *cholos* e as *cholas*, além do mais, se distinguem pelo seu caráter não inerentemente ligado a uma etnicidade, mas, muitas vezes, por seus trajes e vestimentas mais tradicionais (MORALES, 1983, p. 28).

ferrenho que, em seu movimento de modernização, também resistia ao processo de desordem dos antigos latifúndios da sociedade boliviana (ROMANA; GARRETT; PARADA, 2016). Além do mais, o mandato de Belzu seria marcado também por ameaças a civis e militares diante de qualquer risco ou suspeita de participação política contra ele<sup>42</sup>.

Durante o último ano de governo de Belzu, em 1854, foi realizado um novo censo populacional. Segundo a nova pesquisa, a Bolívia possuía 2.236.126 habitantes: dentre eles, 634.345 eram brancos e *mestizos*, 931.781 eram indígenas e outros 760.000 eram os “bárbaros” do oriente e das “*tierras bajas*” (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 407). O presidente também adotaria um tom paternalista com os indígenas e artesãos de forma a garantir a manutenção do poder. Vale lembrar que a Bolívia ainda não possuía um sistema partidário ou de organização formal, assim, nos seis anos de governo, o General Belzu enfrentaria 40 revoltas guiadas por líderes regionais, o maior número registrado por um presidente até 1918 (KLEIN, 2015).

Figura 11 - General Manuel Isidoro Belzu.



Fonte: Wikimedia<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Um dos principais casos do governo Belzu foi a série de abusos cometidos contra os estudantes universitários opositores ao regime, com assassinatos e medidas restritivas que depois seriam contestadas pelas famílias dos estudantes, por meio de uma indenização que seria indeferida (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 398).

<sup>43</sup> Disponível em:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/Manuel\\_Isidoro\\_Belzu.\\_Villavicencio%2C\\_Antonio.\\_c.\\_1848%2C\\_Museo\\_de\\_Charcas%2C\\_Sucre.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/Manuel_Isidoro_Belzu._Villavicencio%2C_Antonio._c._1848%2C_Museo_de_Charcas%2C_Sucre.png). Este é mais um dos quadros da Galeria dos Presidentes em Sucre.

Um dos principais acertos econômicos do presidente, e de sua gestão, seria o fomento da extração de quinino. A quina, planta nativa da Cordilheira dos Andes e da Bacia Amazônica, já tinha suas propriedades medicinais desde antes do *Tahuantinsuyu*, e no governo de Ballivián empresas estrangeiras já realizavam sua exploração. Porém, seria com presidente Belzu que ela floresceria como parte das rendas do Estado boliviano devido a suas medidas antimonopólicas, com a abolição do domínio externo sobre o quinino e do livre comércio do alcalóide. Além disso, Belzu também seria responsável por criar o *Banco Nacional de la Quina* como órgão gestor desse bem. O banco seria responsável por uma sequência de empréstimos aos Aramayo e aos Pacheco, além de outras empresas; isto seria, ao mesmo tempo, um mau agouro para o governo de Belzu e uma providência às empresas mineiras de Potosí. O presidente consideraria a construção de uma fábrica de extração e envio de quinino para a Europa, porém, o plano nunca sairia do papel (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 62).

*Belzu era el de una modernización con la participación de las clases populares en la política ya que sin la conversión de la plebe en ciudadanos instruidos y con iguales derechos, no era posible construir una nación moderna a pesar de su conservadurismo que se expresaba especialmente en la religión* (SCHELCHKOV IN: ROMANO; GARRETT; PARADA, 2016, p. 104).

Todas essas medidas fariam de Belzu extremamente popular não apenas com as classes pobres, mas também com as classes dominantes. Assim, ao passo que mantinha princípios econômicos protecionistas, realizava a liberação do comércio e dos empréstimos aos empresários opositores ao seu regime. Isto possibilitaria que seus críticos, grande parte deles do departamento de Chuquisaca, pudessem financiar revoltas e desestabilizações da sua administração, ao ponto que em 1855 os motins e greves tornaram a gestão de “Tata Belzu” insustentável, obrigando-o a renunciar à presidência e convocar novas eleições gerais – as primeiras desde 1843.

O candidato eleito seria um dos principais aliados de Belzu e seu genro, General Jorge Córdova. Ao subir ao poder, o General iniciaria seu governo com uma série de medidas que pudessem acalmar seus opositores, tal como uma anistia geral aos presos políticos de Belzu, muitos deles sentenciados à morte, além do retorno dos restos mortais de Ballivián – que havia falecido no Rio de Janeiro – ao país (VACANO, 1925).

No entanto, isto não seria suficiente. O Dr. José María Linares, adversário de Córdova nas eleições, julgava o resultado das eleições como ilegítimas e resolveu atacar, junto aos seus generais aliados, diversas centrais de poder de Córdova<sup>44</sup>. Apesar de suas primeiras tentativas

---

<sup>44</sup> Neste episódio da história boliviana, diversos futuros presidentes do país participaram dos levantes do Dr. José María Linares. Entre eles, o Dr. Tomás Frías, o coronel Narciso Campero e o General Mariano Melgarejo.

terem sido falhas, no dia 18 de setembro de 1857, após um levante no departamento de Potosí, Linares foi declarado presidente provisório do país por meio de um golpe de Estado. Córdova ainda tentaria reorganizar suas forças para tomar o poder, mas logo perderia as esperanças e se retiraria ao Peru (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

A entrada de Linares na presidência marcaria a primeira vez<sup>45</sup> que um civil ocuparia o posto de presente da Bolívia. Com Linares, o moralismo e o oficialismo também entrariam ativamente na cena política boliviana, de forma que a “*política al servicio de la ética fue la suma ideológica del caudillo*”<sup>46</sup>. Assim, com um dos seus primeiros atos, Linares se declara ditador, tornando todas as suas decisões supremas e, portanto, tornando crime criticar seus atos (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 409).

Entre seus atos mais criticados, estavam aqueles projetos de lei que diminuíram os abusos contra os indígenas e realizavam novas taxações, como no caso do decreto de 18 de janeiro de 1858, que teria procurado

*contener los abusos perpetrados por párrocos y jefes civiles, prohibiendoles “ocupar a los indígenas en servicios personales o en trabajos corporales que únicamente cedan en utilidad privada”. Tal prohibición, según declaración expresa de la resolución de 9 de marzo del mismo año, no traía consigo, sin embargo, la supresión de otros “servicios necesarios para la conservación del orden público y para atender a la exigencia de culto” (MORALES, 1983, p. 32).*

Outro decreto que aumentaria sua lista de inimigos seria a diminuição do número de militares do país. Em uma só canetada, Linares reduziria o corpo do exército de seis mil militares para mil e duzentos, além de proibir a embriaguez de oficiais em ambientes públicos e exigir que todos os novos membros da academia passassem por testes e provas profissionalizantes caso quisessem ingressar no quartel (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015). Essa medida, e tantas outras, fizeram parte de um projeto de reforma das instituições que levava em conta uma legislação progressista, tornando-o extremamente popular entre as classes baixas.

Porém, entre seu adversário estariam centenas de militares, entre eles General Melgarejo, antigo aliado de Linares contra Belzu e Córdova, que seria o primeiro a levantar-se

---

<sup>45</sup> Mariano Calvo seria oficialmente o primeiro civil a ocupar a presidência em sua junta com o General Ágreda. Porém, pelo curto período de tempo do governo provisório, Linares é considerado por muitos como o primeiro civil presidente.

<sup>46</sup> Apesar de todos os caudilhos até aqui terem sido militares, Linares é também chamado de caudilho. Afinal, o presidente líder do *septembrismo*, seu “partido”, autoproclamou-se ditador e foi um dos principais movimentos do conservadorismo boliviano na época, Linares pode ser chamado assim de *caudillo civil*.

contra o presidente em Cochabamba<sup>47</sup>, e o General Ágreda, que acabou por liderar uma insurreição em Sucre no mesmo dia que a de Melgarejo. Assim, no dia 10 de dezembro de 1958,

*estalló en La Paz una rebelión; Linares la ahogó, haciendo fusilar a 5 cabecillas. El 28 de Febrero de 1859 derrotó al general Perez cerca de La Paz al general revolucionario Agreda. El 4 de Julio de 1860 venció el general Achá en Pari, Santa Cruz, a los coroneles revolucionarios Martínez y Povil; el 13 de Septiembre del mismo año sofocóse en Viacha el motín de dos cuerpos, siendo fusilados 13 sargentos (VACANO, 1925, p. 59).*

Ademais, quanto à economia do país, a Bolívia sofreria uma grande perda em 1855 devido à quebra do monopólio boliviano de quinino, sua principal fonte de renda e de exportação na década anterior (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). O aumento da exportação colombiana diminuiu exponencialmente o preço do produto, ao ponto que, em 1858, o governo se veria na obrigação de autorização da livre comercialização do produto (MORALES, 1983). Assim, com as tensões entre a produção privada e o Estado, além da inviabilidade de uma política monopólica estatal (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015), Linares realizaria uma série de reformas administrativas quanto ao licenciamento do Estado. Em seus planos, estavam o ressarcimento da dívida interna, a reorganização do crédito público e a restauração da cunhagem correta da prata com a supressão da *moneda feble* – que ainda continuaria em circulação por muitos anos. Ademais, é neste cenário em que se observa um novo período de reorganização das elites mineiras – em particular das famílias Arce, Pacheco e Aramayo<sup>48</sup> –, com o livre comércio adotado pela gestão Linares e o incentivo do governo em reestruturar as bases minerais do país.

No entanto, a popularidade do governo cairia ainda mais quando, em 1860, o exército do presidente massacrrou um grupo de indígenas no santuário de Copacabana, no lago Titicaca, desestabilizando suas bases populares (KLEIN, 2016). Assim, enfrentando uma oposição ferrenha e com a perda do apoio popular, Linares, que já estava convalescente, ficaria sem aliados.

Com o presidente enfermo, um novo golpe de Estado seria realizado pelos seus próprios ministros no dia 14 de janeiro de 1861. Nele, tem-se a formação de novo Congresso, composto

<sup>47</sup> Em seu depoimento, Melgarejo disse que estava bêbado ao começar o levante (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 409). Este é um dos muitos absurdos ligados a Melgarejo que veremos neste trabalho.

<sup>48</sup> Em 1858, José Avelino Aramayo representaria diversas empresas inglesas, entre elas a que se tornaria a British-Chilean Nitrate and Railroad em 1872 (KLEIN, 2016, p. 187), em um acordo com o governo boliviano quanto à exploração das riquezas do litoral com a construção de linhas de ferro. O contrato assinado seria prejudicial a uma empresa do francês Arnous de la Riviere. No entanto, em 1866, o governo de Melgarejo realizaria um contrato para exportar mais de 1.500.000 toneladas por 250.000 pesos, que seriam repartidos entre o Chile e a Bolívia (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 454).

em sua grande maioria de *rojos*<sup>49</sup>, e de um conselho de Estado que governaria provisoriamente: o triunvirato de Achá, Fernández e Manuel Antonio Sánchez. Porém, o triunvirato duraria pouco mais de quatro meses até que Achá fosse nomeado presidente (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

### 2.3.1 O TERRITÓRIO

O período entre 1847 e 1861 é marcado na Bolívia pela transição e o fomento dos movimentos e guerras que viriam a seguir. Durante esses anos, ocorreu o auge e o declínio da quina no país, provocando uma grave crise tributária e a desestabilização da economia. No orçamento de 1860, o tributo indígena ainda era a maior fonte de renda do país, enquanto, mesmo com a desmilitarização de Linares, os custos com o exército ainda correspondiam a mais de 36% do orçamento anual. Já em relação aos lucros das empresas mineiras, nunca elas haviam tido tanta oportunidade de expansão:

Enquanto a receita fiscal total ainda se mantinha entre 1,5 e 2 milhões de pesos ao ano, as principais companhias mineiras – tais como a de propriedade de Aramayo, a Real Socavón Mining Company of Potosí, por exemplo – tinham investido 281 mil pesos, desde sua formação em 1854 até 1861. Entre 1856 e 1861, as empresas de Pacheco investiram 333 mil pesos, e uma soma igual a essa foi empregada pela Huanchaca Mining Company. O uso de máquinas a vapor, vagões sobre trilhos e moderno maquinário de refino já era comum nas zonas mineiras e, por volta de meados da década de 1860, essas companhias estavam cruzando o oceano em busca do capital que precisavam. Assim, **somente nessas três maiores empresas, o investimento esteve perto ao da receita total obtida pelo tesouro nacional em qualquer desses anos** (KLEIN, 2016, p. 172, grifos nossos).

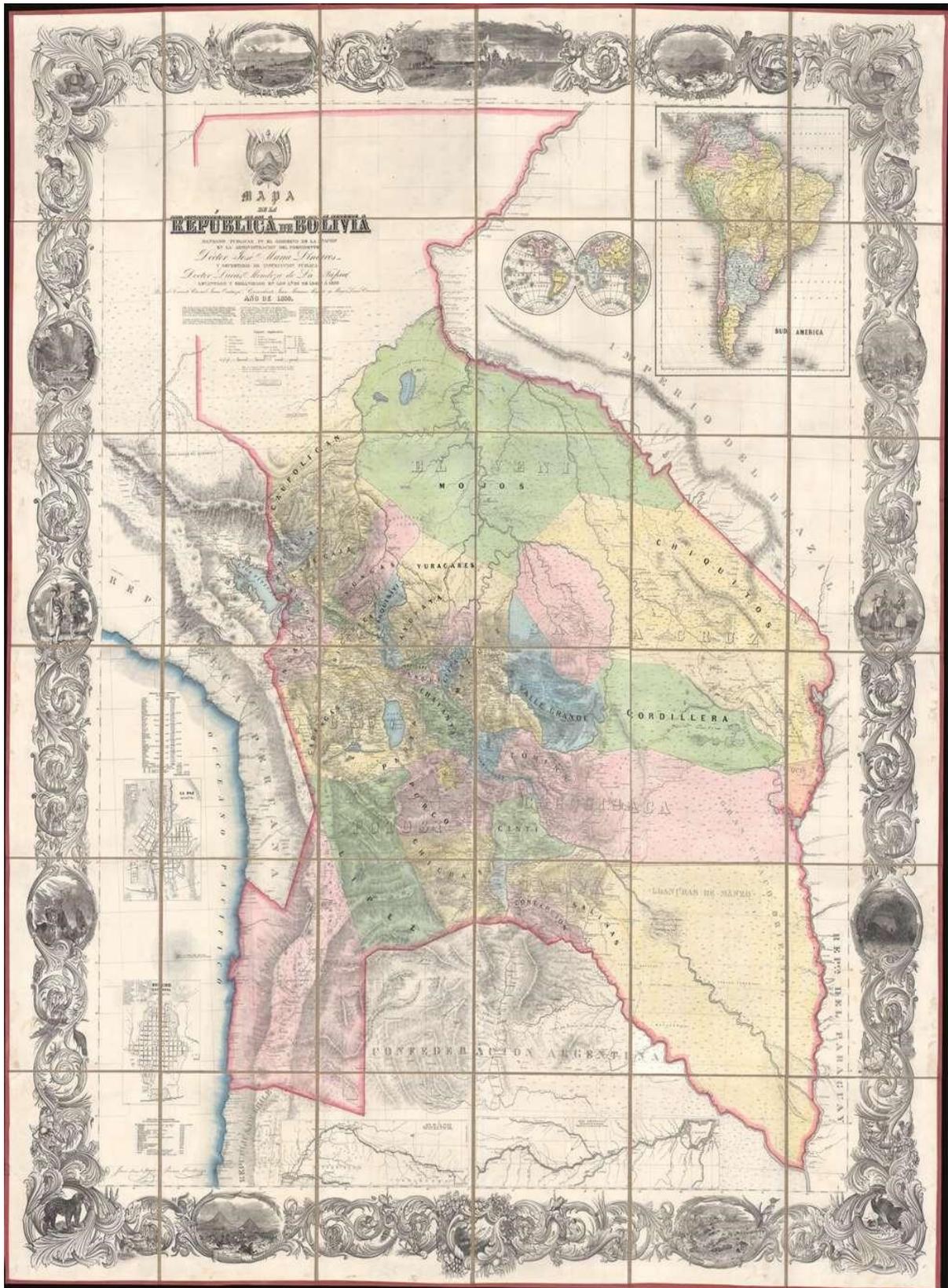
A respeito do litoral, a Bolívia era um país mal demarcado e sem fiscalização ou regulamentação. Cobija era um porto afastado de tudo e todos devido à falta de investimento e às dificuldades impostas pelo Atacama, com o distrito litorâneo, em 1854, tendo pouco mais de 5.585 habitantes. Além disso, a crescente industrialização e o crescimento da linha férrea peruana e chilena na região fariam, aos poucos, os dois países apoderarem-se não oficialmente do território boliviano com a premissa de aumentar as exportações na região e a procura por recursos (KLEIN, 2016). Com isso, em 1857, foram descobertos os primeiros depósitos de nitrato bolivianos próximos ao porto de Antofagasta, em um movimento extrativista que faria com que este porto rivalizasse com Cobija – era um prenúncio da guerra que viria.

---

<sup>49</sup> Mesmo com a queda de Linares, muitos de seus políticos aliados ainda se mantinham fiéis ao seu ideal político constitucionalista e moralista. Estes foram os *rojos*, nascidos em meio a luta antibelicista, e que tiveram entre seus membros alguns futuros presidentes como Tomás Frías e Adolfo Ballivián – filho do presidente Ballivián.

No tocante aos dados estatísticos e de cartografia do território boliviano, o período descrito até agora foi essencial. Em 1859, o governo de José María Linares divulgou em Nova Iorque um dos mapas da Bolívia mais importantes do século XIX. Nele, tem-se dados muito precisos da geografia boliviana, caracterizando com ricos detalhes o relevo e os rios, além de conter informações da organização humana e administrativa boliviana. Em especial, nota-se a quantidade de espaços em branco e sem informação no mapa, o que se dá pelo fato de que, pela excepcional estrutura geográfica do país, o desinteresse econômico e a falta de presença de regulação do Estado para realizar estudos nas regiões as tornavam enormes desertos verdes na região amazônica ao leste do país enquanto, ao sul, o Chaco Boreal se impunha (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015). Vale ressaltar aqui que ambas regiões eram ocupadas por dezenas de grupos indígenas, caracterizados pelo governo como “selvagens” ou “bárbaros”.

Figura 12 - Mapa da República da Bolívia (1959) publicado pelo presidente José María Linares.



Fonte: Gallica, disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530327940/f1.item>

## 2.4 O Início de uma era maldita: o nitrato [...]

*¿Quién es Melgarejo? Queremos anticipar, de todas maneras, ¡una desgracia para Bolivia!*  
(VACANO, 1925, p. 61)

Com a dissolução do triunvirato, pela morte prematura de Sánchez e com Fernández assumindo um ministério, José María Achá se tornaria presidente temporário por desfalque. Porém, durante seu mandato, enfrentaria uma forte oposição, obrigando-o a oficializar seu mandato com a vitória das eleições de 1862, de forma a ter respaldo legal.

Em seu primeiro ano de governo como presidente provisório, Achá realizaria dezenas de mudanças administrativas, entre elas: o fim do monopólio do mercúrio proposto por Linares (KLEIN, 2015), uma nova regulação de arrecadação de impostos aduaneiros, a formulação de um regramento próprio dos serviços das guardas nacionais e a abertura de concursos nas universidades e colégios (VACANO, 1925). Além do mais, pela primeira vez na história da Bolívia, seria declarada a liberdade de imprensa.

Durante esse período também ocorreria um dos episódios mais sangrentos do revanchismo político boliviano: o Massacre de Yañez. Na noite do dia 23 de outubro de 1861 e na madrugada do dia seguinte, a cidade de Sucre presenciou a prisão e a execução de mais de 60 pessoas, todos simpatizantes dos ex-presidentes Belzu e Córdova. O episódio se daria em torno da igreja de Loreto, onde, após gritos, tiros e vivas aos generais Belzu e Córdova, o coronel Yañez, um dos principais líderes do governo de Achá, ordenaria a prisão e o fuzilamento dos “revolucionários” presentes, entre eles o ex-presidente Córdova e o irmão do General Belzu (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Tal episódio desencadearia uma série de levantes da oposição contra Yañez e Achá, que não sabia sobre a ação, mas por ser próximo do general, a oposição logo o culparia. Assim, em cada um destes levantes seguintes, ocorreria um novo pequeno massacre entre os revoltosos e as forças do governo, até que, por fim, em La Paz, um levante do coronel Balsa daria fim à vida de Yañez (VACANO, 1925).

Ademais, foi durante a gestão de Achá que ocorreria uma das primeiras legislações modernas sobre as propriedades indígenas. Nesta “reforma” no campo, Achá ditava que todos os indígenas sem terra deveriam receber uma parcela de propriedade e anulação do tributo indigenal.

*El decreto de 28.II.1863, bajo la administración presidencial de José María Achá, ordenó la vigencia de los decretos de Bolívar sobre la distribución de tierras a originarios y forasteros y la vigencia de los que ordenaban la venta de tierras sobrantes. Aunque la medida fue dejada sin efecto después de sólo cuatro meses, fue*

*fundamental porque el statu quo se rompió y, a partir de entonces, diferentes gobiernos buscarían en las tierras de las comunidades llamadas tierras de origen o repartimiento, la fuente de ingresos para una hacienda y tesoro frecuentemente en bancarrota (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 187).*

No entanto, as discussões sobre o que definia quem era indígena ou não ainda eram escassas e arbitrárias, levando a casos de

*[...] posesión de tierras del ayllu por algunos “españoles” y “mestizos”, donde la definición de “raza” dependía de la categoría social expresada en las partidas de bautizo, más que de un hecho genético. En una resolución del 30 de septiembre de 1863 se contestó a la consulta determinando que: los individuos que no pertenecen a la raza indígenal deben ser excluidos del repartimiento de tierras comunes y de la matrícula de contribuyentes... [y] que todas las propiedades territoriales que se hallan poseídas usurpativamente por individuos de otra raza... deben venderse en pública subasta. Esta resolución anticipó una cláusula de la Ley de Exvinculación de 1874 (PLATT, 2016, p. 96).*

Outro acontecimento da gestão de Achá seria a descoberta de enormes depósitos de guano e salitre no litoral. Até então, a região havia servido quase apenas como uma extensão do departamento de Potosí, sem apresentar grandes mudanças em sua infraestrutura e demografia desde que fora reformado o porto de Cobija. No entanto, com a descoberta do nitrato, inicia-se um pequeno movimento industrial de chilenos e peruanos até próximo de Antofagasta em 1857, em Mejillones (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Assim, com a descoberta de recursos, a Bolívia também movimenta suas forças e administração de forma a garantir a soberania sobre o território litorâneo, que somente chegaria ao seu ápice, produtivo e bélico, décadas depois, mas que já mostrava a debilidade e a impotência boliviana frente ao poderio militar do país vizinho.

O descontentamento com o governo de Achá chegaria a novos patamares com os eventos que se dariam de enfrentamento com a oposição nos anos seguintes. Além do mais, ocorreria o fortalecimento de um grande opositor, Mariano Melgarejo, que havia sido realocado para Santa Cruz durante a assembleia de 1864; durante a assembleia, o “*Partido Rojo*” era maioria nos assentos. No entanto, não seria a assembleia a responsável pela eleição, mas as forças militares.

Com a data das eleições se aproximando e os candidatos Achá, Belzu e o filho de Ballivián concorrendo ao pleito, Melgarejo realizaria um golpe de Estado. No dia 24 de dezembro de 1864, o general tomaria o palácio do governo, colocando-se à frente das tropas. Em um de seus discursos rápidos, confusos e diretos, como era de costume, declarou que em seu governo alcançaria “*la fusión, el orden, la concordia entre los bolivianos*”, finalizando com “*soy vuestro general y amigo; muchachos – ¡viva Melgarejo!*” (MELGAREJO IN: VACANO, 1925, p. 61).

## 2.5 [...] e Melgarejo

Começamos a seção anterior do trabalho com uma exclamação que antecipa a história boliviana. Isto se dá pois, se os governos até aqui haviam sido hostis contra os indígenas no país, nas administrações seguintes a violência, a repressão e a destruição do caráter comunal da sociabilidade andina encontrariam, a cada novo presidente, um novo ápice. Tudo graças, em grande parte, a um único homem: o General Mariano Melgarejo, “*el hombre quizás más discutido de nuestra historia*” (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 417).

Mas, então, quem era Melgarejo?

Figura 13 - Retrato de Mariano Melgarejo na Galeria de Presidentes.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022)<sup>50</sup>

<sup>50</sup> Resolvemos, em vez de procurar uma foto com melhor qualidade de Melgarejo, ou do seu quadro, por inserir a que tiramos presencialmente na Galeria de Presidentes da Casa da Liberdade de Sucre. Isto se dá por conta de um detalhe curioso que nos chamou atenção. Como pode-se perceber na foto, ela não está com um ângulo reto ao quadro, isto se dá pelo fato de que o quadro do presidente está quase escondido atrás de uma das bandeiras do país, como se por trás da bandeira da república, como se não se quisesse que o quadro fosse visto junto aos outros, como

De acordo com Vacano (1925, p. 61), um “*hombre sin educación, soldado de fortuna en la acepción más lata de la palabra, sin que le faltase cierta perspicacia natural; dominado por fuertes pasiones*<sup>51</sup>, *inconstante, hoy generoso en cierta manera, mañana hollando con salvajismo vidas humanas*”.

*Mestizo* e filho ilegítimo<sup>52</sup>, o “*caudillo bárbaro*”, diferentemente de muitos de seus predecessores, não era bancado por grandes fortunas, crescendo nas patentes devido ao seus sucessos em meio à carreira militar. Isto fazia de Melgarejo diferente de outros presidentes da Bolívia até então, pois era um militar de carreira, alienado em relação às classes reinantes e com pouco apreço pelos representantes populares. Durante seus anos no exército, havia participado também do batalhão de Ballivián, além de ter feito parte de um levantamento em 1854 contra o presidente Belzu. A história diz que, na época de sua rebelião, Melgarejo e sua unidade rebelde haviam sido capturados e sentenciados à morte, porém, um grupo de mulheres pediu ao presidente piedade pelo general capturado. Belzu teria aceitado o pedido, mas lançaria sob si um mau-agouro, proferindo “*palabras proféticas que señalaban que algún día se arrepentiría por esa acción, sin darse cuenta que Melgarejo, años después, sería su victimario*” (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 425).

Chegando ao poder, um dos primeiros atos do “*Vencedor de Dezembro*” seria o de se autodeclarar ditador, anular a Constituição de 1861 e suprimir as municipalidades como forma de garantia de seu domínio sobre os departamentos (VACANO, 1925, p. 62). Ademais, para manter os militares fiéis ao seu poder, Melgarejo aumentaria grandemente o poder dos oficiais aliados, fazendo o militarismo virar um dos símbolos de sua gestão. Entre suas medidas, também estaria a troca de nome do “*Batallón de 1º de Línea*” para “*Colorados*”, em alusão ao uniforme vermelho e branco do batalhão, cores estas decididas por Melgarejo e que seriam marca registrada do exército boliviano pelos anos que viriam (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 100).

---

se a representação de Melgarejo estivesse velada, escondida, longe da vista. Se esta foi a verdadeira intenção de quem organizou a galeria, não sabemos, mas fica a reflexão sobre este fato.

<sup>51</sup> Entre as paixões de Melgarejo, supostamente, estava a esposa de Achá, Doña Gertrudis Antezana, durante sua gestão (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Ademais, foi por conta de seu amor pela *señorita* Juana Sánchez que Melgarejo seria morto pelo seu cunhado após uma discussão em 23 de novembro de 1871 (VACANO, 1925).

<sup>52</sup> Reservamos, neste trabalho, um espaço mínimo para falar da vida pessoal dos presidentes, ou até mesmo de suas características e personalidades. Porém, no caso de Melgarejo, que é uma das figuras mais caricatas e importantes do século XIX para a Bolívia, somos compelidos a uma descrição mais aprofundada. Afinal, “*Melgarejo, el Loco*”, um de seus muitos apelidos, é descrito nas leituras por nós realizadas ao mesmo tempo como uma figura mitológica e escatológica, por vezes exaltado como um cruel (ou brilhante) estrategista, enquanto, por outras, como um homem sanguinário e irracional. Tentaremos trazer um pouco de cada uma destas informações como apresentadas em nossas fontes.

Com as reformas de Melgarejo em curso, logo ocorreriam os primeiros levantes contra seu governo. Entre eles, o levante em La Paz liderado pelo ex-presidente Manuel Isidoro Belzu, que havia organizado suas forças na fronteira com o Peru no lago Titicaca, marcaria um dos principais episódios da era Melgarejo. Ao atentar-se do ataque em curso, o *caudillo bárbaro* se deslocaria pessoalmente junto ao seu exército para o norte, e Belzu organizaria sua defesa no palácio de governo, preparando-se para uma guerra. No entanto, pouco depois da chegada de Melgarejo à cidade, o general teria enormes perdas em seu exército<sup>53</sup>.

Assim, em um ato desesperado, porém certo, o ditador, junto com uma comitiva, se dirigiu ao palácio de governo. Belzu esperava que o general se rendesse, porém, ao subir no segundo andar e entrar na sala presidencial, Melgarejo, ou um soldado que o acompanhava, dispara uma arma e mata Belzu (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 427). De acordo com o que é contado, Melgarejo teria ido ao balcão presidencial e teria se dirigido à multidão de civis e soldados no lado de fora com os dizeres “*Belzu ha muerto, ¿quién vive ahora?*”, com a multidão respondendo-o com “*Viva Melgarejo*” (VACANO, 1925, p. 62). A seguir, as tropas do governo e Melgarejo iniciaram uma campanha ferrenha e brutal contra todas as forças opositoras no país; durante os seis anos que ocupou o governo, Melgarejo enfrentaria dezenas de rebeliões de pequeno e grande porte (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 106).

Ademais, a gestão de Mariano Melgarejo seria um dos principais pontos de apoio que deslancharia as elites mineiras e *gamonales* a novos patamares de riqueza, bem como de abuso contra os trabalhadores do campo, da cidade e das minas. Durante os anos de 1864 e 1873, veria-se um período de desenvolvimento na Bolívia, o crescimento nas exportações no litoral, que seria motivada – e também motivo – para a entrada de capital<sup>54</sup> estadunidense e europeu nas indústrias locais, além, é claro, das empresas chilenas e peruanas (KLEIN, 2016, p. 177). O ditador também seria o responsável por mudanças na cunhagem da moeda boliviana, que se encontrava desvalorizada e impregnada pela *moneda feble*. Ele traria novas máquinas a vapor para realização dos trabalhos de confecção das moedas, agora reformadas de acordo com a antiga moeda colonial e de base decimal e, com isso, a gestão Melgarejo seria responsável pela moeda usada até os dias de hoje: o boliviano (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 429-430).

---

<sup>53</sup> Em meio às perdas do governo e às vitórias do movimento de Belzu, Melgarejo teria, supostamente, tentado se suicidar, porém, seria convencido do contrário pelo general Narciso Campero (VACANO, 1925, p. 62), futuro presidente da Bolívia logo após a Guerra do Pacífico.

<sup>54</sup> Entre estas entradas estariam as empresas de Henry Meiggs e o Coronel George E. Church, e empresas clássicas da época com Gibbs & Co. (KLEIN, 2015, p. 178-179).

Quanto ao contexto internacional, foi durante a era Melgarejo que as bases de produção e comunicação do mundo sofreram alterações rápidas e drásticas. Podemos utilizar aqui o resumo de Mesa, Gisbert e Gisbert (2003, p. 428) sobre algumas das novidades da época:

*nuevas aplicaciones de la energía del vapor y los primeros motores de explosión (1862) en cuatro tiempos obra de Beau de Rochas, la síntesis del acetileno, la sosa Solvay, la utilización práctica de la nitroglicerina (1864), el primer cable transatlántico, la publicación de El Capital de Marx (1867), la fundación del Partido Obrero Alemán (1864), inauguración del Canal de Suez (1864), Guerra Franco-Pruciana (1870), unidad italiana bajo Víctor Manuel, etc. Todo ello creó un bienestar obviamente aprovechado por los capitales y empresarios que repercutió en América del Sur y ende en Bolivia.*

*En Bolivia el auge coincidió con la presidencia de Melgarejo, especialmente por el hecho de que la política económica del Presidente fue una secuencia de la empleada por el Dr. Linares.*

Neste meio, então, Melgarejo seria o gestor principal de uma mudança em termos de administração da economia boliviana, desvirtuando-a do protecionismo por meio de uma política de abertura de capitais sem precedentes. Assim, Melgarejo invalidaria o monopólio da prata, permitindo que as companhias do país pudessem exportar livremente e diretamente aos mercados internacionais, reduziria a aquisição de metais pelo Estado e concederia contratos generosos de longa duração a investidores (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003), tudo isto em troca de um retorno econômico rápido aos cofres bolivianos. Vale ressaltar que, mesmo com as construções de enormes complexos e das linhas férreas que conectariam o país, nunca foi permitido pela gestão de Melgarejo que operadores estrangeiros entrassem nas indústrias mineiras das “terras altas” (KLEIN, 2016, p. 180).

O ditador também seria responsável por iniciar – direta e indiretamente – as primeiras perdas de territórios bolivianos desde o desmanche da *Confederación Perú-Boliviana*. Com o conflito entre Peru e Espanha pelas ilhas Chinchas emergindo, a Bolívia formaria junto ao Chile e o Equador uma “*Alianza Americana*” de defesa da região, que culminaria numa aproximação do governo chileno e peruano com o de Melgarejo. Assim, em 1865 a Bolívia assinaria com o Peru um tratado de livre acesso e união alfandegária ao porto de Arica, enquanto a manufatura peruana entraria no país sem tarifas, e em 1866 assinaria um tratado com o Chile que poria fim às questões belicistas em Mejillones. O acordo determinava que a Bolívia ficaria com a parte litorânea ao norte do paralelo 24 de latitude sul, e o Chile com o território abaixo, além de realizar a divisão de riquezas com domínio comum dos recursos (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Como resultado, a Bolívia perderia 1.200 léguas quadradas e, com o interesse de expandir seu mercado, logo iniciaria missões de pesquisa e povoamento do litoral (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015); Melgarejo também seria o responsável pela criação

oficial do departamento do litoral com o nome provisório de Mejillones (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 448).

Em relação aos outros países vizinhos, em 1868 seriam firmados acordos com o Brasil e a Argentina sobre os acessos fluviais ao Atlântico por meio de empresas bolivianas; no caso brasileiro, o acordo também incluiria a entrega de mais de 40 mil milhas quadradas do território boliviano ao Brasil (KLEIN, 2015, p. 181). Ademais, durante o governo de Melgarejo ocorreria uma expansão dos interesses do Estado em desenrolar o potencial comercial da bacia amazônica, tendo em 1870 o Brasil e a Bolívia permitido a construção de uma linha de ferro que facilitasse o acesso ao Rio Madeira por uma rota noroeste (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 117).

Porém, a principal marca da política nacional de Melgarejo, que possibilitaria a renovação dos interesses latifundiários e da violência contra os indígenas e as comunidades, seria o decreto de 20 de março de 1866. Em sua tentativa de arrecadar fundos ao Estado, o ditador declararia que, daquele dia em diante, todas as comunidades indígenas do país seriam administradas e possuídas pelo Estado. Ademais, se os indígenas quisessem reaver suas terras, deveriam pagar um título de 25 a 100 pesos nos próximos 60 dias, caso contrário, as terras estariam à disposição para venda pelo Estado (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 429). Caso a terra não fosse vendida, os indígenas que ali viviam poderiam então obter uma permissão para habitá-las como rendeiros, pagando taxas flutuantes ao Estado (KLEIN, 2016, p. 182).

Em 1870, no fim da era Melgarejo, mais de 1,25 milhões de pesos seriam angariados pelo Estado, com muitas destas terras vendidas para brancos e *mestizos* (KLEIN, 2016, p. 182) – em sua maioria agentes do governo (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 429). Os indígenas e comunidades, porém, não aceitariam de maneira passiva esta medida, de forma que uma onda de rebeliões se iniciaria por toda a Bolívia. Assim, os indígenas descem das serras e rios de sangue correriam no confronto com as forças do governo do ditador.

Contudo, a oposição do governo Melgarejo logo se somaria aos indígenas em sua luta. Assim, em 1879, após os indígenas tomarem as armas nos campos, ocorreriam novas sublevações em Sucre, La Paz, Santa Cruz e em outros departamentos, assumindo como seu principal líder o General Agustín Morales. Após meses de guerra e de massacres, em La Paz, Melgarejo perde sua última batalha e é obrigado a fugir para o Peru, onde poucos anos depois seria assassinado. Logo após a derrota do ditador, não demoraria para Morales ser nomeado presidente.

### 2.5.1 A ALIANÇA ENTRE INDÍGENAS E *CRIOLLOS*

Durante os levantes, vale destacar que, entre 1870 e 1871, a aliança realizada entre indígenas e *criollos* teve como resultado a “*Convención ‘Revolucionária’ de 1871*”. A convenção reuniu integrantes do parlamento boliviano e indígenas e se resolveu em torno das discussões sobre o fim da venda de terras indígenas, preconizando a indenização daqueles que já haviam comprado – com exceção de funcionários do governo, membros do governo e a família de Melgarejo. Tal espaço estreou dentro da administração boliviana as discussões modernas sobre os direitos de propriedade indígena pela posse ancestral da terra. Na época, a razão dada era a de que a terra era dos indígenas porque “*Dios los hizo*” antes da chegada dos espanhóis (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 188).

A aliança, portanto, seria um importante primeiro experimento das classes reinantes de La Paz de aliarem-se às organizações indígenas como parte de sua atuação política. Desse modo, foi durante a convenção de 1871 que teve-se a presença de um dos mais importantes líderes indígenas da época, Luciano Willca, que havia se aliado a Agustín Morales (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2016, p. 241). Luciano já possuía o título de *willca*<sup>55</sup>, mas com a vitória de Agustín, ele é honrado com o grau de sargento maior do exército boliviano (MORALES, 1983, p. 95).

---

<sup>55</sup> Existem também variantes da escrita desta palavra, “*willka*”, “*wilca*”, “*willca*”, “*vilka*”, “*villka*”, “*villca*” ou “*vilca*”, todas com o mesmo significado. Apresentaremos melhor, em um momento posterior do trabalho, os *willcas* bolivianos, mas adiantamos que algumas das principais figuras indígenas da época seriam estes homens.

Figura 14 - Luciano Willka, “general en jefe de los indígenas comunarios” levantados contra Melgarejo a fines de 1870 y principios de 1871.



Fonte: MORALES (1983), Lâmina II.

Durante aquela última década, a marca registrada do Estado boliviano foi a hostilidade crescente contra adversários da oposição e as comunidades indígenas, além do crescimento de influência e do poder das elites mineiras e *gamonales*. Dessa forma, eventos na história Bolívia, tais como o Massacre de Yañez e o assassinato de Belzu, estão longe de ser “episódios isolados”, mas descrevem um quadro em que o “*el ejercicio popular de la violencia contra los abusos del poder rompió la legalidad constitucional pero ayudó a consolidar el Estado*” (ROMANO; GARRET; PARADA, 2015, p. 142) como um instrumento de realização e consolidação das classes dominantes e dos interesses do capital internacional.

Ademais, para autores como Klein (2016), as mudanças na regulação da propriedade indígena seria uma forma do congresso boliviano de dar legitimidade às comunidades com seus títulos de propriedade. Tal movimento de apropriação e acumulação do capital faria o Estado

republicano iniciar sua anexação e organização das propriedades indígenas em torno de uma lógica moderna, mas de herança colonial. Porém, ao incorporar estas comunidades, de maneira indissolúvel em meio heterogêneo, o Estado despertaria a rebeldia indígena a se organizar em um “movimento espontâneo” não visto desde a colônia com a Grande Rebelião de José Gabriel Condorcanqui Noguera, o Tupaj Amaru II. Porém, com as guerras fronteiriças e as políticas que se seguiriam, em nenhum destes levantes futuros o indígena produziria um movimento próprio, mas estaria sempre sob os interesses da classe dominante que, em suas diferentes ordens, se subleva contra o indígena ao menor sinal de desvantagem.

*Melgarejo había desencadenado una furia apocalíptica contra el indio. Había cobrado por adelantado la “contribución indígena”; había asaltado y despedazado la “comunidad indígena”; había perseguido y cazado, había torturado y masacrado por miles y miles a los indios... Caído Melgarejo, el indio se prepara para descargar su venganza contra el cholaje blanco-mestizo; del cual “El Capitán del siglo”, corpórea y psíquicamente, era la encarnación a cabalidad. Muerto Melgarejo, quedaba el cholaje: la personificación colectiva del melgarejismo de todos los tiempos (REINAGA, 2001, p. 270).*

## 2.6 Os antecedentes da Guerra do Pacífico e a *Ley de Exvinculación de 1874*

Apesar da entrada de Morales na presidência significar o fim do governo de Melgarejo, o único fim que se aproximava, em velocidade crescente, era o da era do governo dos *caudillos* militares.

Como presidente provisório e atual representante dos *rojos* no poder, Morales convocou uma assembleia constituinte, postulando a necessidade do fortalecimento da democracia dentro da Bolívia; ele cunharia como frase de seu governo: “*basta, basta ya de tiranos*” (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 433). Para tanto, o presidente revogou antigos decretos e aplicaria novas mudanças no país, devolvendo aos indígenas suas terras e reorganizando a guarda nacional, além de dar um novo regulamento aos municípios, estabelecer a administração do departamento do litoral, declarar a liberdade de ensino e realizar estudos para a construção de novas estradas de ferro (VACANO, 1925, p. 64)<sup>56</sup>.

Porém, mesmo que Morales tenha se apresentado como opositor do ditador, decretando-se contrário ao legado de seu antecessor, ele seria responsável por aprofundar e dar continuidade a muitas das políticas de Melgarejo – tal como o fim do monopólio do Estado sobre a venda de prata e uma série de medidas liberalizantes. Uma de suas medidas, que condenaria a Bolívia a

---

<sup>56</sup> Quanto às informações desta frase, não sabemos se todas são verdadeiras ou meias verdades.

longo prazo, seria o tratado secreto com o Peru que firmou uma aliança de defesa mútua entre os dois países.

Na época, o Peru possuía uma frota militar moderna e potente, de forma que a Bolívia não se via na obrigação de comprar nenhum barco de guerra. Ademais, no mesmo período, o Chile reafirmou com o país o tratado de 1866 que declarava novos limites territoriais nos dois países (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 433-434). O acordo fechado garantiu, virtualmente, a hegemonia da exploração do salitre ao Chile, de forma que, em 1868, seria criada a *Sociedad Exploradora del Desierto de Atacama*, que pagavam meros 10.000 pesos pelo direitos de uso da terra (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 454).

Em 1872, são realizadas novas eleições e, com 14 mil votos registrados, Morales é reeleito, agora para um mandato constitucional. Morales teria um mandato curto, mas entre suas principais medidas estaria a suspensão do monopólio estatal na compra de minerais de prata, eliminando completamente o pagamento de minerais com a *moneda feble*, que após anos em circulação finalmente seria extinta por completo (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). No entanto, com a adversidade crescente a partir de membros da assembleia – muitos declaravam Morales como um péssimo estadista –, o presidente eleito resolve dar um golpe em si mesmo, declarando-se ditador em um episódio de neurose, ao acreditar ter em sua volta conspiradores e traidores. Na mesma noite em que se declara ditador, Morales é assassinado por seu sobrinho, Federico La Faye, em uma briga (VACANO, 1925).

Morto Morales, a assembleia declara Tomás Frías presidente. Tomás é considerado “*quizás el hombre más probo de cuantos subieron al poder en Bolivia*”<sup>57</sup> (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 435). Como presidente interino em um curto – primeiro – mandato, ele não se apossa do poder de forma despótica, mas convoca novas eleições, que teriam como resultado o pleito do Tenente Coronel Adolfo Ballivián, filho do ex-presidente Ballivián.

No entanto, o novo presidente também teria um curto mandato, pois logo morreria em decorrência de um câncer. Porém, entre seus atos presidenciais, Ballivián filho declara “*tolerancia de la oposición política, fomento de la instrucción pública, autonomía de las municipalidades, fundación de una escuela de artes y oficios y abolición de los consejos de guerra*” (VACANO, 1925, p. 66). Uma das outras ações de Ballivián foi também a proposta no congresso de autorizar o governo a comprar dois barcos blindados para proteger região litorânea e impor controle marítimo – o congresso vetaria esse projeto e a ideia morreria com o presidente (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 453).

---

<sup>57</sup> Logo veremos de que o bem-quisto, democrático e liberal, Tomás Frías seria responsável por uma das principais políticas de destruição das comunidades indígenas na Bolívia.

Assim, novas eleições seriam oficializadas com Tomás Frías mais uma vez, concorrendo com o candidato Andrés Ibañez, outra figura que ganhava forças. Ibañez era fundador do “*Club de la Igualdad*”, que tinha como frase principal “*todos somos iguales*” como princípio democrático. Ibañez não ganharia as eleições, mas conquistaria o apreço das classes populares e de alguns membros do parlamento, além de membros da elite que estavam descontentes com o oficialismo do governo (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015)

Com o resultado das eleições, pela segunda vez em menos de dois anos, Tomás Frías, membro do partido dos *rojos*, ocuparia o cargo da presidência. Uma das primeiras medidas de seu governo seria aprovar uma lei de regulação das promoções militares, bem como o Código Militar, pois os *rojos* eram vistos como inaptos a controlar o exército. Tomás Frías foi o primeiro civil a governar a Bolívia desde Linares, colocando muitos setores militares a questionarem a força do presidente; porém, como forma de agradar-los, Frías ofereceria uma série de gracejos aos seus opositores, muitos deles partidários de Melgarejo (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015).

No que tange à questão litorânea, foi durante o governo de Frías que a Bolívia faria um dos seus piores acordos internacionais. Em 1874, seria firmado um novo tratado com o Chile que revisava o tratado anterior de 1866, liberando a exploração no território litorâneo boliviano. Anteriormente, havia apenas a isenção de impostos da comercialização e exportação de produtos no território boliviano e em seus portos (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

Contudo, um dos episódios derradeiros da gestão de Frías seria quando o líder da oposição, Dr. Casimiro Corral, teve sua casa atacada por policiais e pelo exército. O ataque se daria por exigências dos comandos militares locais, que exigiam a garantia de seus direitos de receber comidas e vestimentas do departamento. Com isso, novos levantes do exército ocorreriam pela cidade, com pilhagens e saques que levariam ao caos generalizado em La Paz. O presidente, então, mandaria suas tropas, saídas de Sucre, entre elas as tropas do General Daza, para enfrentar os rebeldes, com o governo vencendo a maioria destes combates. No dia 20 de março de 1875, partidários do Dr. Corral atacaram o Palácio do Governo em La Paz, lançando tochas e outros itens incendiários dentro do casarão, queimando seu anterior – por conta deste evento, o prédio até hoje leva o nome de *Palacio Quemado*.

Foi também durante o governo de Frías que seria realizada uma das primeiras tentativas do governo de sanar a questão agrária no país: a “*Ley de Exvinculación de 1874*”. Até então, o modo produção era de “modelo cacical de mercantilismo”, ou seja, havia uma organização do trabalho coletivo para o cultivo dos bens da terra, com o *kuraka* ou cacique local sendo responsável pela distribuição produtiva, principalmente de grãos e farinhas, entre os membros

da comunidade, bem como pela comercialização regional e interregional das comunidades dos departamentos. Ademais, parte do excedente produtivo era destinado ao pagamento de taxas e tributos indígenas, com diferenciações na tributação dentro dos *ayllus* sendo definidas por quem realizava o trabalho, podendo ser os *originarios*, *forasteros con tierras* e *forasteros sin tierra* (CUSICANQUI IN: PLATT, 2016, p. 22-23).

Em resumo, o cenário era de crescimento produtivo substancial da sociabilidade comunitária mesmo com os ataques constantes às comunidades. Enquanto a participação das comunidades e *ayllus* na captação nacional crescia a cada ano, entre 1838 e 1877, a contribuição das fazendas e dos *gamonales* decaía (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2016). Assim, a *Ley de Exvinculación de 1874* aparece como uma medida popular entre os *terratenientes*, uma vez que declara a extinção do *ayllus* e o fim da posse comunal da terra. A privatização e a criação de um mercado das terras – e dos bens gerados nelas – poderiam finalmente “instruir” o indígena a ter um título de propriedade individual, para compra e venda de outras propriedades. Além disso, na visão dos administradores, com a abolição e desreconhecimento das autoridades dos *mallkus*<sup>58</sup>, *kurakas* e caciques locais (PLATT, 2016, p. 58), os camponeses teriam a posse de sua terra, sem vínculos “arcaicos”.

Esta primeira “reforma agrária”<sup>59</sup> buscava modernizar a Bolívia, introduzindo um “capitalismo agrário” em que os indígenas estariam desprendidos, finalmente livres, das amarras da terra. Entre seus artigos, possui as seguintes sanções:

*Su artículo 1º preceptuaba que los comunarios conocidos con los nombres de originarios, forasteros, agregados o arimantes tendrían, en todo el territorio de la república, el derecho de propiedad absoluta sobre las posesiones hasta entonces usufructuadas por ellos. Su artículo 5º determinaba que los comunarios podrían “vender o ejercer todos los actos de dominio” sobre dichos terrenos, desde el momento en que se les extendiera sus títulos de propiedad.*

*Su artículo 7º y el 59º de su decreto reglamentario promulgado en 24 de diciembre del mismo año desconocían jurídicamente la existencia de “comunidades y ailos”, desde el momento en que las mesas revisitadoras comenzarán a cumplir sus atribuciones.*

*Las mesas revisitadoras, facultadas por el artículo 11º de la ley de 5 de octubre de 1874 para recorrer las tierras de origen, deslindar y amojonar sus límites, extender títulos y posesionar a sus legítimos propietarios, iniciaron sus funciones en los años venideros. Las tierras de comunidad fueron distribuidas; y, posesionadas los comunarios de sus respectivas parcelas.*

*[...] La comunidad indígena subsistió a pesar de todo. Pero, comunarios y comunidad se encontraban plenamente facultados para la enajenación de sus terrenos de origen, muchas tierras de comunidad fueron vendidas.*

<sup>58</sup> Durante a república, os *mallkus* tinham um trabalho parecido com o da época colonial, eram os intermediários das relações com o Estado e demais autoridades departamentais (PLATT, 2016, p. 72).

<sup>59</sup> Platt (2016), durante toda sua obra, critica os projetos de resolução do governo boliviano quanto à questão agrária, voltando-se sempre à *Ley de Exvinculación* como a primeira experiência de reforma agrária no país.

*A la enajenación voluntaria de la tierra se añadió por curiosa imposición del artículo 6º del decreto de 1 de diciembre de 1880 y del artículo 4 de la resolución de 16 de agosto de 1881 (MORALES, 1983, p. 45-46).*

As visitas das conhecidas “mesas revisitadoras”, que representavam os interesses do Estado quanto à organização dos *ayllus*, com a demarcação das terras e administração dos tributos, agora seriam vistas como órgãos hostis e usurpadores (MORALES, 1983, p. 48). Assim, a *Ley de Exvinculación*, cujo reconhecimento era a base do direito de propriedade individual pela compra, por meio do pagamento de um título de 10 centavos (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 440), falaria miseravelmente a longo prazo, mas deixaria um enorme impacto negativo nas comunidades para o resto da República.

Entre as causas prováveis do desastre que se anunciaria, está o fato de que a lei não entraria em vigor até pouco depois da Guerra do Pacífico, como veremos posteriormente no trabalho. Assim, com a lei, os tributos indígenas<sup>60</sup> pela primeira vez seriam cobrados em boliviano e não em pesos, incrementando em 25% o preço das taxas, e o imposto sobre a propriedade seria de 8% sobre a renda líquida dos imóveis rurais e de 4% de imóveis urbanos (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 288). Ademais, o governo entregaria aos latifúndios as terras dos indígenas que não tinham seus títulos de propriedade, contribuindo para uma nova fase de acumulação dessa classe, que já havia comprado inúmeras terras na última década por meio das medidas de Achá, Melgarejo e Frías. Em 1896, o Ministro da Fazenda alega que

*la comunidad en la clase indígena ha venido sacrificando a un principio abstracto, lo que hay de más esencial en el espíritu humano. Absorbe la iniciativa individual, sin la concurrencia del esfuerzo mutuo, y restringe las espontaneidades de la personalidad, anulando los estímulos del interés privado (PLATT, 2016, p. 109).*

Em 1876, Frías chamaria novas eleições, em que Ibañez – e seu *Club de la Igualdad* – participaria, porém, desta vez, ajudando a candidatura de Hilarión Daza. Neste ínterim, nascia do grupo de Ibañez o “*Club Democrático*”, que representava os interesses dos setores de artesãos e grupos populares, sendo um dos primeiros acenos ao socialismo no país (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 442). Contudo, pouco antes do pleito daquele ano, Hilarión Daza executaria um golpe de Estado e tiraria Frías, que já mostrava sinal de fraqueza e

---

<sup>60</sup> Há uma contradição dentro de nossas fontes. Em um primeiro momento, no mesmo livro, se afirma uma nova cobrança de tributos em bolivianos, mas em outro momento afirma-se que o tributo havia sido extinto, sendo deixado apenas os impostos de propriedade. Deixamos aqui ambas interpretações do livro de Romano, Garrett e Parada (2016), uma vez que o tributo pode ter sido abolido momentaneamente ou por algum decreto para depois ser retomado.

descontrole dos *Colorados*, do poder. Daza declarar-se-ia presidente provisório, com a Assembleia declarando-o presidente constitucional somente em 1878.

Ao chegar no poder, Daza, em uma medida desesperada de quitar as dívidas públicas e cumprir promessas a aliados, anularia todas as reformas fiscais e administrativas promovidas desde o início da década. Com isso, os aliados do governo e os aristocratas passariam por uma primeira época de bonança, realizando o assalto desenfreado dos cofres públicos por meio de empréstimos fictícios e do fomento dos empresários aos contratos com capitalistas estrangeiros, nutrindo-se da nova ascensão da prata que viria a acontecer (KLEIN, 2016).

Assim, Ibañez seria um dos principais opositores de Daza após o golpe de Estado. No dia 1º de outubro de 1876, Ibañez e seus aliados realizariam a “*Revolución de la Igualdad*”, que culminaria na proclamação da *Junta Federativa del Oriente* – nasciam as primeiras cabeças da hidra do federalismo boliviano, no entanto, no caso deste federalismo de Santa Cruz de la Sierra, ele não tinha relação com o movimento federalista organizado no resto do país. A junta de Ibañez teria como proposta a autonomia territorial da região quanto à sua administração, com seu presidente declarando que “*una era de paz, igualdad y fraternidad se abrirá a través de cuantos obstáculos le presente la centralizadora y tiránica forma de gobierno unitário*” (MESA; MESA; GISBERT, 2003, p. 443). No dia 1º de maio de 1877, Ibañez e alguns de seus correligionários seriam capturados e executados na fronteira com o Brasil (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2016).

A decadência da era Daza já se mostrava latente, porém, o prenúncio de que o pior ainda estava por vir seria que, em 1878, “*el año terrible*”, a falta de chuva traria consigo os infortúnios da maior seca vista em décadas no país. Com isso, as cidades que viviam essencialmente do seu provimento agrícola, como Cochabamba, sofreram maiores danos, com mais de 200 cadáveres sendo enterrados apenas em janeiro. A Bolívia veria “*morir de hambre a centenares de sus hijos*” (MORALES, 1983, p. 21).

Porém, o prego final no caixão do acesso boliviano ao mar, que desencadearia a Guerra do Pacífico, seria o rompimento, por parte da Bolívia, do acordo com o Chile em 1874 de livre negociação e taxação dos recursos naturais no país. A quebra do acordo se daria pela criação de um imposto de 10 centavos pelo quintal de salitre que se exportava pelas companhias chilenas em Antofagasta. A decisão da assembleia seria declarada no dia 23 de fevereiro de 1878, com a empresa inglesa *Nitrates and Railroad Company of Antofagasta* sendo a primeira a se recusar a pagar o imposto sob as elações de que seria “injusto” e “ilegal”. Como resposta, as autoridades bolivianas se propuseram a prender o diretor da companhia na região, um inglês,

que logo fugiria para o Chile, e pretendiam confiscar a propriedade da empresa como forma de indenização (KLEIN, 2016, p. 188).

Então, os nove anos que separam a queda de Melgarejo e o início da Guerra do Pacífico chegam ao fim. Durante esse período, o governo civil do “comedido” e “sensato” Tomás Frías seria responsável por expandir as bases da destruição da propriedade comunal indígena. Os resultados da *Ley de Exvinculación* foram diversos no país, porém, em termos gerais, teve como consequência a expansão das *haciendas* no altiplano *paceño*, com a venda e entrega de terras ao latifundiários. Em termos regionais, contudo, os resultados seriam outros: em Cochabamba, o importante não foi a expansão dos *gamonales*, mas a constituição de uma economia camponesa pequeno-proprietária, como já vinha acontecendo em Tapacarí e nos Yungas; e em Potosí, os *ayllus* e comunidades mantiveram-se como a maioria das propriedades do campo, com apenas alguns pequenos polos de crescimento de propriedades (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015).

Da mesma forma, a mineração começaria um novo auge – que seria também o último suspiro da mineração da prata no século XIX. No final da década de 1870, a mina de Huanchaca gerava mais renda do que todo o montante arrecadado pelo governo, mas o fenômeno continuaria e se daria de forma generalizada, mesmo com a guerra que se instalaria. Aliás, os setores mineiros mais impactados pelo conflito seriam os do litoral, porém, já havia tempo que a extração nacional na região havia atingido seu platô.

As minas, que nos anos 1860 ainda produziam em média apenas 344 mil marcos ao ano, avançaram, na década de 1870, para uma média de 956 mil marcos, saltaram para 1,1 milhão de marcos nos anos 1880, e atingiram cerca de 1,6 milhão de marcos ao ano da década de 1890. O pico na produção de prata no século XIX ocorreu em 1895, quando se estimou que tivessem sido produzidos cerca de 2,6 milhões de marcos (KLEIN, 2015, p. 186).

## 2.7 Balanço dos governos *caudillos* militares

Passadas as independências da América Hispânica, a Grã-Colômbia foi dissolvida e o sonho de Bolívar esfarelado. No entanto, o que permaneceu foram pequenas e difusas republiquetas que lutaram entre si pela sua autonomia política e territorial enquanto aprofundavam sua própria dependência econômica. Porém, no caso da Bolívia, o que se veria era um país onde os militares e aristocratas desprezam o indígena, ao mesmo tempo que se utilizam da sua força de trabalho em todas as ocasiões. Assim, quando falamos neste capítulo, e em todos os da história da Bolívia, sobre o aumento da produção de um bem, das guerras e

dos conflitos, das rebeliões e revoluções, das minas, dos campos e das cidades, falamos do trabalho, do corpo, do sangue e da terra de indígenas.

Durante o governo Santa Cruz, foi a organização dos indígenas no exército boliviano que possibilitou a criação da *Confederação Perú-Boliviana*, um dos últimos projetos de integração do Alto Peru e do Peru e, portanto, um dos últimos da América Latina após a queda de Bolívar. Seria também no governo de “Tata Belzu”, chamado assim por conta exatamente de sua proximidade com os indígenas – sendo um dos poucos a denunciar os horrores que ocorriam contra as comunidades –, que a guerra civil contra Ballivián faria incontáveis corpos. Na era de Melgarejo, *el Loco*, seriam as forças indígenas que sairiam de dentro dos cerros, desceriam as serras e atravessariam os campos para unir forças aos *mestizos* e aristocratas contrários ao militar, promovendo um dos principais e maiores movimentos indígenas até então.

*Desde 1824 hasta 1842<sup>61</sup>, Bolivia se vio en la necesidad de luchar por la consolidación de su soberanía. En el curso de ese período no faltaron buenos estadistas y conductores eminentes. Pero, a partir de 1849, se inició en el país una aguda crisis política que sólo pudo ser puesta a término después de la infortunada guerra del Pacífico (MORALES, 1983, p. 71).*

Foi graças a “*los Quispe, los Choquehuanca, los Condori*” (SISA IN: REINAGA, 2001, p. 408) que a república boliviana se manteve e que os sonhos e empreendimentos dos *caudillos* militares foram adiante; e foram também em seus fracassos em suas vitórias que a morte, a fome, a exploração sobrehumana e a descampenização chegariam aos indígenas.

Além do mais, quanto à construção da nação boliviana e da definição de cidadão, a Bolívia pouco mudaria em meio século de república (a tabela a seguir exemplifica alguns dos principais pontos constitucionais da época). As elites mineiras e latifundiárias, além da urbana, branca e *mestiza*, continuariam a ser consideradas as únicas detentoras de direito civil. Com as comunidades e os indígenas sendo excluídos da vida política boliviana – apesar de serem alguns dos seus maiores atores – a *Ley de Exvinculación* alteraria profundamente as bases de organização e produção dos anos que viriam após a Guerra do Pacífico. Assim,

*el análisis de la legislación producida a lo largo del siglo XIX, de la folletería que se publicó y de los largos debates en los congresos en 1871 y 1880 permiten afirmar que el debate sobre la tierra de las comunidades surgió en relación a la necesidad de reformar lo que se llamaba entonces el “sistema de hacienda”, es decir el sistema fiscal y de impuestos del Estado boliviano. Los ingresos del Estado se consideraron como injustos porque recaían fundamentalmente en la población indígena y en este contexto, el tributo o contribución indigenal constituía un resabio que había que superar. En general existía un consenso en torno a que debía ser eliminado porque expresaba una dominación colonial y una capitación al hombre por el simple hecho*

---

<sup>61</sup> Nesse ano seria assinado o Tratado de Puno entre a Bolívia e o Peru, três anos depois da dissolução da *Confederación Perú-Boliviana*, que garantiria a paz entre os dois países.

de ser “indio”. De ahí también que se considerara que la República era peor para los indígenas (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2016, p. 186).

Tabela 2 - Condições para a cidadania, sua suspensão e perda de acordo com as Constituições de 1825 e 1871.

Governo vigente	Ano da constituinte	Condições para ser cidadão	Casos para suspensão da cidadania	Condições para perder a cidadania
Antonio José Sucre	1826	1) Ser boliviano; 2) Casado ou maior de 21 anos; 3) Saber ler ou escrever a partir de 1836; 4) Não ser servente doméstico.	1) Por demência; 2) Estar em julgamento; 3) Ser um bêbado ou mendigo; 4) Ter dívida fraudulenta; 5) Por perturbar a ordem.	1) Por traição à pátria; 2) Ser naturalizado em outro país; 3) Ser criminoso condenado; 4) Ter emprego em outro governo.
Andrés de Santa Cruz	1831 e 1834	1) Bolivianos casados ou maiores de 21 anos que não sejam serventes domésticos.	Igual às anteriores.	Igual às anteriores.
José Miguel de Velasco	1839	1) Ser boliviano casado ou maior de 21 anos; 2) Estar inscrito no registro cívico (ou seja, apenas aqueles que sabiam ler e escrever e tinham um capital próprio de 400 pesos que não sejam trabalhadores domésticos.	Semelhante às anteriores, apenas adicionando que devedores dos cofres públicos também teriam sua cidadania suspensa.	Semelhante às anteriores, apenas adicionando que devedores também poderiam ter sua cidadania cancelada.
José Ballivián	1851	Semelhante à de 1831.	Semelhante às de 1826 e 1834, alterando apenas o fato de que ser miserável também lhe rendia a suspensão.	Semelhante às anteriores.
Manuel Isidoro Belzu	1861	Semelhante às anteriores, mas sem distinção entre boliviano e cidadão.		
José María de Achá	1861	Os homens poderiam gozar de direitos civis. Deveriam: 1) Ter nascido na Bolívia ou sido naturalizado; 2) Ter mais de 21 anos; 3) Saber ler e escrever e ter ou uma propriedade imóvel ou uma renda anual de mais de 200 pesos que não venham de trabalhos domésticos.		1) Por naturalização em outro país; 2) Por trabalho em governo estrangeiro; 3) Por condenação judicial.
Mariano Melgarejo	1868	“Son ciudadanos los bolivianos que reúnan las calidades e condiciones que prescriben la leys” (Art. 7)		
Morales	1871	Igual ao de 1861.		

Fonte: ROMANO, GARRETT, PARADA (2015, p. 94), com base em Barragán.

Ademais, desde do final do governo de Santa Cruz até o começo do governo Campero, a Bolívia já havia passado por catorze presidentes e uma junta, com dez administrações militares e apenas quatro civis. A trama da luta de classes no país pendia de forma que a discussão e disputas dentro da classe reinante, entre os *caudillos* militares e os caudilhos da aristocracia, dá-se de maneira que o discurso fetichista encobre a força política das oligarquias e do Estado; ou seja, com a consolidação na hegemonia da classe proprietária, tem-se a negação da historicidade da hegemonia dominante.

Por fim, o caudilhismo militar do século XIX, e até na atualidade, demonstra quão destoante é o poder das forças armadas no comando da política na Bolívia – e na América Latina.

### 3 O CONFLITO (SUB)IMPERIALISTA PELO NITRATO E PELO GUANO

Se a época dos caudilhos prenunciava a Guerra do Pacífico, o período seguinte prenunciava a Federalista/Civil/Indígena de 1899. Assim, antes de entrarmos nos detalhes do conflito e do período de democracia censitária que se seguiria, acreditamos ser de importância destacar algumas informações sobre o litoral boliviano.

#### 3.1 O Litoral

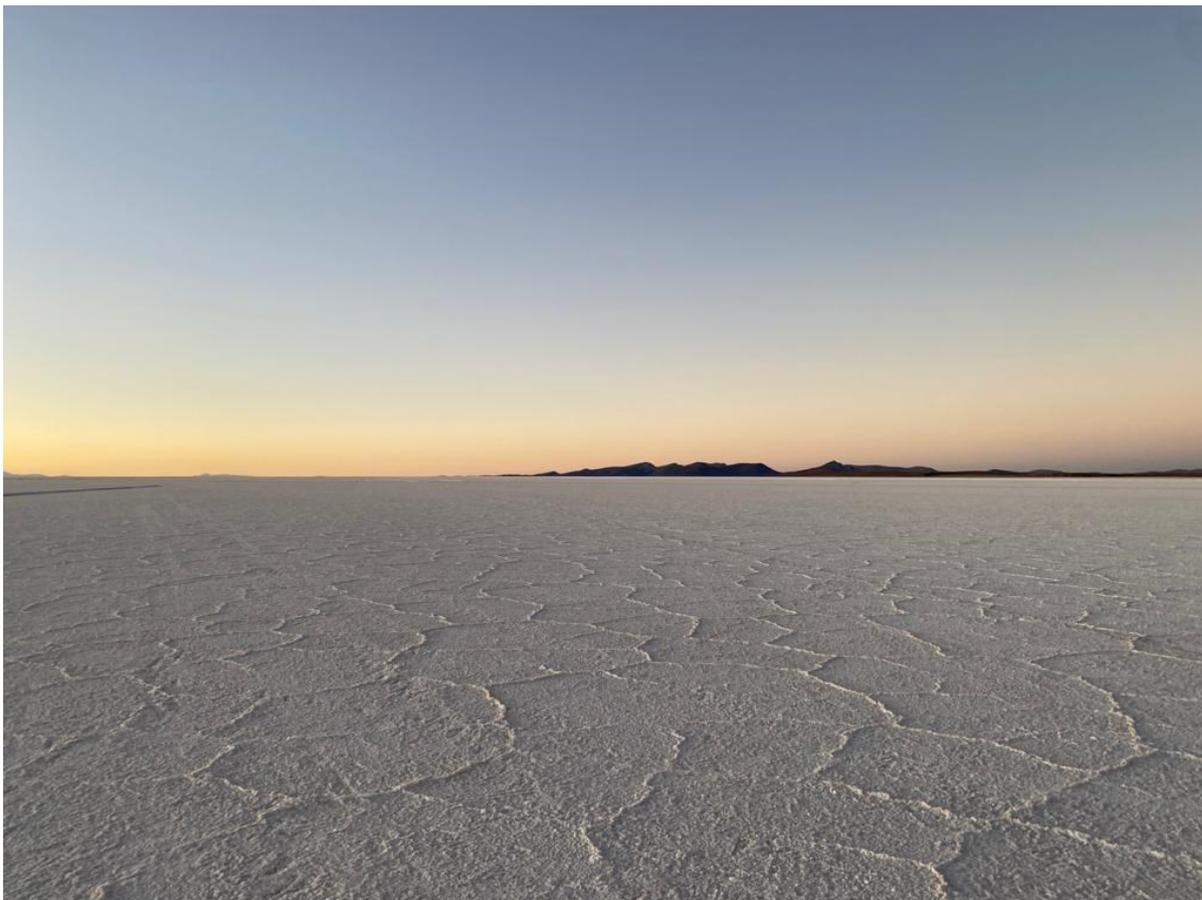
A composição territorial do litoral era considerada praticamente uma extensão do departamento de Potosí. Com poucas vias de comunicação e transporte entre as serras e as cidades da orla do Oceano Pacífico, com o Deserto do Atacama se estendendo imponentemente, a viagem de Potosí até Cobija durava mais de 25 dias (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Além disso, o clima árido de temperaturas extremas, com o solo seco e de difícil cultivo, tornava a vida escassa.

Ainda, sua paisagem também é composta por salares (o de Carcote e o de Atacama são os principais da região). Estes grandes desertos de sal se formaram como consequência do isolamento de corpos de água salgada, milhões de anos atrás, a partir do choque entre as placas tectônicas de Nazca e da América do Sul. Neste processo, surgiram os Andes que, como uma barreira geográfica, fariam com que um antigo oceano fosse escoado para o Pacífico e para o Atlântico, em certas áreas, enquanto isolava corpos d'água menores em outras. Com o tempo, muitos desses lagos secariam<sup>62</sup>, transformando-se em imensos salares; entre eles, o de Tunupa (também chamado de Salar de Uyuni) é o maior do mundo.

---

<sup>62</sup> O Lago Titicaca é um destes corpos d'água do antigo oceano, porém sua água atualmente é considerada doce.

Figura 15 - Salar de Tunupa ao entardecer.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022)<sup>63</sup>

Nos salares, o principal mineral encontrado é o nitrato de sódio (ou salitre, o sal comum), além de outros minerais em abundância, como o potássio, que durante a época colonial era extraído para a confecção de pólvora. Além disso, outro produto seria encontrado próximo do litoral: o guano, isto é, excremento de aves e morcegos da região que, durante milhares de anos, acumularam-se em enormes montes. O guano consiste, em sua maioria, por compostos de amônia, sais e outros ácidos que fazem parte da dieta e do organismo dos animais, misturados com terra e compactados pelos intemperismos físicos da região, garantindo seu estado sólido. Juntos ou separados, os dois compostos, vindos de uma das terras mais áridas e inférteis do mundo, têm grande potencial de fertilização do solo.

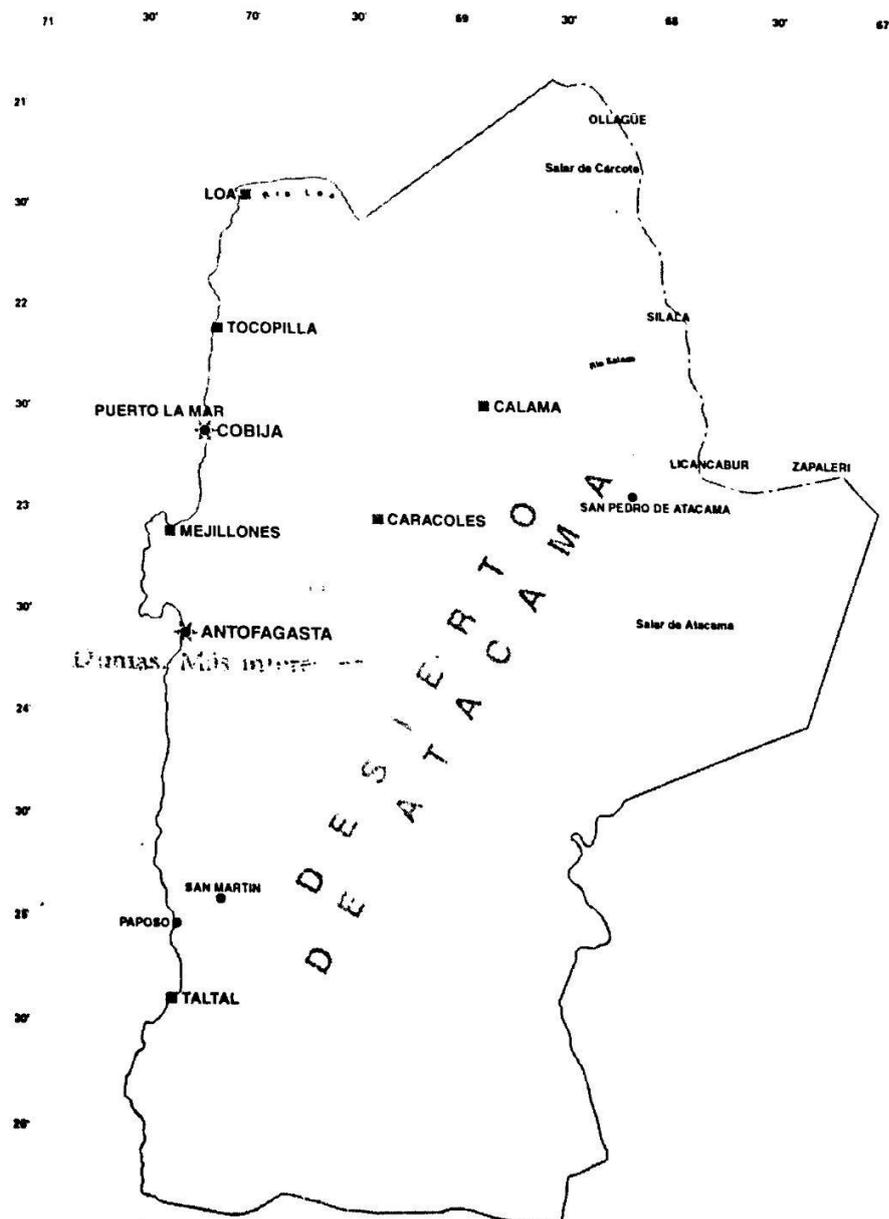
Quanto à divisão política do departamento do litoral, eram duas províncias, La Mar, com a capital Cobija, e Atacama, com a capital San Pedro de Atacama. Porém, conforme tem-

---

<sup>63</sup> A foto foi tirada no meio do Salar. Ao fundo, o Vulcão Tunupa que dá nome ao Salar desde os tempos antigos. O Salar de Tunupa é também o salar mais alto do mundo, encontrando-se no meio dos Andes, a 3.600 metros de altura. Atualmente, as atividades econômicas na região limitam-se ao turismo e à extração de sal. Porém, existem indústrias que extraem lítio na região, que contém uma das maiores reservas do mineral no mundo.

se a descoberta, em 1830, do potencial do guano e do salitre quanto à sua ação fertilizante, a região logo teria a fundação de novas cidades e portos. Assim, sua população em 1855 era somente de pouco mais de cinco mil habitantes, enquanto próximo da guerra era de mais de quinze mil – a maioria de chilenos, devido à lenta e calculada “colonização” da região pelas empresas e pelo governo chileno (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Destaca-se, ainda, a região de Caracoles, próxima de Mejillones, onde foi descoberta uma grande quantidade de prata, atraindo mais de dez mil pessoas para a região; dos cerros de Caracoles, em 1875, foi retirada mais prata do que de todos os outros cerros da Bolívia (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

Figura 16 - Departamento do Litoral em 1879.



Fonte: Mesa, Gisbert, Gisbert (2003, p. 449)

### 3.2 A Guerra do Pacífico

O conflito começaria oficialmente no dia 14 de fevereiro de 1879, com a invasão chilena de Antofagasta<sup>64</sup>. Na ocasião, a maioria da população da cidade era da mesma nacionalidade dos invasores, assim, a chegada dos soldados e dos barcos blindados Cochrane, O'Higgins e Blanco Encalada foi comemorada pela população (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Já no dia 14 de março, mais de cinco mil soldados chilenos ocupariam os portos de Antofagasta e de Cobija, e iriam de encontro às forças bolivianas em Caracoles. Na zona mineira, os chilenos enfrentaram 135 soldados bolivianos mal armados e sem reforços, que resistiram até o último homem em uma heróica derrota na batalha de Calama (VACANO, 1925).

Com o Chile oficialmente declarando guerra dias depois, a Bolívia logo entraria em contato com o Peru em relação ao acordo secreto assinado pelos dois países em 1873. Para o país vizinho, o acordo não era mais tão interessante quanto inicialmente proposto, a Bolívia estava inteiramente dependente do país quanto à defesa naval de seus recursos, porém, conforme as tropas chilenas avançam nos territórios peruanos, o país se vê obrigado a responder à altura (KLEIN, 2016).

Apesar de ter menos barcos encouraçados modernos que o Chile, o Peru, com o navio Huáscar, e seu comandante Miguel Grau, realizaria algumas das maiores proezas da guerra. A maior delas seria em frente à cidade de Iquique, próxima de Paposo, em que o navio enfrentaria o navio Esmeralda e venceria os chilenos, após um intenso combate de artilharia, cortando a lateral do barco inimigo com um esporão (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Ademais, as forças de Miguel Grau também se apoderaram do navio Rimac, porém, na volta ao Peru, próximo de Mejillones, os peruanos seriam confrontados pelo Cochrane e o Blanco Encalada, resultando na destruição das tropas do comandante Miguel Grau (VACANO, 1925).

O domínio da costa boliviana pelas forças chilenas já era quase garantido. Assim, em 2 de novembro de 1879, aconteceu o primeiro confronto em território peruano. A cidade de Pisagua era um importante porto, além de ser ligada a outros departamentos peruanos por meio de linhas férreas. Mais de dez mil chilenos desembarcaram no Peru e enfrentaram uma defesa de mil homens e, por conta da sua desvantagem numérica, os generais peruanos coordenaram uma tática de terra arrasada, envenenando poços, destruindo suprimentos, colocando fogo em

---

<sup>64</sup> O governo boliviano só saberia do conflito no dia 25 de fevereiro. Não existiam linhas telefônicas na região litorânea, com a notícia chegando por meio de um barco a vapor na cidade de Tacna. Somente no dia 26 de fevereiro Daza lançaria um comunicado de agressão contra o país beligerante (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

grandes armazéns de salitre e guano, além de destruir as linhas de trem que levavam ao interior do país (VACANO, 1925).

Figura 17 - Calle Miguel Grau em Sucre, antiga Calle 25 de Mayo<sup>65</sup>



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2022).

<sup>65</sup> Transcrição do texto da placa: “Almirante peruano. Combatió en la Guerra del Pacifico que enfrentó a Bolivia y Perú con Chile. Antigua Calle 25 de Mayo”. A antiga rua tinha o nome da data da Revolução de Chuquisaca, quando foi declarado o primeiro grito da independência boliviana em 25 de maio de 1809.

Com as derrotas peruanas, a Bolívia manteve suas tropas estacionadas em Tacna durante o conflito. No entanto, no dia 8 de novembro de 1879, numa temporada de calor abrasador do deserto e sem o número correto de cantis de água abastecidos, o exército boliviano seria ordenado a se movimentar em direção aos territórios tomados por chilenos – não é de se estranhar que a campanha seria um fracasso. Na altura de Camarones, no dia 16, toda a tropa estava esgotada e desmoralizada, com muitos soldados morrendo de sede no caminho, o que obrigou os comandantes da missão a iniciarem sua vergonhosa retirada (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

Porém, um dos poucos casos de vitória das tropas bolivianas seria o conflito com as tropas chilenas em Huata-Condo, no dia 12 de novembro de 1879, em que mais de mil chilenos enfrentariam um exército boliviano em desvantagem, e mesmo assim perderiam. O general boliviano atuante no combate exclamaria na época: “*soldados, queridos hijos, Soldados indios, ustedes han salvado a Potosí*” (REINAGA, 2001, p. 408, grifos do autor).

Enquanto isso, no interior dos escalões do exército já corria uma conspiração para tirar o presidente, e o destino de Daza já estava decidido desde o resultado da humilhação sofrida em Camarones. Finalmente, em La Paz, no final de 1879, um levantamento contrário ao governo se iniciaria, recebendo grande apoio popular, e em Tacna, onde Daza e seu batalhão estavam estacionados, soldados e generais golpistas confiscariam as armas dos partidários do presidente. O presidente seria levado a exílio<sup>66</sup> e os generais conspiracionistas elegeriam Narciso Campero como presidente provisório no dia 19 de janeiro de 1880.

Relutante em exercer o cargo em um primeiro momento, o presidente Campero era um general com experiência de batalha e um homem comprometido com o estabelecimento de um regime civil na Bolívia após o fim do conflito. Com isto em mente, chamaria o general liberal Eliodoro Camacho para seu batalhão de ataque, naquilo que seria o último movimento boliviano antes de sua retirada (KLEIN, 2016). No cerro de Intiorko<sup>67</sup>, a batalha de *Alto de la Alianza* aconteceria com um batalhão inteiramente indígena, os *Colorados del Alto de la Alianza*<sup>68</sup>, no dia 26 de maio de 1880 em Tacna, que ao final do dia estaria tomada pelas forças chilenas. A batalha selaria o destino da Bolívia na guerra, obrigando as forças de Camacho e Campero a se retirarem em direção ao Andes.

---

<sup>66</sup> Hilarión Daza ficaria exilado na Europa até 1893, quando retorna à Bolívia para se defender em seu julgamento. No entanto, ao chegar na estação de trem de Uyuni, seria assassinado (VACANO, 1925).

<sup>67</sup> Que em quechua significa “Alto do Sol”.

<sup>68</sup> No aniversário de um ano da batalha, o presidente Narciso Campero realizaria, em Potosí, o fuzilamento de todos os sobreviventes do batalhão dos *Colorados del Alto de la Alianza* (REINAGA, 2001).

No entanto, uma última tentativa de reavivar a aliança entre Peru e Bolívia ocorreria em junho de 1880. Em uma negociação entre os ministros de ambos os países, seria acordado como termo preliminar a criação dos Estados Unidos Peru-Bolivianos, que seriam formados pela fusão dos departamentos de Tacna e Oruro, assim como de Potosí e Tarapacá (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). As negociações, contudo, não progrediram, com o Chile ameaçando novas invasões para o interior dos dois países caso as negociações fossem adiante com o acordo – a *Confederación Perú-Boliviana* não voltaria dos mortos.

### 3.3 O (sub)imperialismo e as economias de enclave

Até agora, em nosso trabalho, nos esgueiramos em torno do tema do imperialismo e da formação nacional. Acreditamos que ambos os temas exigem uma exploração profunda, que serão realizadas no decorrer do trabalho, mas que, também, ultrapassam seus limites históricos. No entanto, a análise do século XIX na América Latina e, neste caso particular, da Bolívia, exigem alguns apontamentos quanto a este período de transição do capital financeiro internacional e de seus primeiros avanços modernos quanto à formação de valor na América Latina.

Com o estabelecimento das independências dos Estados latino-americanos, tem-se o início das condições de dependência dos países por meio das guerras fronteiriças e subimperialistas. Entre os exemplos que podemos observar destes conflitos, a Guerra do Pacífico é um dos exemplos fundamentais quanto à desvalorização dos bens de consumo suntuários e da desestabilização das condições de existência de um Estado-nação no continente. Dessa forma, aquilo que se inicia com as investidas peruanas e chilenas durante os primeiros anos de República até o final da Guerra do Chaco e as determinações quanto a condições de existência e atuação da Bolívia seriam determinadas/determinantes, com o Estado oligárquico agrário-mineiro de transição boliviano precedendo a dependência, isto é, a apropriação e transferência da mais-valia, que ocorre até hoje.

Isto se dá pois, com a formação das burguesias nacionais, tem-se seu fomento por meio de um capital violento, parasitário e rentista que insere os Estados latino-americanos na sua fase mais acelerada de realização: a financeira – transitada do capital produtivo. Com isso, a formação heterogênea das bases materiais dos Estados latino-americanos trafegava entre aquelas de uma burguesia/economia de enclave – que levaria a uma via *junker* – ou de ordem subimperialista.

No caso da via *junker*, que é o caso boliviano, a burguesia industrial do país tem influência ínfima ou inexistente até após a Segunda Guerra, naquilo que seriam chamados de países de tipo B. Nestes países, suas elites servem ao mercado mundial por meio consórcios (BAMBIRRA, 2015), com sua oligarquia agrária – e mineradora – sendo dominada pelo capital monopolista internacional. Portanto, ainda que se afirmem como grandes produtores, como no caso de Patiño, que no século seguinte seria uma das figuras mais ricas do mundo, a oligarquia boliviana não disputa poder com as estrangeiras, mas as alavancam a novas fases de transferência e acumulação de valor. René Zavaleta (2015, p. 375) descreve a via *junker* nos seguintes termos:

*La burguesía resulta así una clase construida por el Estado y no una clase que construye un Estado; por consiguiente, una burguesía que no concibe su vida fuera del acto estatal, o sea, como dice Hilferding, aparece aquí que ‘en lugar de la lógica liberal del encogimiento del Estado tuvo que apelar a la expansión del Estado como vehículo de desarrollo, en lugar de la importancia del Estado pequeño, la supremacía del Estado unitario.*

Já no caso dos países subimperialistas, sua burguesia e economia realizam-se por meio da capacidade dinâmica e avançada de exportação de manufaturas, garantindo-os autonomia mínima frente à metrópole capitalista. No entanto, e isto vem ao custo da constituição de um Estado dependente, sua inserção na dinâmica produtiva da divisão internacional do trabalho é possibilitada por uma integração gradual e hierarquizada frente ao capital internacional. Portanto, ainda que se tenha um controle da matéria-prima, dos insumos energéticos e da força de trabalho, o Estado subimperialista tem como premissa a acumulação interna do capital nacional por meio do capital monopolista, garantindo, porém, que sua oligarquia nacional dispute a realização do valor produzido. Isto os diferencia das economias de enclave, uma vez que, ao realizarem a acumulação interna por meio da exportação, os países subimperialistas possuem ferramentas de acumulação externa por meio da extração de valor realizado em outras economias – ou seja, as de enclave.

Neste caso, pode-se afirmar que os países subimperialistas, ou do tipo A, cuja industrialização foi realizada nas últimas décadas do século XIX, acabam se apropriando do valor produzido pelas economias de tipo B (e C, de industrialização nula ou inexpressiva até os dias de hoje), prejudicando-as não apenas em relação aos preços na dinâmica internacional, mas também frente às suas capacidades de expansão e formação de valor, tornando-as reféns e isolando-as em suas opções de autonomia. Assim, ao se ater à composição da matéria-prima no item industrializado, observa-se a incursão e o assalto da produção de valor do tipo A frente ao tipo B, e do capital imperialista ao tipo A; o campo e a mineração são reféns da indústria.

Como resultado disso, a relação dos países imperialistas, da metrópole, e os subimperialista e de enclave, da periferia, ocorre por meio da formação de uma comunidade do capital mundial em que os Estados, na garantia da superexploração do trabalho, existem em diferentes níveis de soberania. Portanto, enquanto um país soberano, de natureza imperialista, tem autonomia e agência interna sem a disciplina e mando de outros Estados, nos países de enclave e nos subimperialistas, de nível dependente, sua administração e economia se realizam por meio da superexploração dos trabalhadores, da extração desenfreada de matérias-primas e suprimentos (OSORIO, 2019).

Neste contexto, o Estado subsoberano age como ente negociador e conciliador das estruturas de poder e das contradições do capital. Ele pode até possuir uma postura forte e subimperialista, mas sua soberania sempre será restringida pela própria atuação do capital imperialista. Como explicita Osorio (2019, p. 177, grifos do autor),

é necessário distinguir entre soberania de *jure* e soberania de *facto*. Muitas nações, formalmente independentes, nunca operaram de forma soberana, frente a “forças e relações econômicas sobre as quais têm pouco ou nenhum controle”.

Segundo, o capital funciona historicamente sobre a base de um sistema interestatal caracterizado por “hierarquias” e “desigualdades” que repercutem no campo da soberania.

Tendo isso em vista, é necessário destacar que **no capitalismo, como sistema mundial, sempre houve um exercício desigual da soberania**, sendo maior nas nações dependentes ou periféricas.

Por outro lado, e aqui também está um ponto da nossa análise, nem os Estados subsoberanos, nem o campo, nem as minas, tampouco as indústrias, são passivos quanto a este movimento. Com novos e velhos interesses em jogo, a luta de classes ocorre no enfrentamento, na revolta e na rebelião como um contrapeso integrado e integrante do capital imperialista. Assim, ao passo que há a necessidade dos “povos” e “nações” de se autoafirmarem contra o capital imperialista, a repressão e a contrarrevolução de qualquer movimento anticapitalista assegura a produção e reprodução das condições de dominação e transferência desigual de valor na América Latina (OSORIO, 2019, p. 206), expressando, assim, a clara dualidade estrutural latino-americana, que é determinada/determinante de uma expressão da totalidade produtiva capitalista.

No entanto, devemos explicitar que não há uma dualidade inerente que separe o campo e as minas da cidade, mas há, sim, a expressão material de existência entre duas formas de produção e apropriação, portanto, de realização do valor de uso, que são, ao mesmo tempo, contraditórias e complementares. Assim, na América Latina, a luta de classes denota a totalidade do capital dependente latino-americano, procedente e precedendo em suas expressões particulares a totalidade da expansão do capital, bem como possibilitando seus saltos

quanti/qualitativos, ao passo que acaba complexificando as formas de luta, resistência e repressão.

Assim, de meados de 1870 até o estabelecimento contemporâneo dos territórios na América Latina, a composição de capital produtivo transmutou-se em capital monopolista nas economias dependentes subimperialistas do tipo A. Como consequência, os Estados enclaves, subsoberanos de tipo B, são levados a guerras que agudizam a crise, a miséria e a exploração, e que rompem as fronteiras das economias de enclave devido à necessidade de extração de lucro pelo capital imperialista. Isto obriga os subsoberanos a voltarem-se para si mesmos quanto às suas finalidades de reprodução de sua transferência e acumulação de valor. Consequentemente, na competição permanente e na garantia do lucro, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina depende do Estado como instituição reguladora de demarcação dos limites estruturais de dominação.

### 3.4 Sequelas do conflito

Toda hegemonia só é uma hegemonia capitalista caso tenha como ponto inicial a fundação de um tripé econômico, militar e cultural da nação, e a Bolívia não possui nenhum destes atributos consolidados até hoje. O Chile, como potência subimperialista e subsoberana, também não é hegemônico, mas desde o início das guerras independentes e fronteiriças, representa com primazia o capital exportador e imperialista da Inglaterra.

E este não é um caso novo, como já demonstrado em demasia, as empresas chilenas e inglesas haviam colonizando aos poucos a região litorânea boliviana. No entanto, um dos melhores exemplos de derrota do Chile, que estabeleceu as bases futuras da relação da metrópole inglesa com o país, seria o Tratado de Paucarpata com a *Confederación Perú-Boliviana*. Em 1837, o general Blanco Encalada ocuparia militarmente a região de Arequipa e, sem disparar uma única bala, seria derrotado pelas forças da confederação. Sua “*Expedición Restauradora*” tinha como objetivo expandir o Estado chileno e desestabilizar a confederação, porém, devido à desvantagem militar da época, o Chile se viu obrigado a assinar um acordo de paz supervisionado por um representante do governo da Inglaterra (MARTINEZ, 2000, p. 19); daí em diante, as relações entre os capitais chileno e britânico somente se intensificaram.

No entanto, para além da Inglaterra, os Estados Unidos seriam um dos agentes externos presentes no conflito. No dia 22 de outubro de 1880, reúnem-se em Arica representantes do Chile, Bolívia e Peru para uma primeira reunião de paz mediada pelos Estados Unidos. Na reunião, o Chile pedia a cessão de parte dos territórios dos dois países oponentes, o pagamento

de uma multa pelos danos causados no conflito e a devolução de bens chilenos despojados pelos outros países. O acordo terminou em fracasso, sem uma assinatura de ambas as partes; a Guerra ainda seguiria por mais três anos, entre Peru e Chile, pelos espólios da guerra: o antigo território litorâneo boliviano (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

Passada a assembleia, um dos maiores opositores da anexação chilena dos territórios bolivianos e peruanos foi o presidente estadunidense James Abram Garfield, que assumiu o cargo no dia 4 de março de 1881. Porém, pouco tempo depois de assumir o poder e se declarar contrário às decisões chilenas, Garfield seria assassinado e seu Secretário de Estado, James G. Blaine, assumiria o poder do Estado. Assim, a missão Trescott-Blaine, que já era atuante nos países beligerantes da Guerra do Pacífico, por meio da Doutrina Monroe, mudaria de posição para favorecer o anexionista chileno (MARTINEZ, 2000). O presidente argentino na época declararia:

*La bala del asesino Guiteau<sup>69</sup>, al apagar la existencia del presidente Garfield, detuvo y cambió el rumbo de la escuadra interventora que se dirigía a Pisagua para imponer una solicitud de fuerza (MARTINEZ, 2000, p. 41)*

Outro fator crítico neste conflito seria a influência das elites bolivianas. Após a humilhante saída boliviana da guerra, os proprietários de minas do país assumiram uma posição pacifista pró-Chile, agrupando-se ao redor de duas figuras chave: Mariano Baptista, um advogado das empresas mineiras, e Aniceto Arce, individualmente o maior proprietário de minas e produtor da nação. Enquanto isso, um grupo antipacifista e antichileno, firmado em território *paceño*, juntaria forças para apoiar o popular Coronel Eliodoro Camacho que, em sua ambição de tomar o poder de Hilarión Daza, reintroduziu a Bolívia no conflito pelo seu litoral (KLEIN, 2016). No entanto, as forças de Camacho seriam logo rechaçadas e a vitória chilena seria incontestada até os dias de hoje. Como consequência do conflito, a província marítima boliviana, incluindo os portos de Antofagasta e Cobija, seriam perdidos e divididos entre Chile e Peru, assim como parte da extensão continental do Deserto do Atacama.

*Vencidos los peruanos, liquidada la ocupación militar del Perú por el Tratado de Ancón, que reconoció a Chile todo el Desierto del Tarapacá y entendido el Gobierno de Chile con el Bolivia por un tratado de Tregua, que veinte años más tarde lo fue de paz (1904), el Gobierno de Chile dictó una legislación (Código de Minería de 1888)*

---

<sup>69</sup> Vale dizer que o assassino de Garfield, Charles J. Guiteau, era mórmon e não possuía vínculos formais com os chilenos. A causa da morte de Garfield é oficialmente atribuída às suas críticas e decretos contra a igreja mórmon e, pelo fato de Guiteau ser do grupo religioso, a razão da morte teria sido uma vingança contra as medidas do presidente (MARTINEZ, 2000). Mas, como afirma Martinez (2000), não se é descartada a possibilidade de uma conspiração por trás do assassinato de Garfield, uma vez que os maiores beneficiados com sua morte foram o governo chileno e os grupos ingleses que apoiavam o empreendimento de anexação. Além disso, Guiteau, que foi declarado insano e condenado à forca, teria durante seu tempo na cadeia culpado a invasão chilena por suas ações.

*que tendió a arrebatar a las clases medias y populares el dominio del salitre de que se apoderaban por simple descubrimiento y denuncia en virtud de la legislación anterior (Código de Minería de 1874 y Reglamento Salitrero de 1878). Para ello recurrió la oligarquía gobernante al socorrido expediente de declarar fiscal, prohibiendo su denuncia, todo el salitre de las pampas desiertas, las cuales por el Código Civil son bienes del Estado. En seguida, mediante cierta política judicial, y una ley infame de 1906, el salitre pasó lenta y seguramente, gracias a toda clase de fraudes, constantemente impunes, a las manos de la oligarquía dirigente, la cual se ha visto obligada a compartir su dominio con numerosos aventureros, principalmente extranjeros, y con fuertes capitalistas europeos o norteamericanos, los que en definitiva se quedarán con todo (MARTINEZ, 2000, p. 6).*

A perda do mar, para a Bolívia, foi a primeira das perdas territoriais significativas do país nas guerras fronteiriças; até o final da Guerra do Chaco (1935), o país teria pouco menos da metade do seu território na época da independência. No entanto, naquilo que Martinez (2000, p. 53) descreve como a “*polonización*”<sup>70</sup> da Bolívia, os interesses subimperialistas não pararam entre a Guerra do Pacífico e a Guerra do Acre (1903). Em 1898, poucos meses antes da Guerra Federalista/Indígena/Civil, o diplomata do Chile na Bolívia, Manuel Salinas, apresentaria o plano de desintegração e repartição do território do país entre Chile, Argentina e Peru. Posteriormente, em 1900, um novo plano, que adicionava o Brasil na divisão, foi colocado em movimento. No entanto, nenhuma destas conspirações conseguiu deslanchar, com o governo peruano, em 1901, publicizando e divulgando as intenções chilenas (MARTINEZ, 2000).

*En cuanto a Bolivia, el problema es más hondo todavía, porque es vital; no puede ella sobrevivir enclaustrada, fuera del acceso a la vía libre del mar... Su salida al mar tendrá que ser forzosamente **una ineludible aspiración nacional** y un eterno problema internacional, en cuya finalidad no podrá haber desacuerdo entre sus hombres. Lo habrá sí cuanto al modo de solucionarlo... pero los hombres que representan el sentimiento profundo y permanente de la nación, buscarán necesariamente una salida por el territorio de Chile, que tiene en su poder todo al antiguo litoral de Bolivia (VICUÑA IN: MARTINEZ, 2000, p. 79, grifos nossos).*

---

<sup>70</sup> Ele está aqui se referindo à partilha, durante o século XVIII, da República das Duas Nações – um nome um tanto quanto interessante para a antiga Polônia.

#### 4 A DEMOCRACIA CENSITÁRIA E A REBELIÃO INDÍGENA

A derrota dos exércitos bolivianos na Guerra do Pacífico significaria, também, o fim dos governos *caudillos*. Narciso Campero seria o último militar *caudillo* em ofício, porém, anos antes de sair do poder, em 25 de maio de 1880, o presidente chamaria uma assembleia nacional para oficializar a constituição que havia sido aprovada em 1878 pela constituinte realizada no ano anterior (VACANO, 1925). Após 55 anos, a constituição da república boliviana teria “*exorcizado*” os maus governantes, colocando fim a uma “*etapa de inestabilidad y anarquía [...] del abuso militar*” (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 199), garantindo, até meados de 1930 – o início da Guerra do Chaco seria o fim da democracia censitária –, um sistema oligárquico-civil de ordem partidária, cujos protagonistas plebiscitários seriam o partido conservador e o liberal.

Um destaque necessário quanto ao congresso de 1880 é de que, entre seus membros, não estiveram presentes somente políticos eleitos, mas também representantes das grandes minas de Gregorio Pacheco e de Aniceto Arce. Isto se devia ao fato de que, ao mesmo tempo que governo de Campero foi coetâneo ao crescimento do setor mineiro, o desenrolar final da Guerra do Pacífico, que já se prolongava por três anos, tornou as elites mineiras, antes favoráveis ao Chile, interessadas no fim do conflito como forma de expandir o alcance de seus comércios (KLEIN, 2016). Isto se dá pois, com a perda do litoral, a exportação de minerais bolivianos sofreu uma queda substancial de arrecadação pelos bloqueios, bem como pelo fato de que os gastos com a guerra impediam o governo de ampliar as infraestruturas de comunicação e de transporte do país – ambas essenciais para a mineração, que pela primeira vez, no século XVIII, teria um novo auge.

Dado que as minas alcançaram todo o seu potencial produtivo justamente quando começava um declínio secular dos preços da prata no mercado mundial, a nova elite se viu constantemente forçada a baixar os custos e a aumentar a produtividade. Isso envolveu o uso crescente de maquinário e de eletricidade e, acima de tudo, a mecanização do transporte (KLEIN, 2016, p. 194).

Também durante esse período, ocorreria a decadência do tributo indígena, uma vez que, com a *Ley de Exvinculación* sendo colocada em prática ao final da guerra, os indígenas agora seriam classificados como parte de uma classe “campesina” pequena proprietária, desobrigando parte desta população do pagamento do tributo. Desta forma, as elites *gamonales* puderam formar novos vínculos de dominação que haviam começado com Melgarejo, mas que haviam sido abortados pelas rebeliões indígenas do começo de 1870.

Ademais, a Guerra do Pacífico também teria como consequência a morte – direta e indireta – de dezenas de milhares de soldados e de civis, resultando em sua pauperização e sua descampenização, com muitas comunidades vendendo suas terras. Este resultado não poderia ser mais positivo aos terratenientes:

*el primer período de expansión de las haciendas fue resultado de los decretos de Melgarejo entre 1867 y 1870-71; el segundo período tuvo lugar después de 1881 y fundamentalmente después de 1900.*

*En la primera fase, 321 comunidades habrían sido vendidas hasta 1869 en los departamentos de La Paz y Mejillones, de las cuales 216 estaban en Mejillones que incluía a las provincias de Omasuyos, Pacajes, Ingavi, Sicasica y Muñecas. Se habrían convertido en haciendas particulares 600.000 hectáreas: 300.000 en Omasuyos, 200.000 en Sicasica y 100.000 en Pacajes (Rodríguez Ostría, 1982), afectando dentro de esta última provincia a los cantones de Caquiaviri, Viacha y Taraco. La Paz se convirtió así en el centro de la expansión latifundista.*

*Luego de los levantamientos contra Melgarejo, se declararon nulas las ventas de tierras comunales en 1871. Peñaloza (1990) sostuvo que las tierras no volvieron a poder de los indígenas y comunarios, mientras que Grieshaber (1977), en base a las evidencias obtenidas en cuatro pueblos de Pacajes, demuestra lo contrario, por lo menos para esta región. En el segundo período, entre 1881 y 1920, en cambio, se habrían vendido 78.088 hectáreas: 33.401 entre 1881 y 1900 y 44.687 entre 1901 y 1920 (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 289).*

Ademais, a segunda fase da república boliviana, iniciada com a assembleia de 1880, seria a do operariado de ofício de grande empresa, com seu auge econômico coincidindo com a era da mineração do estanho, após o declínio da prata no final do século XIX, e o início do meio industrial e de utilização de maquinário não artesanal. No entanto, estabelecemos como limite neste trabalho o período que compreende desde o fim da Guerra do Pacífico, quando as ferrovias se alastraram pela Bolívia ao mesmo tempo que a vivência operária e as políticas migratórias, até a Guerra Federal/Civil/Índigena de Pablo Willka contra o governo.

Relativamente à demografia boliviana, no final do século XIX, o país teria mais de 73% de sua população vivendo no meio rural<sup>71</sup>, com grande maioria deste contingente sendo composta de indígenas. Assim, com a tomada de decisão política por meio do voto ainda possuindo os mesmos valores das constituições anteriores, a expansão da elite *criolla* viria acompanhada de um número crescente de indivíduos submissos, com menos de 1% da população do país tendo direito de voto, e menos ainda sendo apta à eleição (KLEIN, 2016).

Por fim, antes de entrarmos nos eventos históricos, descreveremos um breve perfil dos dois principais partidos políticos da época. Tanto liberais quanto conservadores tinham laços profundos com as oligarquias do período caudilhista, com muitos de seus correligionários sendo

---

<sup>71</sup> Klein (2016, p. 198) assume esta estimativa do percentual populacional no campo como extremamente otimista. Assim, compartilhamos também outra informação disponível em Mesa, Gisbert, Gisbert (2003, p. 493) que definia a população urbana da época como menos de 10% do país.

caudilhos, além de serem defensores assíduos do desenvolvimento e da expansão do comércio boliviano por meio de políticas livre-cambistas e antiprotecionistas. No entanto, quanto às suas ambições e composição, os partidos apresentavam significativas diferenças, entre elas de que

*los caudillos de ambos partidos tenían aspiraciones de poder que se hacían intransferibles. [...] los conservadores representando el poder empresarial de la plata en el sur, los liberales terminarían representando los intereses del poder del estaño en el norte. El tercero estaba relacionado con la cuestión religiosa. Los liberales venían de la tradición masónica de los padres de la patria, los conservadores acusaban a los liberales de ateos, estaban contra la libertad de cultos y oponían al matrimonio civil (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 492).*

#### 4.1 A oligarquia conservadora

As eleições de 1884 marcariam um novo período na história do governo boliviano. A gestão de Campero, desde a saída do país da guerra, mostrava-se preocupada em resgatar um modelo republicano organizado em torno da democracia, sem a rotatividade constante de militares no poder. Durante seu mandato, foram fundados o partido Liberal<sup>72</sup> e o Conservador em meio às manifestações favoráveis a uma onda pacifista e outra favorável à volta da Bolívia à Guerra do Pacífico. Polarizando o cenário boliviano entre liberais/belicistas e conservadores/pacifistas, em uma eleição que continuaria no modelo do voto baseado nos seguintes critérios: ser homem, alfabetizado, possuir uma propriedade de pelo menos doze mil pesos e renda mínima de mil pesos (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 492).

Assim, no dia 4 de setembro de 1884, foi eleito para a presidência o primo de Campero, o proprietário de minas e o segundo principal produtor da Bolívia, Gregorio Pacheco (KLEIN, 2016). Seu primeiro ato no governo foi uma anistia irrestrita aos militares do país pelos atos cometidos na Guerra do Pacífico, seguido por um decreto no dia 20 de setembro que assegurava um chamado “pacto de tréguas”, ou seja, um tratado de paz com todos os países vizinhos (VACANO, 1925).

Pacheco também realizaria uma série de modernizações na infraestrutura do país. Durante sua gestão, seria implementado serviço de luz elétrica pelo país (com a *Compañía Huanchaca de Bolívia*, instalando em 1887 a primeira central elétrica no departamento de Potosí), e o Gran Chaco começaria a ser explorado em maior extensão devido à necessidade de novas fontes de renda com a perda do litoral, além de outras obras como a construção das primeiras estradas entre Santa Cruz e o porto Pacheco sobre o Rio Paraguai (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

---

<sup>72</sup> Criado pelo comandante *paceño* Eliodoro Camacho.

Terminada a presidência de Pacheco, em 1888, o seu vice-presidente, sucessor partidário e o dono das minas de Huanchaca, Aniceto Arce, seria eleito. A nova gestão, apesar da relativa tranquilidade política no governo de Pacheco, logo se veria enfrentando uma série de levantes e insurreições lideradas pelos representantes do Partido Liberal, mas dominada pelos civis do ambiente urbano (KLEIN, 2016). Durante sua presidência, Arce agiria com repressão e combate ativo contra seus opositores nacionais, declarando mais de uma vez Estado de sítio no país.

Quanto à postura internacional de Arce, após a Guerra do Pacífico, sua posição pró-chilena e contrária ao Peru resultaria numa falha tentativa de negociação para que o porto de Arica fosse retornado à Bolívia. O presidente também tomaria uma série de empréstimos de outros países – entre eles os EUA, o Chile e a Inglaterra – que possibilitaram a criação de bancos e centrais financeiras pela Bolívia, iniciando uma guinada modernizadora da inserção e administração do capital estrangeiro no país, tendo como objetivo melhorar a infraestrutura extrativista boliviana. Ademais, em setembro de 1890, seria aprovada a *Ley de Bancos*, que previa, de acordo com Mesa, Gisbert e Gisbert (2003, p. 498),

*la reserva obligatoria del 20% de capital, el límite del monto de créditos, las restricciones de garantías personales y otros aspectos que buscaban proteger el sistema. En este gobierno también nacieron el banco “Hipotecario Nacional” y el “Crédito Hipotecario”.*

Figura 18 - Cemitério de Trens de Uyuni<sup>73</sup>

Fonte: Acervo pessoal do autor (2022)

Outra marca registrada do governo de Arce, que não aparece como uma coincidência, mas como uma consequência de sua adesão ao crédito financeiro internacional, seria a construção de linhas de ferro, pontes, teleféricos e estradas pela Bolívia<sup>74</sup>. Entre estas medidas, estaria a construção da primeira conexão direta, após a Guerra do Pacífico, entre o território boliviano e o chileno: a linha ferro que conectava Uyuni e Antofagasta. Esta linha de ferro, inicialmente, conectava somente as minas da região à cidade de Oruro, porém seu prolongamento promovido por Arce conectaria a mina de Pulacayo à cidade de Uyuni – fundada especialmente por conta da criação da sua estação – e ao porto de Antofagasta (VACANO, 1925).

Vale registrar que, desde 1888, o departamento de Oruro já possuía um forte movimento mineiro de inspiração cosmopolita devido à chegada massiva da primeira onda, após a independência, de imigrantes no país; na cidade de Oruro, havia mais imigrantes<sup>75</sup> que nativos

<sup>73</sup> Na foto, podem ser observadas duas linhas de trem que conectam a região de Uyuni e dos Andes ao Deserto do Atacama, ambas em desuso. Acreditamos que uma delas, ou ambas, foram construídas durante o período de Arce. Fora da foto, do lado esquerdo, há a linha mais moderna que está até os dias de hoje sendo utilizada – porém com um fluxo bem menos constante. A linha moderna está ligada à mina de Pulacayo e a outras estações. Planejamos, em um trabalho futuro, trabalhar com mais detalhes as conexões férreas da Bolívia, assim como as empresas atuantes no período e as origens e procedências dos veículos no Cemitério de Trens.

<sup>74</sup> Seria também durante a presidência de Arce que seriam instaladas as primeiras companhias de telefone na Bolívia, ligando La Paz, Tacna e Arica (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

<sup>75</sup> A Bolívia foi um dos países da América Latina que menos recebeu ondas de movimentos migratórios (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

neste período (MORALES, 1983). A extensão da via-férrea só intensificou o movimento migratório e o econômico, uma vez que a ligação dos Andes aos portos se dava pela pressão e pelos interesses das empresas mineiras, representadas também na figura do presidente, que era dono de um dos maiores centros mineradores<sup>76</sup>.

Quanto às rebeliões e manifestações no governo Arce, em 1890, uma breve onda de protestos e manifestações ocorreram em Sucre, comandadas pelo Coronel José Manuel Pando, porém, a resposta do governo fora rápida e eficiente, contendo a tentativa de sublevação (VACANO, 1925). No entanto, nas terras baixas, onde as missões franciscanas agiam em suas missões de catequização e cristianização, o Estado já continuava expandindo sua zona de integração e descomunização dos indígenas locais. Tal ação, em janeiro de 1892, levaria à revolta dos *chiriguanos*, liderados pelo cacique Tumpa, que venceram as tropas do governo em diversas ocasiões, levando o prefeito de Santa Cruz, Saulón Vaca, a reunir uma tropa de mais de mil e quinhentos homens para atacar as forças de Tumpa no começo de fevereiro de 1892. O resultado seria o massacre dos indígenas *chiriguanos*, com a execução de homens, mulheres e crianças e suas vivendas sendo queimadas e tomadas pelo governo do departamento de Santa Cruz (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

---

<sup>76</sup>O presidente também teria a ambição de construir novas estradas de ferro que conectassem os departamentos de La Paz, Cochabamba, Chuquisaca e Potosí. No entanto, estas redes não seriam construídas até o começo do século XX com a linha La Paz-Guaqui. Após o início da construção, o ex-presidente teria exclamado sua famosa frase: “*ahora si quieren, pueden matarme*” (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 499).

Figura 19 - Frei Bernardino Pesciotti “enseñando” un libro a unos niños guarayos. Missão de 1898 e 1899.



Fonte: GARCÍA JORDÁN, 2009, IN: ROMANO; GARRETT; PARADA (2015, p. 195)

Também no ano de 1882, novas eleições ocorreriam no país, mas seriam fraudadas e salpicadas de episódios de violência, com o exército e os representantes conservadores impedindo a entrada de liberais em diversas posições do governo. Com isso, Mariano Baptista – sucessor político de Arce – ganharia por uma pequena margem. Como forma de garantir a preponderância dos conservadores, o governo de Baptista declararia Estado de sítio, com diversos líderes do partido opositor se exilando em outros países, entre eles o criador do Partido Liberal, Eliodoro Camacho (VACANO, 1925).

O governo de Baptista seria de continuidade das medidas dos seus antecessores. Assim, quanto à diplomacia e às relações internacionais, a gestão Baptista realizaria uma série de acordos com os países vizinhos da Bolívia. Entre eles, o acordo de 1895 com o Chile, que reconhecia o território perdido como chileno e, em troca, o Chile cederia um porto à Bolívia – o Chile não cumpriria a sua parte do acordo e o pacto seria arquivado em 1904. Ademais,

*se firmaron, además del mencionado, tratados de límites con Argentina (definición territorial en la puna de Atacama), con Paraguay sobre la posesión del Chaco boreal (tratado Ichazo-Benitez de noviembre de 1894) y con Brasil y Perú para establecer la línea fronteriza entre las naciones* (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003, p. 502).

Durante este período, também ocorreria uma nova queda da extração e no preço internacional da prata. No entanto, devido à tecnologia presente e à disponibilidade de mão de obra, os proprietários de minas logo transfeririam sua atenção ao estanho, um dos subprodutos da mineração de prata, que vinha recebendo demanda pelo seu uso para a produção de enlatados e nas indústrias (KLEIN, 2015). Com isso, o governo Baptista implementaria novas linhas de ferro enquanto financiava obras e a expansão do setor de transportes e comunicação. Isto geraria um *boom* produtivo que traria para o cenário boliviano novas necessidades de investimento do governo e do setor privado<sup>77</sup>, com a elite de La Paz crescendo exponencialmente devido à sua influência na mineração do estanho. Novas e velhas estruturas começaram a movimentar novas políticas e interesses.

Em outubro de 1896, em Sucre, sob a liderança de Eliodoro Camacho, ocorreria uma convenção do Partido Liberal, que decide pela inscrição do Coronel J. M. Pando na eleição daquele ano. No entanto, mesmo com a crescente aspiração da oposição liberal, que usou o caso do assassinato do ex-presidente Hilarión Daza em Uyuni como denúncia da inefetividade do governo em tratar da questão, outro representante do Partido Conservador seria eleito, Fernando Alonso.

O presidente Alonso teria uma gestão turbulenta e de continuidade, mas com a diminuição de novas obras públicas. Porém, antigos projetos seriam retomados, como a construção da catedral de La Paz, que havia sido iniciada ainda no governo de Santa Cruz, e a ponte sobre o Rio Pilcomayo, cuja obra teria iniciado no final do governo Arce (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003).

No entanto, o acontecimento principal do governo Arce que daria início às manifestações e rebeliões liberais seria que, em 1898, o congresso do sul do país decidiu que o presidente do país deveria residir permanentemente em Sucre com a *Ley de Radicatoria* (MORALES, 1983). A decisão enfureceu as elites *paceñas* que, com o crescimento de La Paz e da influência de sua elite, se viam em pleno enriquecimento, fomentando seus delírios de grandeza, como a transferência da capital de Sucre para a cidade *paceña*<sup>78</sup>. Como resposta, os

---

<sup>77</sup> Entre estes agentes que enriqueceram com estanho, está o magnata Patiño, uma das principais figuras do começo do século XX para a Bolívia, um homem que teria mais dinheiro do que todo o país.

<sup>78</sup> Um fato a ser considerado é de que, em toda a extensão da lei, não havia sequer um princípio inconstitucional. O General Pando, inclusive, seria um dos deputados presentes que votaria a favor da *Ley de Radicatoria*. Portanto, a lei teria sido apenas o estopim para a guerra há muito tempo engatilhada.

*criollos* movimentaram a população local e indígena camponesa em busca de uma nova constituição e a reivindicação de suas demandas e representação (VACANO, 1925).

Porém, diferentemente do que é mencionado nos livros de história, não foram os *criollos* o principal motor de evento na história boliviana, mas sim os indígenas. Em sua luta contra a elite agrária e mineradora do sul, que se encontrava entrincheirada no meio dos Andes, logo seriam anexados à luta *paceña* – até o momento em que isto deixou de ser conveniente para eles. Exploraremos isto a seguir.

Figura 20 - Combatentes indígenas em 1899.



Fonte: ROMANO, GARRETT, PARADA (2015, p. 241)

#### 4.1.1 ANTECEDENTES DA REBELIÃO

Entre 1880 e a Guerra do Chaco, a Bolívia passaria por um segundo momento de concentração das *haciendas*, fenômeno este que seria intensificado pelos efeitos das políticas agrárias liberais que se seguiram. Com isso, uma das formas de integração e cooptação da *Ley de Exvinculación* seria atualizada em seu artigo 12, declarando que a posse comum ou a divisão e partilha das terras era de livre escolha, dependendo do consentimento e de sua partilha entre os indígenas.

Além disso, as terras de origem, da época do colonialismo, teriam a sua composição original decretada, com a garantia de propriedade a seus possuidores, excluindo-as da revisitação das “*mesas revisitadoras*”. No entanto, estas medidas seriam válidas apenas para algumas das terras indígenas, principalmente aquelas do altiplano andino, com as “terras baixas” sendo mantidas sob a regulação anterior (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2016, p. 190). Em consequência, com o êxodo rural, as guerras, as pestes, a fome e a destruição da sociabilidade comunal seguindo um ritmo desenfreado, a população rural se reduziria significativamente durante esse período.

O cenário que se criava era de que, enquanto nas mesas diretoras, nas centrais mineiras e na casa dos oligarcas, assim como nas coordenações dos partidos Conservador e Liberal, a acumulação do capital era desenfreada, nos cerros e nos campos o indígena já se organizava e se rebelava. Durante a gestão de Baptista, foram realizados sangrentos massacres contra as comunidades indígenas do país, com o governo promovendo, além das violências contínuas para reprimir as rebeliões, um plano de desmobilização dos indígenas com a descontinuação do serviço militar obrigatório para eles. A ideia, portanto, era da criação de um exército nacional da elite, um exército branco e *mestizo* que não apenas excluísse os indígenas, mas que adquirisse táticas militares, que já estavam sendo utilizadas por veteranos da Guerra do Pacífico em insurreições. As armas, portanto, estavam na mão do exército, e não do indígena.

Esse período também consolidou uma das principais manifestações da dependência: a dívida externa. Isso ocorre a partir da intensificação da produção mineira, em que os presidentes, entre eles alguns dos maiores proprietários da Bolívia, abririam o país ao capital estrangeiro como nunca antes havia sido feito, com o financiamento de grandes obras do Estado, contraindo uma grande dívida externa. Isto se dá pois, ao adquirir grandes insumos de capital, reafirma-se o vínculo de dependência por meio da transferência de valor pelo escoamento de parte do valor produtivo, assim como pelo próprio fomento do “desenvolvimento” através de financiamentos que agem “no sentido de transferir parte dos lucros obtidos ali para os países industriais” (MARINI, 2000, p. 157), por meio da dívida externa.

Assim, por meio dos bancos fundados nas colônias, bem como as suas sucursais, o capital financeiro estende suas redes em todos os países do mundo. Permitiu-se criar, assim, uma nova composição de poder na dinâmica de produção capitalista, em que a reformulação da divisão internacional do trabalho (subordinação e subsunção mais intensas) estaria indissociavelmente atrelada à lógica dos plantonistas emprestadores do capital-dinheiro, do capital-mercadoria (maquinário, equipamentos e insumos), necessários para produzir a dita modificação modernizadora capitalista imperial.

Ao assentar a dívida externa, assim, o imperialismo afirma os vínculos de dependência. Seja no campo ou nas minas, o capital imperialista se realiza nas inovações técnico-científicas, ampliadoras da incorporação tecnológica industrial e poupadoras de mão de obra, que mesmo quando modernizadas, asseguram-se por meio da transferência tecnológica externa, cumprindo seu papel na formação do capital produtivo e bancário.

Ademais, a superexploração durante este período também se complexifica. No campo da extração e transferência de valor, a garantia do indígena como pequeno proprietário o inseriu na lógica de compra e venda de propriedades, desprotegido de quaisquer abusos que pudessem ocorrer caso o tributo não fosse pago ou se ele não tivesse quitado o título de propriedade. Nestes casos, capatazes de proprietários agrários ou o exército agiam violentamente contra a comunidade, expulsando-os, matando-os ou alegando um crime para que o indígena fosse preso (MORALES, 1983). De qualquer forma, a violência e a descomunalização chegaram a um auge sem precedentes, com grande parte do lucro sendo garantido exatamente pela utilização dos *pongos* que, agora sem vínculos de terra, estariam completamente livres para a produção latifundiária.

Por fim, há um tensionamento entre os indígenas e o Estado – composto de brancos e *mestizos* proprietários e aristocratas –, que na Bolívia, e na luta de classes, sobredetermina-se por meio do racismo como razão da dinâmica da dependência: a superexploração. Assim, observa-se o Estado boliviano como instrumento de mediação da luta de classes, mas que também é tensionado pelo racismo em si, com as respostas vindas do indígena como classe.

Dessa forma, neste confronto desigual de poder, na Bolívia e na América Latina, ocorre o confronto não só de classes, mas também de *razas*. Porém, como já havíamos descrito, a questão indígena está inerentemente ligada à questão da terra, e a separação da terra e do trabalho como elemento fundante da exploração do capital desde tempos coloniais perpetua-se até hoje. Portanto, com o racismo sendo a elaboração ideológica mais bem sedimentada na América Latina, a dissolução das sociabilidades indígenas, inseridas na lógica camponesa, torna o trabalhador “livre” enquanto sua terra continua cativa, levando ao embate não só das classes, proprietária e trabalhador, como de sua mediação por meio de uma *guerra de razas*. Assim, inicia-se a Guerra Indígena de 1899.

*Cuando un pueblo no tiene perspectivas de mejoramiento, cuando por ausencia de ocupaciones útiles cunde el éxodo de su población activa quedando reducido a su masa más inerte y de mayor arraigo, la creencia popular atribuye el origen de su atraso a cualquier factor real o ilusorio: la composición étnica, la ociosidad de sus hombres, la hostilidad del clima o la despreocupación de los poderes públicos para atender sus necesidades (MORALES, 1983, p. 62).*

Até esse momento na história boliviana do nosso trabalho, 1899, a ordem do aparato de execução real da economia boliviana – o Estado – não foi contestada pelas classes trabalhadoras/indígenas, ela apenas teria sofrido alterações ainda na sua forma capitalista burguesa. Em trabalhos futuros, pretendemos trazer e questionar o espaço da revolução nesta conquista da classe trabalhadora/indígena na Bolívia.

#### 4.2 A Rebelião Indígena de 1899 e a Revolução Federalista

*“¿Cuál es ese pueblo [...] que lanza el grito de la  
revolución y sacude la opresión, el ultraje y la  
injusticia?  
¿Es acaso el Cuzco...? No.  
¿Es Quito...? Tampoco.  
¿Es la cándida Lima...? Menos.  
¿Es Chuquisaca...? Imposible.  
¿Quién es?  
La Paz, la hija predilecta de los Andes, la aclamada  
y valerosa ciudad de los libres, que se halla situada  
al pie del coloso Illimani, corazón de la América  
latina”*  
**(MORALES, 1983, p. 69)**

A origem de todas as rebeliões indígenas até hoje tem apenas uma explicação: a questão da terra. Quer na colônia ou na República, a terra e a sociabilidade indígena estão ontologicamente ligadas à materialidade da reprodução da vida comunal, mas, historicamente, sob o domínio do capital. Não importa a altura dos Andes ou das terras baixas, a apropriação dos bens da terra se utiliza do trabalho indígena que, ao reproduzir sua própria existência, agudiza as contradições entre produção e acumulação de valor da sociabilidade capitalista. No entanto, não é simplesmente a superestrutura capitalista que é reproduzida nesta lógica.

Na sociedade boliviana, assim como outras na América Latina, existem diferentes níveis de impermeabilidade e de interpenetração entre diferentes modos de produção, neste caso: a capitalista e a comunal. Dessa forma, o capital, para conseguir realizar sua expansão e anexação, exige necessariamente a reprodução de uma sociedade heterogênea, nos termos de Zavaleta (1979), uma sociedade *abigarrada*. O indígena é a força de trabalho principal do capital, assim, ao incorporar da comunidade, o capital apropria-se também da sua contradição entre o comunal e o privado que, no caso do indígena boliviano, aprofunda não apenas os massacres e a violência contra os comunais promovidos pelo Estado, mas também as formas de resistência e de

rebeliões<sup>79</sup>; compreendendo, então, uma reação ativa e reativa à alienação dos meios de realização da sociabilidade comunal, da terra e do trabalho. Assim, a contratendência rebelde ocorre contra qualquer violência do Estado e das elites *gamonales* e mineradoras; o indígena à altura, mas sem a capacidade militar necessária.

Portanto, quando, em 1899, inicia-se mais uma insurreição das comunidades, uma das muitas que se deslançaram desde o início da invasão do latifúndio contra as terras comunais, o seu resultado pareceria o mesmo de tantas outras desde a Guerra do Pacífico: a supressão sangrenta de um movimento de “organização-desorganizada”<sup>80</sup>. Estes seriam os casos de todos os levantes anteriores à 1899, contudo, damos destaque aos de 1895, que ocorreram no Peru, e o de 1896, durante as eleições na Bolívia.

Na rebelião de 1895, a luta começaria no Peru, onde os indígenas também haviam começado a ser obrigados a ter títulos de propriedade. No entanto, ela logo passaria as fronteiras bolivianas, unindo povos indígenas em torno de uma luta comum, e as comunidades de ambos os países realizaram o saqueio e a tomada de propriedades do latifúndio antes de serem abrandadas por meio da bala e da pena, com novos tratados e acordos tanto no Peru, quanto na Bolívia (MORALES, 1983).

---

<sup>79</sup> A batalha de Kuruyuki foi um dos exemplos da incorporação plena de territórios indígenas na Bolívia por parte do Estado. Os combatentes eram os índios guaranis bolivianos orientais (na época denominados *chiriguanos* – derivado do quechua e do espanhol) e uma força formada por militares bolivianos, além de milícias indígenas aliadas aos franciscanos e ao governo. A batalha, na realidade, foi um massacre que conseguiu quase exterminar os guarani na região. Após a batalha, as forças do governo executaram o líder Chiriguano, Apiaguaiki Tumpa ou Hapiaoeki Tumpa, e muitos cativos. A batalha foi um sucesso para o governo boliviano, encerrando mais de 400 anos de conflito dos Chiriguanos contra a integração tanto ao *Tahuantinsuyu*, quanto ao Império Espanhol. O país independente e a República seriam os únicos capazes de administrar e anexar o território guarani dos Chiriguano.

<sup>80</sup> Esta “organização-desorganizada”, ou “desorganização-organizada”, a que nos referimos, é algo visto na Bolívia até hoje. Seja na burocracia, no dia a dia, nas revoltas, o espontaneísmo da organização das massas leva a uma desorganização inerente à sua própria organização, que “*se levanta como um solo hombre contra al blanco-mestizo*” (REINAGA, 2001, p. 410). Este é um aspecto que trabalhamos pouco neste trabalho e pretendemos refinar no futuro. Mas, podemos adiantar que, ao assemelhar-se ao mercado antes da hegemonia do capital, na época de Smith, a produção na Bolívia concentra-se tanto na reprodução do próprio capital, quanto denota uma particularidade do próprio fazer social indígena em resposta ao capital: a revolta, mas uma revolta sem organização ou unidade certa. Sendo, portanto, um fenômeno da luta de classes que exige uma teorização e um fazer social específico que trazem à tona e ampliam as condições de existência bolivianas.

Figura 21 - Foto do General J. M. Pando.



Fonte: VACANO (1925), Plancha 7.

Já em 1896, a rebelião assemelha-se à revolta contra Melgarejo, que uniu indígenas e representantes políticos. Durante as eleições de 1896, a classe proprietária e aristocrática de La Paz buscava expandir seus interesses por meio da presidência, com o general Pando e sua campanha liberal em plena força. Paralelamente, os indígenas novamente se levantaram em meio à campanha, de forma que os liberais logo veriam nos comunais ótimos aliados contra as aristocracias *chuquisaqueñas*. Assim, conforme se aproximava o pleito daquele ano, o “*Tata Pando*” uniria a luta indígena à dos liberais, encobrindo o conflito de classe entre comunais e proprietários com a roupagem da luta entre os liberais contra a velha elite oligárquica, *gamonal* e mineira do sul do país.

*El indio persistía, pues, en su lucha incesante contra la expansión del latifundio y contra la depredación facultada por los poderes públicos. Pero, a diferencia del año anterior, su campaña se hallaba presidida por una bandera política, por un grito: Viva Pando.*

*En el mes de agosto la sublevación indígena llegó a su apogeo. Se levantaron los indios de Sicasica, Calamarca y Viacha, casi toda la extensión altiplánica que separa a La Paz de Oruro. [...] En las comarcas indias, se acrecentó el descrédito del oficialismo y ganó popularidad el caudillo de la oposición. No pasaría mucho tiempo para que nuevamente en el agro vuelva a resonar el grito multitudinario: Viva el Tata Pando (MORALES, 1983, p. 56-57).*

Ademais, o movimento do Partido Liberal também abraçaria o movimento federalista como parte de seus princípios. O federalismo previa a necessidade de reformar o governo e a administração do Estado de maneira a “*impedir el centralismo absorbente de la Metrópoli*” (MORALES, 1983, p. 62), e tinha suas raízes no país desde a assembleia constituinte de 1825, que pretendia fazer da Bolívia uma república federativa. No entanto, a adesão ao federalismo era menos presente no departamento *paceño* do que nos outros, com a gerência do movimento aderindo a algumas propostas federalistas contrárias aos constitucionalistas *sucreños*, e não guiando uma “onda” federalista propriamente dita.

*El federalismo, dijo éste en agosto de 1899, fue ocasionalmente invocado sólo a fin de “agrupar bajo una sola bandera todos los elementos y todas las fuerzas del departamento”* (MONTES IN: MORALES, 1983, p. 136).

Além de Pando, outra figura-chave deste período seria o líder indígena Pablo Zárate Willka, um *caudillo* de origem *aymara* nascido em Imilla-imilla. Zárate seria um dos mais influentes líderes indígenas da história da Bolívia, ordenando uma massa indígena maior e mais abrangente do que a de Tupac Amaru na Grande Rebelião do século anterior. Quanto à trajetória e a imagem de Vilca, descreve-se o *caudillo* como aliado de longa data de Pando, visitando sua casa em diversas ocasiões (MORALES, 1983). Pando teria aceitado a aliança dos indígenas com o Partido Liberal, consagrando Vilca com a insígnia de Coronel, propondo que, contanto que derrotassem o exército constitucionalista, Zárate fosse vice-presidente da Bolívia, ao lado de Pando presidente, e que os indígenas teriam suas terras devolvidas (REINAGA, 2001).

Willka é uma palavra em quechua que significa “sagrado” ou “sagrada”. Seu uso no nome tem como significado primeiro o título de hierarquia indígena e, depois, nome de família (MORALES, 1983, p. 81). Ademais, a willka também é uma erva utilizada por povos andinos desde tempos ancestrais, sendo utilizada desde a época dos Moche, dos Chavín, dos Tiwanaku e durante o período incaico. Portanto, ao assumir a posição de Willka, o Vilca Pablo teria como objetivo levantar o espírito e os horizontes históricos indígenas com a reivindicação da “*conciencia viva de la raza, que buscaba la destrucción del cholaje blanco-mestizo*” (REINAGA, 2001, p. 410).

Figura 22 - Ao centro, o Coronel Pablo Zárate Willca, “Vilca, el temible”



Fonte: MORALES (1983), Lâmina XI.

Ademais, indo de encontro a este ideal guerreiro, o racismo teria sua marca durante este período, sendo o Vilca e os aimará caracterizados como combatentes sanguinários, terríveis torturadores e cruéis destruidores. Isto se dá pela combinação de uma propaganda racista e reacionária *sucreña* e *criolla*, que relata certos eventos na história boliviana – que se propagam no imaginário popular<sup>81</sup> – ligando estes grupos a atos de rebeldia e da sociabilidade indígena

<sup>81</sup> Até os dias de hoje esta imagem permanece. Em Chuquisaca, de maioria quechua, tem-se a concepção de que os aimara, ou os indígenas de La Paz, são extremamente violentos, enquanto os quechua são pacíficos. Isto se dá pelo racismo na Bolívia, mas também pelos eventos acontecidos na Guerra de 1899 e também pelos confrontos durante o primeiro governo de Evo Morales, que é indígena aimará e visto pelos *chuquisaqueños*, em sua ampla maioria, como uma figura corrupta, com grande parte da oposição às gestões do partido de Evo Morales, o MAS, vindo de Sucre. Outras imagens negativas associadas a La Paz são os “*cementerios de elefantes*” – locais onde são enterradas pessoas paupérrimas e em situação de rua – e de sacrifícios humanos realizados para a Pachamama. Sobre os “*cementerios de elefantes*”, o livro do mesmo nome de Víctor Hugo Viscarra trata sobre esses locais e o alcoolismo na Bolívia. Quanto ao sacrifícios, as histórias e relatos são muitos, mas o mais atual foi que, em agosto de 2022, uma pessoa que supostamente seria um *sullu* - sacrifício à Pachamama – conseguiu fugir de uma cova

*paceña*. Um destes eventos, que mostrariam o “*rencor de la raza*” (REINAGA, 2001, p. 411), seria em 24 de janeiro de 1900, quando após a derrota na “*batalla del primero crucero*”, os sobreviventes das tropas derrotadas de Alonso se refugiaram no templo de Ayo-Ayo, esperando que seus adversários não interferissem na santidade do templo. No entanto, centenas de soldados do Vilca cercariam a igreja, e

*veintidós soldados chuquisaqueños que se abrazan a los santos son desprendidos y arrancados del Templo; echados al fuego, asados y comidos con placer de dioses por el indio ebrio de odio, alcohol y venganza* (REINAGA, 1983, p. 411)<sup>82</sup>.

A Guerra Indígena/Federalista aconteceria do dia 12 de dezembro de 1898, com a formação de uma junta de governo em La Paz, até 22 de abril de 1899, com a derrota de Alonso. Com o início da guerra, a junta *paceña*, composta por Pando, Serapio Reyes e Macario Pinilla, com Eliodoro e Pando liderando as tropas *paceñas*, realizaria o seu primeiro golpe certo: a tomada da cidade de La Paz (VACANO, 1925). O presidente Alonso, que também já havia começado a movimentar suas tropas, estava em excursão à cidade de Oruro quando recebeu a notícia de que os federalistas haviam dominado La Paz e estavam se encaminhando para o sul.

Vale recordar que, em um primeiro momento, a superioridade bélica de Alonso seria gritante, com os rebeldes de La Paz possuindo menos da metade das armas dos constitucionalistas. No entanto, enquanto as tropas de Sucre eram compostas por jovens “*engreidos, tímidos e ineptos para llevar adelante una tan dura campaña*” (MORALES, 1983, p. 154), os batalhões de La Paz seriam compostos por veteranos da Guerra do Pacífico e das revoltas indígenas. Isto os forneceu não apenas conhecimento de combate, mas também simpatia e fervor pelas lutas lideradas tanto por Pando, com a doutrina liberal, quanto pelo Vilca, com o ideal indígena. Portanto, a moral e o entusiasmo das tropas *paceñas* se sobrepujam em unidade, enquanto os constitucionalistas/conservadoras/alonsistas haviam falhado em manter sua legitimidade entre os combatentes de maioria indígena.

Ademais, com o crescimento da adesão indígena à luta, e conseqüentemente à frente das tropas do federalismo, as tropas de Pando e de Vilca venceriam boa parte dos combates que se seguiram nos próximos três meses. Por fim, em 10 de abril de 1899, próximo a Paria no

---

onde seria enterrada viva. Fonte: <https://www.biobiochile.cl/noticias/sociedad/historia/2022/08/10/boliviano-fue-enterrado-vivo-en-un-ataud-tras-una-noche-de-fiesta-fui-ofrecido-a-la-pachamama.shtml>

<sup>82</sup> Este é um dos muitos exemplos trazidos para justificar o “espírito guerreiro” aimará, que se deleita no sangue e na crueldade. Porém, a história da Bolívia e da Guerra de 1899 mostra que as tropas *chuquisaqueñas* seriam responsáveis por massacres igualmente sanguinários – ou até piores. Entre eles está o de Santa Rosa, no dia 13 de janeiro de 1899, e Mohoza, no dia 01 de março de 1899. O primeiro ocorreu na cidade de Corocoro, onde as tropas de Alonso assassinaram e torturaram mais de cem indígenas em um vilarejo (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Já no de Mohoza, mais de 130 soldados de Pando seriam mortos, esquartejados e devorados após um conflito no vilarejo de Mohoza (REINAGA, 2001).

departamento de Oruro, ocorre o último combate da Guerra de 1899 – a “*batalla del segundo crucero*” –, que teria como resultado a entrada de Pando e Pablo Zárate, lado a lado, na cidade de Oruro no dia 12 de abril.

No entanto, pouco após a vitória em Oruro, o Vilca, “*el Temible*”, romperia com Pando. Como descrito por Reinaga (2001, p. 412), Pablo Zárate “*no deseaba ni la 2º Presidencia de Bolivia, ni la devolución de las tierras despojadas por Melgarejo*”, mas, sim, “*el exterminio total de los ‘blancos’ y ‘mestizos’*”. A aliança com Pando havia cumprido seu papel principal para Zárate: propiciar o exército indígena às armas contra as elites. Como resultado, no dia 13 de abril, os indígenas de Peñas, sob a liderança de Juan Lero, reúnem-se para a construção de um governo próprio, nomeado pelos Peñas como “*Gobierno Indio de America*”.

*El programa del GOBIERNO INDIO consta de tres puntos:*  
 1º - *La destrucción, incendio y saqueo de las propiedades rústicas (latifundios) de los blancos-mestizos;*  
 2º - *El juzgamiento de todas aquellas personas conocidas por su parcialidad con los enemigos del indio;*  
 3º - *La eliminación y exterminio de “blancos-mestizos”.*  
*Se apropian de las fincas, de los latifundios, de los animales, de los aperos de labranza, de los víveres, etc.*  
***La REVOLUCIÓN INDIA cumple sus fines*** (REINAGA, 2001, p. 412, exclamações do autor, grifos nossos).

Tendo consciência da dimensão e do potencial que o governo indígena poderia ter, Pando escreveria para Alonso: “*se ha desatado la Guerra de razas. Los indios se arman y nos destruirán. Pongamos término a esta “Guerra Civil”... Por humanidad guernezca Caracollo*” (REINAGA, 2001, p. 411). Inimigos na guerra, aliados na luta de classes, Alonso e Pando unem suas forças lealistas no departamento de Oruro para enfrentar as forças indígenas. Assim, no dia 22 de abril de 1899, em meio a um sangrento combate em Sica Sica, Pando e sua tropa capturam e matam Vilca, junto a outras lideranças do governo indígena (MESA; GISBERT; GISBERT, 2003). Com seus principais líderes presos ou mortos, o fim da rebelião de 1899 fecharia o século XIX na Bolívia; e iniciaria o século XX com Pando na presidência.

#### 4.2.1 SANGUE NA TERRA

*“Hay que aceptar [...]: el indio es el depositario del noventa por ciento de la energía nacional; ya se trate de derrocar a Melgarejo o a Alonso; en todas las grandes actitudes nacionales, en todos los momentos en que la república entra en crisis y siente su estabilidad amenazada, el indio se hace factor de primer orden y decide de todo”* (Franz Tamayo IN: MORALES, 1983, p. 104).

Setenta anos se passaram desde a independência, mas a “herança colonial” persiste por meio da exploração dos recursos do solo e do trabalho indígena, com a acumulação primitiva adquirindo nova roupagem subsidiada pelo Estado. O fim da Guerra de 1899 fecha o século XIX na Bolívia com a consolidação daquilo que viria a ser a estrutura monopolista de Estado, com a continuidade da função social indígena no capital boliviano, do extrativismo mineral e campesino, e com a intensificação da sua luta secular pela terra.

Quanto à composição do Estado após o conflito, a derrota de Alonso foi também a derrota dos setores econômicos de Chuquisaca. Sucre era a central administrativa e financeira do país, concentrando no departamento *chuquisaqueño* o maior número de minas, de *haciendas* e de batalhões militares. Contudo, com a rápida decadência da mineração da prata em Potosí, e com crescimento do estanho em La Paz, suas elites e aristocracias estariam entrincheiradas na região (MORALES, 1983). Já em La Paz, a vitória de Pando fortaleceria uma elite em plena ascensão, resultando em alterações na infraestrutura, com novas linhas de transporte e comunicação, e na administração, com a alteração das centrais do poder legislativo e executivo para a capital do departamento. La Paz, desde então, é considerada a capital do país, e sede do poder Executivo e Legislativo, enquanto Sucre mantém-se capital também, mas como sede do poder Judiciário.

Por fim, podemos concluir que a Guerra de 1899 não cumpriu sua finalidade<sup>83</sup>, afinal, o estabelecimento de um governo indígena seria, sim, um primeiro passo a caminho da emancipação, mas a rebelião indígena de Vilca não conseguiu realizar sua tarefa histórica: a revolução. Ademais, o poder indígena na Bolívia continua sendo solapado e atomizado por meio do racismo, que separa os quechuas do aimará, ao passo que descreve o indígena como “*sucio, ignorante, torpe de entendimiento, violento, cruel y sanguinario*” (REINAGA, 2001, p. 37), bem como pelos embustes maquinados pelo Estado unido ao capital internacional imperialista, que intensificam a superexploração, dominando por meio da bala, da pena, do dinamite e da enxada.

Resta ao indígena a união dos Andes ao Chaco, da Amazônia ao litoral, para com a força e a organização romper seus grilhões.

*Unidos seremos libres; y llegaremos al Poder. Separados, seguiremos esclavos. La unidad india nos dará el Poder. La separación terminará haciéndonos desaparecer de la tierra. Unidos llegaremos al Poder, y Bolivia y América serán nuestras; y separados nos extinguiremos. No quedará de nosotros ni sombra ni polvo. [...] ¡INDIOS DE BOLIVIA Y DE AMERICA: o libres o muertos! Más vale morir que seguir esclavos. Y esclavos en nuestra propia tierra; en nuestra propia Patria.* (TUPAJ KATARI In: REINAGA, 2001, p. 447)

<sup>83</sup> Portanto, discordamos com Reinaga (2001).

Antes morrer do que como escravos viver!  
(Trecho do hino boliviano em português)

*Ngaraama tembipi yaikoye!*  
(Trecho do hino boliviano em guarani)

*Kayni naychi kaj nas chinchowan!*  
(Trecho do hino boliviano na língua movima<sup>84</sup>)

*Ko'onkóxi ñinaná takisirikixi!*  
(Trecho do hino boliviano na língua chiquitano ou besiro<sup>85</sup>)

*Asmeibachu que esclavosiyuma'na!*  
(Trecho do hino boliviano na língua itonama<sup>86</sup>)

*Vepenapo vovcuquimponnojco!*  
(Trecho do hino boliviano na língua mojeña<sup>87</sup>)

---

<sup>84</sup> Os movima são um dos povos indígenas que habitam a província de Yacuma, na planície beniana/amazônica de Moxos.

<sup>85</sup> O *besiro*, *chiquito* ou *chiquitano* é um idioma do povo Chiquito, do Chaco boliviano.

<sup>86</sup> Os Itonama são um povo indígena isolado da Amazônia boliviana.

<sup>87</sup> O *mojeño* é falado pelo povo Mojeño, Moxeño, Moxo ou Mojo, e é uma das poucas línguas de origem aruaque da Bolívia. Os *mojeños*, atualmente, ocupam a parte norte do país, na planície de Moxos.

## 5 A BOLÍVIA E O INDÍGENA

### 5.1 Esclarecimento quanto ao desenvolvimento do ser social como evolução histórica; assim como a realização do indígena é a conquista do seu meio

Necessariamente, o desenvolvimento humano se dá em determinado lugar e em dado tempo de acordo com as condições e necessidades produtivas materiais dadas. Seja pelas características geográficas, clima, relevo, solo, fauna e flora, estas qualidades são exteriores ao ser social em si, que realiza o trabalho direcionado, intuitivo e ativo de alterar o seu entorno, mediando-o. Esta qualidade, inerente ao ser humano, condiz com a complexidade da existência humana enquanto humanidade, com o trabalho processando-se como porvir, como possibilidade (quase promessa) de realização (e de liberdade) e, ainda, como satisfação de necessidades humanas.

De forma que, tanto num porvir ontológico, quanto histórico, a realização social dá-se pela própria metabolização social e individual dos processos e movimentos da materialidade, permitindo a satisfação e o surgimento de necessidades sociais. Portanto, enquanto suas determinações são um tanto mais perenes, ou seja, conformam-se durante o movimento oscilante da história fundamentalmente por meio do trabalho e relações que dele decorrem, contraditoriamente seguem o processo do trabalho que, de forma determinada e determinante, integra a forma constitutiva do ser social, enquanto elemento inerente ao ser humano - ao mesmo tempo que ele possui qualidades e fins históricos, carrega também dupla determinação de existência: natural ao ser humano e historicamente determinado por ele.

Esta caracterização parcial nos é importante pois delimita um conjunto de fatores que permitem alinhar considerações conclusivas ao nosso estudo. O primeiro, de que a natureza, entendida como o mundo material, é anterior ao ser humano – portanto não estaria morta ou inativa sem o ser humano –, mas, ao mesmo tempo, não é trans-histórica, ela em si e por si se altera, embora sem direcionamento ou teleologia. Desta forma, como uma categoria anterior ao ser humano, a natureza não possui ética, valor ou condição própria de valoração para além de si mesma. No entanto, conforme tem-se um salto qualitativo dentro da própria natureza, com o ser humano podendo realizar ativamente seu processo de modificação e mediação por meio do trabalho, a natureza passa a representar em si um duplo caráter: sua própria existência e seu devir histórico. Com estas novas complexidades e funções, dada a construção ativa do seu próprio meio pelo ser humano, a natureza transforma-se como parte da atividade humana - o “trabalho morto” de gerações passadas -, cuja uma dominação e sujeição da natureza ao ser

humano na longa modernidade – aquela inaugurada em 1492 pelo movimento colonizador – consolida a posição de superioridade ontológica, dada seja pela razão instrumental, seja pela primazia da religiosidade judaico-cristão, sobretudo.

O segundo é que, com a separação dada entre aquilo que seria “natural” do que seria fruto do trabalho humano, ou seja, com a separação gradual com a natureza, na medida que são produzidos novos instrumentos e ferramentas que ampliam as relações entre os seres sociais e deles com a natureza, ocorre o recuo das barreiras naturais à medida que se expande a área de cobertura da produção da materialidade da vida humana. Trata-se de um processo que expressa, de maneira “orgânica” – componente humano das sociedades – e “inorgânica” – componente material das sociedades – novas formas de pensamento e reprodução humana; aquilo que até agora denominamos do meio “geobiossocial” e sua subsequente contração, expansão, anexação e ruptura.

*Todo intercambio y circulación de bienes es, en primer lugar, una forma de socialidad entre los sujetos que entregan y reciben, es una forma de sustancialización social de los vínculos humanos a través de las cosas y actitudes. Ya sea que esta circulación esté fundada y regulada por el contenido abstracto común a los objetos, el trabajo humano general o, en la concreticidad manifiesta de su unidad, el trabajo común asociado o su utilidad directa como valor de uso físico-simbólico simple o condensado, el intercambio expresa líneas de dependencia objetividad, ahora a través de los grados de soberanía sobre las actitudes, los deseos, las cosas y su consumo. Crea a la vez la materialización de nuevos vínculos que comunican a los individuos en diversos niveles (BOLÍVIA, 2015, p. 794).*

Tendo isto em vista, o ser humano é um ser social cujo processo histórico-evolutivo depende da sua interação não apenas com a natureza, mas também com outros seres humanos. De forma que, por meio da análise materialista-histórica, apreende-se a função histórica da realização da sociabilidade humana, tomando a organização da sociedade, compostas por suas categorias e meios de formas de satisfação de necessidades, sejam elas do estômago ou do espírito. O trabalho se localiza no tempo e no espaço onde ocorre a produção material e, conseqüentemente, a espiritual e a social, regendo de forma trans-histórica e transitória o movimento humano na sua própria evolução (MARX, 2017).

Assim, a história da humanidade se inicia com o comum, com o trabalho e a produção de valor de uso para a satisfação de uma necessidade. Conforme tem-se o desenvolvimento da própria ação de modificar a natureza, tomando-a por meio da relação entre o ser social, os demais animais e a natureza, demarcam-se os terrenos históricos de todos os processos de sociabilidade, relacionamentos e produções materiais de cada tempo. Os modos de produção estabelecem como os grupos convivem entre si, que tipo de relações produzem neste viver, sendo necessariamente plural a coexistência paralela a outras formas de sociabilidade – sejam

elas por meio de diferenças “culturais”, nacionais ou de ordem qualitativas que mostram vestígios de outros mundos possíveis. “Tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e a sob a água, existe e vive graças a um movimento qualquer” (MARX, 2017b, p. 99), e este movimento humano dentro da natureza/e sendo parte da natureza é o movimento histórico do trabalho realizado pelo ser social.

Desta maneira, os meios de uma produção não se ligam arbitrariamente ao resto de sua existência material e na mente dos indivíduos, uma vez que seus meios se encontram em formalidade e consonância com as finalidades da reprodução social e material disponíveis com os fins necessários de uma forma produtiva, exigindo certos processos cujas realizações são dadas a partir do trabalho realizado. Assim, existem, em termos históricos, fins e meios melhores ou piores para a ordem do dia, além de que, mesmo que algo seja possível em termos materiais, não é certa sua realização devido às condições sociais impostas para a formação de um novo cenário.

Este esforço de explicação da relação humano-natureza pretende estabelecer parâmetros teórico-metodológicos capazes de composição sócio-histórica latino-americana e, particularmente, a boliviana. No contexto de uma práxis indígena necessária, precisamos dar especial atenção não só à análise que apreende o trabalho como ontológico ao ser social, mas também à sua expressividade ao ser indígena que historicamente define seu trabalho com um fim comunal, portanto diametralmente oposto à finalidade da produção capitalista. Todavia, enquanto o capital avança, ele incorpora e submete outros modos de produção, muitos deles contraditórios e alheios a ele, como é o caso das comunidades indígenas, que subsistem até hoje em sua forma comunal, mas que abastecem as veias do capital com a prata, o ferro e o ouro dos veios de seus cerros, subjugados ao estranhamento do capital em sua finalidade produtiva e de consumo, que se dá às custas da própria lógica de (re)produção da historicidade indígena. Portanto, na formação nacional comunal boliviana, há um limite histórico dado pela contradição fundante da relação entre o indígena e o capital, que se expressa por meio da luta de classes, no confronto entre duas formas de sociabilidade, a de formação de valor de troca e a do valor comunal.

Para tanto, ao estudar a Bolívia, encontramos autores, muitos deles bolivianos, que tentam atravessar tal horizonte histórico sem a dimensão crítico-dialética necessária, expondo a realidade subjetiva com base na sustentação de outros mundos possíveis, de um horizonte indígena emancipado, sem estabelecer seus componentes estratégicos objetivos de cariz anticapitalista. Estes autores, tal como Reinaga (2001), apesar de escreverem em épocas posteriores àquela trabalhada aqui, além de apresentarem suas limitações históricas também

“atropeladas pelos fatos”, tentam extrair a lógica marxista da formação material, necessariamente revolucionária, da ética e da formação indígena. O caso de Reinaga (2001) ainda será melhor analisado em trabalhos futuros, mas ele é um dos que concebe a revolução indígena sem se aproximar da crítica marxista.

Ao chamar atenção para a realidade material da sociabilidade indígena sob a dinâmica do capital no desfecho desta dissertação, é necessário que se reconheça os elementos objetivos, subjetivos e abstratos que compõem uma sociedade em geral – do fazer, pensar e (re)conhecer o mundo –, mas também como dimensão constitutiva, determinada e determinante do fazer social na Bolívia e, portanto, do fazer da “nação” boliviana. Requer-se, assim, considerar o processo reprodutivo da ordem do capital neste local do mundo.

O indígena andino em sua particularidade comunal esbarra necessariamente na contradição da materialidade do capital frente à sua sociabilidade – e aqui entram os elementos espirituais, festivos e de moral, caracterizando a luta do indígena contra os grandes proprietários como uma representação clássica da luta de classes<sup>88</sup>. E isto é muito visto no exemplo - já até citado da diferença entre epistemologia e ontologia - quando se utilizam sob as lentes do discurso pós-moderno, as cosmovivências indígenas na atualidade como ideologia agente, que se infiltra nos poros da sociedade, apropriando-se sobre a forma de valor de troca todos os componentes de sociabilidade e da natureza, realizando, na possibilidade de novas formulações sociais, a perpetuação de suas condições materiais de existência.

Afinal, a realização social da Bolívia, sua experiência e futuro históricos são possíveis apenas na particularidade da sua composição social e da sua natureza, que advém também como processo humano em suas diferentes formações “geobiossociais” que perpassam por todo o país. Como exemplo, nos Andes as lhamas e as alpacas descendem dos guanacos e das vicunhas, respectivamente, e pelo processo de formação social e domínio do meio andino, diferenciam-se das outras espécies. O meio natural andino é submetido pelo ser humano desde tempos antigos, e este é seu momento constitutivo originário, toda sua apropriação e formulação tecnológica futura de seu próprio fazer social parte deste ponto. De maneira que, o ato produtivo nos Andes acaba por determinar e ser determinado pelos ritos, rotinas, tempos de rotação, mitos, festas e trocas intra/intercomunitárias. Assim, a produção em comunidade do fazer andino, assim como sua expressão e realização por meio da religiosidade por meio da terra, cumpre o papel de uma verdadeira força produtiva, na medida em que garante sua própria dinâmica de expansão humana para dentro dos Andes.

---

<sup>88</sup> Reinaga (2001) é um dos que afirma que não há uma “luta de classes” como elemento fundante da sociedade boliviana, mas sim uma “luta de razas”.

No entanto, ao mesmo passo que o fazer social da vida nos Andes percorre suas próprias transformações, não ocorre o mesmo nas “terras baixas”. A altitude transforma e diferencia as expressões materiais de realização do ser indígena, mas ainda assim, os Andes e as “terras baixas” se assemelham mais em períodos pré-coloniais (e até atualmente), do que do movimento de expansão do capital para dentro da cordilheira, das florestas e dos desertos. Nestes locais, porém, com o desenvolvimento do capital imperialista e financeiro, durante século XIX e XX, pouco importaria o adensamento comunal, com os trens, que logo substituiriam as lhamas como meio de transporte, este meio “alienígena” que colonizou e fez morada dos cumes dos Andes às “terras baixas”, a “forma valor” solaparia qualquer condição de existência.

De forma que, com o trem, a máquina a vapor, o uso de petróleo, as ferrovias e novas máquinas no campo e etc. que dá-se a intensificação do domínio do capital, aumentando a eficiência e a produtividade do valor conforme a capacidade crescente, e inigualável até então, de realização do transporte de recursos e de meios para sua extração da terra. Configurando-se, então, um processo que, diferenciando-se das metrópoles, mas subsumindo-se a elas, ocorre em fim industrializante, de caráter dependente, cuja formação social se dá com a desvalorização das condições de reprodução do trabalhador que transformam a relação do indígena com a terra em mercadoria aos custos de sua vida, sua sociabilidade e seu sangue<sup>89</sup>.

Por fim, não consideramos esta seção uma digressão do tema, mas um caminho que nos permite desvendar os confrontos da sociabilidade comunal e a capitalista, destacando o seu envolvimento natural como determinado/determinante de sua formação histórica única, cuja particularidade boliviana se expressa por meio do componente material/humano em sua relação espiritual/natural nos Andes e nas terras baixas, que descreve a sociabilidade indígena, mas também da apreensão do capital frente a esta sociabilidade comunal.

Na perspectiva que aqui expusemos, tal contradição será traduzida como um “problema nacional”, ou seja, a antinomia boliviana e indígena é a expressão possível e necessária da luta de classes na América Latina.

---

<sup>89</sup> Até hoje em Potosí, cidade que mudou o mundo e fica no coração da Bolívia, onde rios de prata escoaram para a Europa e possibilitaram uma das grandes forças de acumulação primitiva do capital imperial, os mineiros que trabalham dentro das minas – correndo riscos de desabamentos, ingestão de asbestos, ácido sulfúrico e sílica e etc. – ainda fazem oferendas à Pachamama e ao *El Tío*, divindade representativa do diabo que, dentro das minas, protege os mineiros em seu trabalho. Ademais, enquanto escrevíamos este trabalho, no dia 13/12/2022, um jovem de 13 anos morreu em Potosí no Cerro Rico. Em mais um evento de uma tragédia já anunciada, esta morte é mais uma das milhões que ceifaram, e que vão continuar ceifando, a vida de indígenas nas minas da Bolívia.

## 5.2 Forma-valor e a forma-comunidade

*No ha habido un Presidente de Bolivia que no haya masacrado al indio. Todos y cada uno de los mandatarios de este país llevan las manos tintas de sangre india (REINAGA, 2001, P. 407).*

Submetida ao capital, a terra enquanto meio de produção pode ser alterada por meio do trabalho, adquirindo nova forma e composição; neste sentido, não importa a forma social que realiza o trabalho. A exteriorização da atividade humana resulta não apenas na transformação do meio em si, mas também nas condições de relação entre o meio e o humano, assim como as relações entre os humanos, compreendendo como algo determinado e determinante da/pela apreensão humana da realidade e, portanto, do próprio fazer das condições de existência, transformando o humano em si (MARX, 2010). Todavia, tudo muda com a generalização da propriedade privada e do trabalho assalariado. Assim, o movimento histórico de acumulação capitalista se mostraria como resultado do movimento da história até então, bem como alteraria em si e para si os outros meios de sociabilidade, possibilitando, em meio à apropriação, à produção e à acumulação, que o próprio ser humano e seu trabalho na terra tivessem como finalidade a realização do trabalho como meio privado, que aqui é alienado e transformado em mercadoria.

Este processo é aquilo que aqui chamamos de “forma-valor” – em consonância com Linera (2009) –, em que a mercantilização do trabalho, da vida, da terra e da natureza realiza-se na determinação histórica não mais de uma sociedade comunal ou pré-capitalista, mas agora de todas as sociedades que correspondem a um único fim: a formação de valor em escala universal. Neste sentido, o trabalho é realizado agora para a satisfação da necessidade social da produção de valor de troca, e seu produto é meio de formação e satisfação de necessidades sociais alheias ao seu produtor, servindo, portanto, à lógica de valorização do capital em benefício não mais daquela comunidade de produtores, mas dos proprietários privados dos meios de produção.

[...] a propriedade privada apreende todas essas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como meios de vida, e a vida, à qual serve de meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização (MARX, 2010, p. 108).

Portanto, o trabalho não é mais realizado somente como meio comunal, mas sim, agora, como determinante de valor. Conseqüentemente, na ordem do capital, o processo produtivo realizado pelo trabalho, subsumido à sociedade mercantil-capitalista, adquire um novo componente histórico: o de formação de uma mercadoria que, em relação à outra mercadoria, adquire um valor de troca ou, simplesmente, valor.

Com esta nova valorização gerada pela produção capitalista, o trabalho não é mais concebido como uma atividade de satisfação de necessidades ou apenas de modificação do ser e seu entorno, mas como sua atividade de exteriorização, ou objetivação. Na “forma-valor”, ele se torna alheio e alienado ao seu produtor: o produto do trabalho não se encontra mais como algo disponível para a comunidade; com o caráter de mercadoria, o trabalho e seu produto são apropriados e acumulados como forma de enriquecimento privado. Assim, garante-se a fetichização da vida genérica por meio da alienação em face da natureza e das relações com a humanidade – e do próprio ser –, “o trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (MARX, 2010, p. 81).

Porém, a mercadoria não se reduz apenas ao trabalho, mas também aos seus componentes, como a matéria-prima, os instrumentos de trabalho e etc., o chamado capital constante. Este, porém, não se expande por si e nem cria valor, é utilizado na produção como produto diretamente retirado da terra, como instrumento e etc., com sua inclusão na produção apenas transferindo valor ao novo produto por meio do trabalho, que por si é o único capaz de produzir um novo valor. O processo de formação de valor no capital é o trabalho que vivifica o trabalho morto no ritmo de exploração, exigindo a destruição de outras formas de produção ou a sua apropriação plena em torno da formação de valor, realizando uma das principais constantes da forma-valor: a alienação (MARX, 2017b).

Ao passo que “o peixe, quando pescado e separado da água, que é seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios” (MARX, 2017b, p. 256), no capital, o trabalhador é externado socialmente do produto de seu trabalho, cuja finalidade é alheia a ele, assim como a terra e os meios que ele utiliza em sua produção. Para tanto, com a compreensão de que o trabalhador é produto do seu trabalho social, os meios de produção, o trabalhador em si, sua força de trabalho e seu meio de trabalho não apresentam mais finalidade de realização em si/para si das necessidades sociais do indivíduo, sua família ou da comunidade, mas sim da satisfação da finalidade da criação de valor, do capital em si<sup>90</sup>.

Não é a centralidade do trabalho que impera no capital, senão a sua forma perene como meio não teria sido alienada, mas sim o seu conteúdo histórico, a mercadoria, ou seja, o valor criado por ele, com o valor de uso só sendo produzido como substrato da produção (MARX, 2017b, p. 263). Parafrazeando Marx (2017b, p. 119), para existir uma mercadoria, há de existir

---

<sup>90</sup> Em resumo, todo trabalho continua sendo realizado na terra, mas ela já não é mais vista como meio de realização das atividades humanas, mas sim como fonte de renda, realização da mercadoria e de satisfação de todo o excedente produtivo. Enquanto o trabalho, na “*su utilidad inmediata no se presenta directamente para el individuo o el cuerpo social que la hecho surgir [...] la mercancía existe en tanto es valor de uso para otros en tanto su utilidad directa no es para su productor*” (LINERA, 2009, p. 46).

outra mercadoria para realizar sua troca, a mercadoria é meio de troca, é valor e é valor de uso. A mercadoria é o fim e também o começo da reprodução do capital, e tudo há de existir como forma de troca e como valor, o que não é mercadoria pode tornar-se – é a mercantilização da vida por completo.

Nesse sentido, a criação de novas mercadorias é condição de formação do capital, e ela se realiza na mesma medida que a expansão do modo de produção mercantil-capitalista, com a separação do trabalhador da propriedade das condições da realização de seu trabalho. Por meio da acumulação primitiva, o capital transforma em valor os meios sociais de subsistência e de produção, distanciando os interesses e necessidades do trabalhador de seu meio de produção e produto, além de converter todos em trabalhadores assalariados (MARX, 2017a, p.122). Isto não se dá somente em âmbito local ou regional<sup>91</sup>, mas exige a globalização da produção e a aglutinação de todas as formas de produção dentro de seu domínio.

Portanto, a sociabilidade do capital exige não só o aprofundamento da sua sociabilidade, expandindo-se pelo globo, mas, obrigatoriamente, a apropriação e a conversão de todos os meios de vida em capital – algo que observamos na Bolívia no período colonial e que se intensifica na república. Com isso, a generalização do trabalho e do seu tempo de produção, dependendo de condições heterogêneas de existência e de uma base maior de trabalhadores, produz também mais trabalhadores que servirão como exército de reserva, constituído por um enorme número de proletários que, por sua existência, acabam se igualando na concorrência como os únicos capazes de vender sua força de trabalho (MARX, 2005).

*la transformación de las prestaciones personales en tributo en especie y de éste en rentas centenales, el drástico despoblamiento del campo causado por la peste negra, la revolución de los precios y la interaniquilación de la aristocracia en la Guerra de las Dos Rosas, causa todas sumadas a la homogeneidad lograda en base a la reacción anti-normada, todo ello, configura un momento constitutivo característico<sup>92</sup>. Las modalidades estructurales y superestructurales inglesas resultan del desenvolvimiento de esta trama que concluye en el “licenciamiento de las huestes feudales” es decir, la descampesinización. (ZVALETA, 1990, p. 51-52, grifo nosso)*

*Las minorías desplazadas por la decadente industria se arrojaron a los campos en una ofensiva sin precedentes contra la propiedad comunal. El mismo fracaso de la industria y la consiguiente ausencia de grandes ciudades industriales capaces de poner en movimiento la interrelación de unos pueblos con otros, desempeñaron el*

<sup>91</sup> Algo que retira a importância do produto do trabalho imediato da comunidade em torno de si. Aspecto este essencial caso queiramos entender a produção em diferentes pisos geográficos, regionais e locais das comunidades indígenas em seu fazer social.

<sup>92</sup> Zavaleta (1990) neste trecho trabalha com a questão do “momento constitutivo”, ou seja, um ponto de formação cultural e nacional em que fundam-se os aportes materiais de constituição de uma sociedade. O exemplo da destruição das comunidades inglesas, como no exemplo dado, é visto pelo autor como um destes momentos de transição ao capital, com um “estado de separação” na sociedade de seu meio produtivo que determina sua subsequente expropriação e formação de uma cultura industrial e urbana na Europa. Trabalharemos em pesquisas subsequentes sobre este tema.

*papel de una fuerza centrífuga, de un factor de disociación cuyos resultados culminaron en un sangriento encuentro entre las ciudades del sur y el norte. Finalmente, la falta de ocupación útiles creó en el país una crecida población de gente pobre y ociosa que, imposibilita de explorar las riquezas del país, sólo podía aspirar al ejercicio de funciones burocráticas cualesquiera como medio de vida, y que, por esta razón, constituía un perpetuo contingente siempre dispuesto al desorden (MORALES, 1983, p. 23).*

Isso implica que, ao tornar a divisão de trabalho mais intensa, com diferentes pessoas em países a milhares de quilômetros de distância produzindo mercadorias que serão utilizadas por um terceiro indivíduo, enquanto um quarto indivíduo acaba por acumular o valor de sua produção e mercantilização, têm-se um estranhamento produtivo e de consumo em ritmo e finalidade destoantes. Caracterizando, portanto, uma divisão desigual do trabalho e do valor produzido que não só tenciona a sociabilidade em uma formação social, mas aliena a sociedade em si em seus diferentes polos (MARX, 2017b). A título de exemplo, isto pode acontecer dentro de um só país, como no caso da Bolívia, onde ocorre a aparente separação entre o campo/mina e a cidade, quando na verdade se dá por um ciclo produtivo mundial onde o campo e a mina são fonte de valor para aquilo que é consumido e valorizado nas cidades.

Com essa divisão do trabalho, que no capital se apresenta globalmente, cada produção em cada lugar acaba por ter suas particularidades produtivas e históricas niveladas pela formação de valor. Neste sentido, o Estado, mediado por essa lógica de expansão do valor, torna-se o principal agente do capital quanto à manifestação política de suas relações sociais: a mercadoria. Para tanto, no capital, é no Estado em que a política deve ser realizada e é dele que se emana a totalidade da sociedade; assim, quando qualquer organização que seja alheia a ele ou que esteja contrária à formação de valor, o Estado, por meio do exercício da violência oficial, realiza-se por meio da luta de classes.

O Estado é a única forma moderna de instituição que transforma os interesses particulares em universais societários, **apresentando-se como comunidade**<sup>93</sup> e reproduzindo o capital e todos seus rincões por meios políticos econômicos por meio da produção de seus meios de existência. O Estado moderno sintetiza o Estado de classes no capitalismo (OSORIO, 2019, p. 18).

Para tanto, o Estado, como resultado da transição da colônia para uma instituição moderna, “origina-se da divisão social do trabalho, em especial da contradição entre interesse particular e coletivo que dela resulta, e é a encarnação autonomizada desse interesse coletivo;

---

<sup>93</sup> Quanto ao ideal de comunidade no capital, ou seja, de uma “*organización de la colectividad dentro del modo de producción capitalista*” (ZAVALETA, 1990, p. 46), apresentamos então aqui o ideal de nação como sendo o de um Estado-Nação, o “eu” coletivo sob o capital. Este conceito, assim como tantos outros de “nação” que são explicitados por Zavaleta (1990) encaixam-se numa discussão própria a ser feita, mas aqui detalhamos brevemente quanto ao componente de nação como forma de organização do Estado-Nação como destino de uma sociedade civil homogeneizada quanto a subsunção do modo de produção capitalista.

é, portanto, a corporificação do poder social dos indivíduos, previamente separados deles” (Livia Coltrin In: MARX, 2020, p. 31). Sendo assim, a própria riqueza adquirida pelas metrópoles capitalistas durante a colonização, por meio do saque e da escravidão (acumulação primitiva), resulta em uma imensa coleção de mercadorias que são convertidas em novas formas de satisfação e realização do trabalho, consolidando a formação de valor por meio da principal herança colonial das metrópoles para as colônias: a dependência.

**A economia nacional oculta o estranhamento<sup>94</sup> na essência do trabalho porque não considera a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção.** Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. [...] A relação imediata do trabalho com os seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos da sua produção (MARX, 2010, p. 82, grifos nossos).

Para tanto, é por meio da acumulação primitiva que são impulsionadas as revoluções técnico-científicas na Europa e, simultaneamente, a expropriação e concentração das riquezas advindas da América Latina, África e outras regiões. Porém, isto demonstra a ocorrência do desenvolvimento do subdesenvolvimento nas novas repúblicas, por meio de sua falta de autonomia e soberania sobre sua produção, gerando um assalto constante às periferias do capital devido à intensificação do intercâmbio desigual, na formação dos superlucros e na literal pilhagem de recursos.

Isto se dá, durante o século XIX, com as primeiras impressões da consolidação do capital externo das nações imperialistas, produzindo os sinais de dependência econômica-política-ideológica que são vistas nas periferias do capital do século XX em diante. Este processo garante a formação de mais-valor por meio da superexploração dos trabalhadores, introduzindo de forma desigual o valor produzido na circulação, barateando a produção mundial. Tudo isto enquanto o Estado garante, por meio das legislações, das penas, da ideologia e da violência, o movimento do valor entre diferentes composições orgânicas de capital, enquanto destina parte do valor para o seu funcionamento e de suas aristocracias nacionais.

Porém, destacamos que, ao intensificar a produção de lucro, o Estado também (re)cria as próprias contradições de sua existência; algumas delas já exemplificadas por nós, como as economias de enclave e subimperialistas. Assim, enquanto expressão da realização do valor na periferia, ele agudiza a luta de classes em termos globais, mas também em termos regionais particulares, condicionando novas razões de existência e exploração.

---

<sup>94</sup> Aqui podemos alterar o termo “estranhamento” por “alienação”, acrescentando que essa alienação é a essência não do trabalho, mas do “trabalho assalariado”. O importante é o entendimento de que Marx (2010) segue a tendência já destacada por nós na nota de rodapé que antecede esta nota, com o Estado-Nação sendo a incubadora (e o incubado) ideal para o desenvolvimento capitalista.

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo recorte radical entre as tendências inerentes ao sistema - e, portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas - e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestam em suas reivindicações de trabalho e consumo (MARINI, 2015, p. 63).

E é neste contexto de formação, apropriação e transferência de valor que o Estado boliviano, durante o século XIX, começa a ser consolidado não como um ente uniforme e hegemônico. Mas sim, por aquilo que é descrito por Álvaro García Linera (2009) através de duas “formas sociais”, a “forma-comunidade” e a “forma-valor”. Sociabilidades paralelas, contraditórias, complementares e contemporâneas na história moderna no país que, em sua realização em si, destacam o dualismo da realidade boliviana e da luta de classes no país andino.

A “forma-valor” na Bolívia tem seu momento constitutivo<sup>95</sup> na formação de um modelo de exploração, de subsistência e de poderio governado pelos brancos, *criollos* e *mestizos*, portanto, os proprietários dos meios de produção, do solo e do subsolo (MORALES, 1983), cuja origem é a dominação colonial que se sobrepõe ao uso comunal da terra de períodos pré-colombianos. Porém, a “forma-comunidade”, ou seja, a sociabilidade cujas condições objetivas de vida do indígena são de uma produção de caráter comunal, e que tem seu momento constitutivo durante a conquista indígena do seu meio, permanece presente no meio “geobiossocial” andino, correndo, ao mesmo tempo, de forma paralela, concorrente, transversal, oblíqua e coincidente à “forma-valor” – e é no embate entre estas duas formas de produção que se realiza a luta de classes na Bolívia.

Assim, a expansão da “forma-valor” no século XIX vai de encontro não só ao Estado boliviano como seu agente maior, mas também se depara com a contradição entre a formação de valor e da acumulação, com a economia boliviana sendo desprovida de sustentação institucional, econômica, militar e ideológica que permita sua reprodução em si. Para tanto, em uma forma fetichizada, realiza-se a produção de valor sob a dualidade de existência/aparência entre cidade, campo e mina, onde a mão de obra pobre indígena, cuja sociabilidade se dá na “forma-comunidade”, não é só oposta, mas necessária à produção de uma “forma-valor”.

Para tanto, na Bolívia do século XIX, a regulação do Estado, que substitui a Coroa Espanhola como ente administrativo<sup>96</sup>, tem, por meio de sua expansão, a apreensão e dominação

<sup>95</sup> Damos continuidade aqui à ideia de momento constitutivo de Zavaleta (1990), mas também exploramos a formação histórica destacada por nós em nosso trabalho de conclusão de curso (LUZ, 2020).

<sup>96</sup> Durante a colonização, a Coroa realizaria um primeiro momento de massacre - direto e indireto -, com a pressão das comunidades e dos indígenas. No entanto, como força principal nos Andes (foram tentadas excursões de negros, mas esta força de trabalho não foi continuada, como no exemplo já listado por nós dos afrobolivianos

da “forma-comunidade” para com a sobrevivência do Estado como órgão superior da classe dominante. Garantindo, com a absorção das comunidades dos indígenas ao modo de produção capitalista não só por meio da violência - dissolução das comunidades e os massacres -, mas também por meio de reformas nas estruturas coloniais – tal como a *mita*, que é meramente transformada no tributo indígena, a transferência desigual de valor. A república, portanto, é extensão da dominação imposta pela colônia, ela realiza-se através do trabalho indígena, da *pongueaje*, no campo e na mina, condensando a luta de classes no Estado boliviano - que por si adquire diferentes aparências, tais como aquelas listas e estudadas por nós tanto durante o domínio dos *caudillos* e da democracia censitária.

Neste sentido, na medida em que expomos a história da república boliviana, a “personificação” da “forma-valor” na organização do país, e da luta de classes boliviana, dá-se através das diferentes gestões dos presidentes bolivianos. Neste sentido, a lógica mercantil-capitalista na República, assim, realiza-se com o aprofundamento dos vínculos de dependência enquanto dissolve o viés comunitário indígena em favor das políticas liberais e expansão econômica, e esta é a marca até hoje nesta região pelas diferentes gestões. Conduz-se então, assim, o país a uma “incoerência orgânica” onde a contradição se traduz em uma superestrutura de dominação cuja

[...] autonomia se expressava por uma acentuação tão grande de ‘regionalismos’ e ‘localismos’ que tornava difícil até a fixação de uma capital nacional [...] onde até o reduzido comércio exterior desempenhava um papel desintegrador.

Até então predominava uma economia rural dispersa, encabeçada por núcleos locais de latifundiários influentes. O Estado débil e sem coesão, recolheu até onde foi possível a herança colonial, assimilando a tradição administrativa e política da Audiência de Charcas. O pequeno comércio externo, de tipo regional, exercia influência negativa: tanto o sul do país pendia da Argentina, como o norte procurava assimilar-se comercialmente ao Peru. Nenhuma atividade favorecia a integração e o reforçamento do aparelho estatal. Neste marasmo feudal, só interrompido pelos que sacudiram a política com motins militares, a sociedade local apoiava sua segurança econômica sobre uma massa explorada de camponeses quíchuas e aimarás (...). Nem a sede dos poderes públicos pôde definir-se, porque se **Bolívar** referiu-se a Cochabamba como possível capital, **Santa Cruz** estabeleceu seu governo onde seus deslocamentos o permitiam, da mesma forma que **Belzu**, para quem ‘o ponto onde se encontra o governo durante sua marcha’ será a capital. **Melgarejo** quis que fosse Tarata a capital, e **Batista**, mais conseqüente com os novos tempos, viu em La Paz a melhor escolha (SÉRGIO ALMARAZ PAZ IN: CUEVA, 1983, p. 43, grifos nossos)

---

descendentes deles), os indígenas e suas estruturas comunais foram reapropriadas pela Colônia, o sistema de *mita* realizou-se com a rotatividade dos trabalhos entre a mina e o campo, as entidades dos *kuraka* e caciques tornaram-se agora os representantes e arrendatários das terras da Coroa e respondiam pela sua organização e da produção da *encomienda* (sistema esse que é substituído pelo tributo com o Estado), além dos inúmeros casos de transformações das divindades e das festividades indígenas em torno da cruz e da espada espanhola. Já cobrimos estes e outros exemplos no nosso trabalho anterior, então sugerimos a leitura.

Neste sentido, o Estado boliviano nasce nos Andes e escorre do seu cume e altiplano para as outras regiões do país. No entanto, ainda que os Andes seja o principal cenário da república no século XIX, eles não são os únicos.

Do litoral ao Chaco, da Amazônia ao altiplano, podemos observar que a luta de classes se estende por todo o território boliviano, com o Estado azeitando suas condições de existência como emissário do valor, adentrando desertos, selvas, cerros e terras comunais que “nunca haviam sido dominados anteriormente, seja pelo Império Incaico, seja pelo Império Espanhol” (SILVA, 2019, p. 80). Porém, neste movimento do Estado, ele em si encontraria barreiras geográficas, declives sociais e fronteiras que, mesmo se encontradas pelo trem, pela tropa, pela mineração ou pelo latifúndio, não seriam integradas de forma homogênea. Seja pela bala, pelo dinamite, pela bíblia ou pela pena, a Bolívia seria condenada a ser um país heterogêneo, dividido entre diferentes formas “geobiossociais” que abrangem do cume dos Andes até as selvas a “forma comunal”. De forma que, ao não serem incorporadas plenamente pelo Estado, a anexação destes meios é o que define a contradição da própria estrutura de organização social do país.

*Bolívia sólo había conocido la vida de la montaña y de la sierra, es decir la vida de la región andina. Es el principal escenario de la vida nacional y de los acontecimientos históricos de la república, la zona más importante desde el punto de vista económico y demográfico, la región que mejores posibilidades y condiciones materiales ofrece para la unificación de sus numerosas sub regiones, y finalmente el centro vital de la nacionalidad. Con todo, las posibilidades de interrelación social entre sus diversos núcleos de población no mejoran aquí grandemente* (MORALES, 1983, p. 17).

O Estado condensa as relações antagônicas, a luta de classes - ele, portanto, não a reflete, mas a rege ativamente a favor da integração e organização dominante. O Estado capitalista não expressa apenas uma correlação de forças na qual predominam os interesses das classes dominantes. É, antes de mais nada, uma relação social que cria força e modifica essas correlações a favor dos que dominam. A relação de dominação se expressa como as classes dominadas, ou seja, a expressão máxima do Estado é a luta de classes (OSORIO, 2019, p. 51).

Assim, a expansão da “forma-valor”, junto a de uma “integração” da “forma-comunidade”, apresentou suas negações e afirmações próprias. A “forma-comunidade” é dada por um modo de produção em que a “coletividade é direta – sem mediações – e se manifesta tanto pelo caráter social dos produtos produzidos quanto pela função que cada individualidade exerce na comunidade” (SILVA, 2019, p. 56), com o produto resultante do trabalho comunitário sendo visto por uma dupla determinação. Primeiro, é uma qualidade própria do trabalho coletivo, ordenando o acesso dos indivíduos (família, comunidade) aos produtos, uma vez que todos existem como integrantes diretos e realizadores da força de trabalho. E segundo, ao existir como produto do trabalho de uma forma social comunal, com seu valor de uso pronto para

satisfação das necessidades, a sua disponibilidade social significa necessariamente sua circulação para seu consumo ser realizado por aqueles que não foram os seus produtores diretos, possuindo, então, uma qualidade de satisfação das necessidades vitais de reprodução dos indivíduos, famílias e da comunidade como um todo (LINERA, 2009).

Portanto, ainda que a comunidade personifique uma racionalidade contraditória à “forma-valor”, ela se diferencia no seu caráter particular, sendo subsumida quanto à sua autonomia original pela universalização do valor, reproduzindo na ordem do capital e na ordem técnica processual do trabalho mediante a alienação; distorcendo sua finalidade, ao mesmo tempo que distorce a razão de ser do capital na Bolívia – particularizando a “forma-valor” que é exercida universalmente. Descreve-se, por conta disso, a Bolívia como uma sociedade *abigarrada* (ZVALETA, 2015), que compreende diferentes modos de produção, simultaneamente isolando e integrando a “forma-valor” e a “forma-comunidade”. Em sua dualidade de tempos históricos de reprodução, elas refletem a sociedade *abigarrada* e um Estado dual sem homogeneização e união, fruto da exploração do indígena e da ação das elites mineiras e latifundiárias.

Por fim, o Estado e a sociedade bolivianos são condicionados, em primeiro lugar, pela ação de massas. O meio indígena boliviano (seja ele nos Andes, na selva Amazônica, no Chaco, no litoral ou no altiplano) é um meio biossocial gelatinoso cuja convulsão social, gerada pela luta de classes, dá origem ao seu processo produtivo do valor paralelamente à ação rebelde e revolucionária. Porém, o poder não foi – e nem é, até os dias de hoje – entregue gratuitamente pelas elites: há um desarme lento e sistemático que quebra as fontes de poder independente, aprofundando o subdesenvolvimento e a transferência industrial como a expressão do processo de substituição de importação de transferência de multinacionais e com o subimperialismo, que é a produção de bens de capitais exportados com base na superexploração, agindo em prol do capital externo. Assim, caso se queira alterar a condição indígena de existência, “o problema nacional” deve despontar de onde parte Mariátegui (2008): a questão e contradição entre duas “formas sociais”, ou seja, no “problema indígena/da terra”.

### **5.3 A Nação Inconclusa (ou o *abigarramiento*) no século XIX**

Por fim, aproximando-se à conclusão deste trabalho, voltemos à conclusão de nosso último trabalho completo. Nele, após tratarmos certas categorias e a história região da Audiência de Charcas ou Alto Peru durante o período pré-incaico até a colonização, desvelamos em uma discussão entre o “ser” e o “não-ser”, descrevendo o “ser” indígena como o “não-ser”

latino-americano (LUZ, 2020, p. 147). Neste sentido, compreendemos que esta discussão entre “ser” e “não-ser” são o prelúdio do entendimento da Bolívia como uma “nação inconclusa”. Mas o que a configura, então, como uma “nação inconclusa”?

Julgamos que, durante o período analisado neste trabalho – mas também para além dele –, temos três fatores que explicam o porquê desse “problema nacional”: a existência da “forma-comunidade” como particularidade boliviana em contraponto à “forma-valor”; o fato de que a “forma-comunidade” se manifesta de forma singular em diferentes pisos ecológicos, geográficos e sociais; e que, no seu caminho de integração, a “forma-valor”, por meio do Estado, como ente universalizante, não consegue se realizar de forma homogênea no país desde sua independência. No entanto, estes fatores não se encontram isolados, pois é por meio da mediação e do movimento de contradição entre estes três níveis quali/quantitativos da sociedade boliviana que se define toda a dinâmica de expansão e contração do capital na região; reproduzindo, como principal manifestação, a luta de classes representada no conflito entre indígenas e os proprietários/aristocratas.

Quanto ao conceito de nação, esta pode ser entendida, de acordo Maestri (2019), como um fenômeno moderno, desenvolvido após a Revolução Francesa com o nascimento dos Estados modernos, portanto, inexistente durante a Colônia. No entanto, temos um sentido mais amplo de nação do que este. Vamos de acordo com o que já trabalhamos originalmente, em Luz (2020), compreendendo a comunidade, o povo e a nação como formas de sociabilidade que podem ser observados através da compreensão do trabalho como um

[...] conjunto de bens materiais e espirituais produzidos por um agrupamento humano e que dá forma à coexistência e à unidade de uma comunidade nacional [...] observam-se tanto as divisões econômicas, os obstáculos culturais, os pontos de asfixia [...] a comunidade nacional de cultura é uma multiplicidade de tensões congêneres e antagônicas [...] Em síntese, o ‘ser nacional’ não é uno, mas múltiplo (ARREGUI, 1971, p. 12).

*En la Colonia hay dos sociedades; dos Naciones, dos Estados: España y Tawantinsuyu.*

*La República no altera nada; todo lo contrario ahonda el abismo. El cholaje blanco-mestizo que reemplaza al español arrecia y redobla la opresión esclavista sobre el indio (REINAGA, 2001, p. 170).*

Portanto, ao analisarmos o componente indígena, podemos classificar, no caso singular boliviano, a presença da “forma-comunidade” como a “nação indígena”, enquanto que o da “nação boliviana” dá-se nos conformes da “forma-valor” - nação pela compreensão do fazer social, dá-se na lógica capitalista, mas realiza-se com o indígena. Isto se dá devido à sua organização de uma sociabilidade comunal na qual o trabalho de cada indivíduo é apropriado pelo todo da comunidade, ordenando assim o acesso ao produto, que possui inerentemente um

valor de uso – o conteúdo social-material da riqueza – que satisfaça as necessidades do grupo. Tornando-a, e tornando-se, uma forma de sociabilidade humana cuja própria atividade social surge como parte da realização do trabalho comunal, com o uso dos instrumentos de trabalho, da natureza e do resultado do produto comunal (SILVA, 2019).

Com o trabalho comunal, tem-se como objetivo o desfrute comum do seu produto, de forma que a manutenção e a reprodução do grupo dependem da divisão coletiva do trabalho em diferentes funções e pisos geográficos, possibilitando a identificação do trabalho como parte conjunto totalizante das relações naturais e sociais. Portanto, a manutenção destas comunidades ocorre com o enaltecimento de uma série de elementos fundantes do espírito coletivo, como o ideário de reciprocidade e de solidariedade, seja com a natureza ou entre os humanos.

No caso indígena latino-americano, e em especial andino, este tipo de sociabilidade é visto desde tempos pré-incaicos, mantendo-se suas singularidades restritas a certas regiões devido às limitações históricas de sua ampliação – dificilmente ele se universaliza, e quando adquire certo grau de expansão, encontra barreiras geográficas, biológicas ou sociais –, além de ser uma das formas mais simples de organização utilizada pelos indivíduos. Assim, ao analisarmos a formação do valor de uso como um componente inerente ao produto do trabalho, seu determinante histórico na “forma-comunidade” realiza-se a partir do indígena na terra.

E é nesta relação de trabalho na terra que encontramos não só a dualidade da república boliviana, mas também sua dupla razão de ser na “forma-comunidade” e na “forma-valor”, expressando-se no Estado de uma sociedade *abigarrada*. A própria formação nacional já vem fraturada em si, e a formação nacional, até os dias de hoje, ainda está em disputa.

Portanto, é exatamente neste elemento dual que se define a inconclusão das “nações” no país. Isto se dá pois, enquanto o trabalho é realizado pelo indígena em sua composição “geobiossocial” comunal, tem-se um elemento histórico de apropriação parasitária do valor produzido pelo indígena em detrimento da “nação *q'ara*”, ou da “anti-nação”<sup>97</sup> dos grandes proprietários, *caudillos* e aristocratas enquanto classe administradora e dominante. A “nação *q'ara*”, a Bolívia “bolivianizada” e não “indígena”, realiza na terra o laboratório originário do capital, sua fonte de renda, seu objeto de valorização e local de realização da mercadoria através do excedente produtivo (LINERA, 2009). A terra, portanto, existe como condição de realização do capital e da formação de valor, negando todas as condicionantes indígenas de existência ao mesmo tempo que depende delas para sua reprodução.

---

<sup>97</sup> É a negação da negação do “ser” indígena como “nação”.

Desse modo, com a terra e os demais modos de produção aprisionados pelo capital, não mais o trabalhador se apresenta com sua finalidade comunal, mas, sim, partindo da universalidade da terra como particularização no capital na Bolívia; ao mesmo tempo, realiza-se universalmente através da formação/acumulação/transferência de valor. Assim, para garantir a reprodução constante da forma-valor, exige-se a expansão e adesão constante enquanto se rivaliza com outras formas de sociabilidade, destruindo suas formas de sobrevivência, deturpando e incorporando o máximo de seus elementos à produção; “*‘Bolivianizar Bolivia’, quería decir, limpiar a Bolivia de indios; exterminar a los indios*” (REINAGA, 2001, p. 285).

*La nación significado el bloque conformado por las clases populares y la anti-nación, el bloque constituido por la oligarquía (Mayorga, 1993; Tapia, 2002) a la que se consideraba culpable por la transferencia de la riqueza a otros estados a nivel económico; por los modos extranjeros de organización del poder, a nivel político; y por el desprecio hacia las clases populares, a nivel ideológico, lo que explicaba que se vivía en el país pero “a la manera del extranjero” (ROMANO; GARRETT; PARADA, 2015, p. 23).*

Na Bolívia do século XIX, cuja estrutura administrativa já se encontra fracionada e dependente, também observa-se que a “nação *q’ara*” é inconclusa em si. Ainda que os *caudillos* e *criollos* realizem sua força política com um discurso fetichista que encobre a força política do Estado oligárquico, ou seja, a historicidade da hegemonia de classes, a Bolívia não consegue incorporar completamente o capital imperialista necessário para sua realização plena. Isto se dá pois a “forma-valor” não é soberana numa dependência cuja singularidade é de composição *abigarrada*, afinal, ela é incapaz de eliminar o componente indígena, por mais que haja sua eliminação e descomunização.

O capital imperialista é mestre na gestão da dependência latino-americana, regendo a “nação dos *q’aras*” de acordo com o movimento externo de acumulação. No entanto, enquanto a “nação indígena” existir, determinando as condições internas de acumulação, a “nação boliviana” dos *criollos* está condenada a ser uma “*nación abstracta. Su Estado es un simple comité que administra los intereses del imperialismo de las ‘fieras rubias’ del Occidente*” (REINAGA, 2001, p. 168). Além disso, ao mesmo tempo que a “Bolívia branca” nunca concretizará o capital imperialista de maneira plena, está anulada no país qualquer condição de gerir uma burguesia soberana devido a seu papel intrinsecamente dependente, repetidor das condições desiguais de transferência para o exterior, refutando qualquer plano de autonomia; a própria perda do mar para o Chile e o Peru, além das demais subtrações de territórios, retiram

qualquer possibilidade de administração da formação e controle da circulação de sua mercadoria das elites<sup>98</sup>.

[...] a criação do Estado-Nação e da cultura nacional correlata se torna tanto mais difícil quanto mais tropeça em barreiras não apenas internas, mas também externas. Antes mesmo de construir a unidade nacional, essas formações econômico-sociais se veem vulneráveis pelos diversos efeitos, inclusive culturais, da dominação imperialista. Antes de ser construído as condições objetivas e subjetivas de sua hegemonia interior, as burguesias criollas se encontram em uma situação de subordinação no plano internacional. De forma que, [...] poderíamos afirmar que a sociedade civil latino-americana, estruturalmente heterogênea e dependente, tem uma dificuldade congênita para “fazer-se valer” no exterior como nação independente e no interior como Estado soberano, capaz de desenvolver com plenitude esse espaço relativamente autônomo de acumulação (CUEVA, 2021, p. 211-212).

*Es verdad sin duda que la cuestión nacional no está concluída en los países de la América Latina. Pero no lo es precisamente por la presencia imperialista. Por tanto, las masas no pueden plantear el tema en la política sino bajo la forma de movimientos de liberación nacional (ZAVALETA, 1990, p. 16).*

A classe latifundiária não conseguiu se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, se encontram nas mãos do capital estrangeiro. Os latifúndios se contentaram em servir como intermediários a este [...]. Esse sistema econômico manteve, na agricultura, uma organização semifeudal, que se constitui na maior dificuldade para o desenvolvimento do país (MARIÁTEGUI, 2008, p. 47).

Quanto à “forma-comunidade”, vale lembrar que ela em si se produz em igualdade, mas entre comunidades distintas não há igualdade; seja ela produtiva, ideológica ou em sua resposta à tensão gerada pela tendência universal do valor. As diversas fases da “forma-comunidade” fazem dela uma sociabilidade de caráter local, enclausurado em sua própria existência “geobiossocial”. Porém, nem sempre foi assim, diferentes comunidades reproduziam sua organização em diferentes pisos geográficos<sup>99</sup>, com as relações de reciprocidade regendo sua relação com a terra e com outros comunais. Não que não houvesse conflito entre elas, como já explicitado por nós em Luz (2020), mas a colônia intensificou a separação e a destruição das

<sup>98</sup> Vale lembrar aqui que para o desenvolvimento de um nacionalismo revolucionário indígena, precisa-se do Atlântico conectado a todos outros biomas e sociedades andinos e amazônicos. Dessa forma, a “nação indígena” não deve ser, e nem é, reduzida aos Andes. A perda do mar da Bolívia não é só uma forma de alienar suas elites e sua administração política, mas também de esquarterar o seu movimento indígena. Ter a autonomia do mar de volta como reivindicação revolucionária faz parte, portanto, do caminho para a emancipação plena.

<sup>99</sup> Isto continuaria na colônia e na república. Como exposto por Platt (2016, p. 85): “*desde los primeros días de la Colonia los esfuerzos españoles de concentrar la población indígena en pueblos locales con integridad territorial habían entrado en conflicto con estrategias alternativas de organización espacial características de las poblaciones andinas, que preferían mantener un patrón altamente disperso de tenencia para asegurar su acceso a los productos de múltiples ecologías alejadas entre sí. La dispersión de las chacras también funcionaba como un seguro contra el riesgo de pérdidas locales de las cosechas. En el siglo XIX las autoridades frecuentemente manifestaron perplejidad al encontrar terrenos dentro de una jurisdicción local que eran propiedad de pueblos muy alejados de otro cantón, provincia o departamento. En los mismos linderos departamentos se encontraban comunidades que reclamaban tierras en ambos lados de la frontera. En tales casos los prefectos no vacilaron en basarse sobre los reclamos comunitarios para justificar la expansión de su jurisdicción a costa del departamento vecino. De esta manera surgieron conflictos que, en muchos casos, hasta hoy siguen sin solución*”.

comunidades por uma lógica externa violenta, gerando novos pontos de estrangulamento entre os comunais. De forma que, no século XIX, com a *pongueaje*, a *Ley de Exvinculación* e a violência do Estado, o indígena na república se encontra “*predestinado a vivir permanentemente en su estancia de origen o en la heredad patronal*” (MORALES, 1983, p. 28).

*En 1889, Isaac Tamayo decía que el país, en esos momentos, no reunía “condiciones de nación”, puesto que no era nada más que “una porción de pueblos esparcidos, sin afectos, sin relaciones, sin espíritu de nacionalidad” (MORALES, 1983, p. 60).*

Porém, como já exposto por Arregui (1971), o “ser” nacional não é *uno*, mas múltiplo, apresentando uma série de obstáculos e pontos de asfixia onde a comunidade nacional de cultura se expande em uma multiplicidade de tensões congêneres e antagônicas. As singularidades da “forma comunal” são essenciais para a compreensão dos conflitos entre indígenas, negando-se entre si, tal como os quéchua e os aimarás e na diferenciação dos indígenas dos Andes e os das terras baixas. Mais importante que as contradições internas da “nação indígena” é a compreensão apresentada por Arregui (1971, p. 197) de que a Bolívia é, como o país mais pobre e quebrado do continente, uma “nação inexistente” que, paradoxalmente, é também a região latino-americana mais importante quanto à unificação.

Isto se dá exatamente pelo fato de que a expansão da “forma-valor” não é equitativa e totalizante frente à “forma-comunidade”. Ao mesmo tempo que a dependência impede a construção da “nação indígena” plena, realizando-se na contradição entre o “ser subdesenvolvido” e o “ser indígena”, a luta popular e a rebelião do indígena na Bolívia se dão em caráter totalizante frente à apropriação do solo e do subsolo no qual o trabalho comunal é realizado. A luta de classes na Bolívia se mostra como condição inerente da sua dualidade *abigarrada*, com a rebelião, portanto, sendo inerente a esta sociedade enquanto a “forma-valor” continuar avançando contra a “forma-comunidade”.

Ademais, nesse sentido, a luta de classes durante o século XIX pode ser resumida pela aparência máxima da transição inconclusa, tanto da economia dependente e do capital imperialista, quanto da formação de uma “nação indígena”, realizando-se no fato de que o braço armado coercitivo do Estado, que enfrenta em campo de batalha o rebelde comunal, é composto pelo próprio indígena em ambos os lados do campo de batalha. Nas guerras que se sucedem na Bolívia, sejam elas as independentistas ou as territoriais, tem-se a hemorragia dos trabalhadores do campo e da mina, ou seja, da *pongueaje* de origem comunal. Dessa forma, no caso da Guerra Federalista/Civil/Indígena, a tentativa de alteração no eixo histórico do conflito entre a “forma-

valor” e a “forma-comunidade”, com a criação de um “governo índio”, resulta na sua rápida dissolução a favor das novas oligarquias sem avançar a integração da “nação indígena”.

Por fim, a luta de classes é agudizada ao máximo no capital, com o conflito entre proprietários e trabalhadores personificando-se na luta entre nações e entre *razas*. Na Bolívia, portanto, a “nação inconclusa” é a própria contradição de existência da “forma indígena” e da “forma-valor” que resulta, como visto no resumo de Reinaga (2001, p. 26-27, grifos nossos) apresentado a seguir, nas mais diferentes expressões da luta de classe no país.

*Antonio José de Sucre, el “vengador de los Inkas, sublime”, no sólo que no redime un indio, sino que con su Decreto de 9 de febrero de 1825, amputa el Kollasuyu, para que no se restaure el Gran Perú, que hubiera sido el émulo de la Gran Colombia, su Patria.*

*Bolívar, con su "barragana" engendra la República con esclavos y nace esta*

*“predilecta hija”, Bolivia:*

*de la gesta “genial” de vino y lascivia...*

*Bolívar, vencido por el halago desmesurado, al clamor ventral de una “patria libre” de los Olañeta, dijo:*

*“SEA”; y se hizo: la República del cholaje blanco-mestizo, con esclavos indios.*

*Santa Cruz, rechaza el petitorio de Tacna y Arica, que querían integrarse a Bolivia; en Paucarpata se abraza con Blanco Encalada, jefe de la expedición chilena, y le embarca con toda su fuerza de regreso a Chile; por Decreto de 15 de octubre de 1829 restaura la mita y el tributo de la Colonia para el indio.*

*Ballivián, ahijado de Santa Cruz, clava el puñal de la traición a la Confederación Perú-Boliviana; por celos despedaza a su propio hijo; pone en peligro la fidelidad de las esposas de todos los oficiales de su Ejército; asesina al Presidente Blanco y arroja al muladar su cadáver.*

*Velasco, que alcanza el generalato gracias a sus hazañas de alcahuete proveedor de doncellas para el apetito sexual de Bolívar; felicita a Chile por la victoria de Yungay, donde cayó destrozado el ejército boliviano.*

*Belzu, que tuvo a las masas indias y artesanas de su tiempo a sus pies, no dictó una letra de ley a favor de ellas. Pudiendo, no hizo un intento siquiera de Reforma Agraria, que suprimiese el latifundio y liberase al indio siervo-esclavo.*

*Melgarejo, el tirano más desalmado azota a la Patria por seis largos años; regala a Chile y al Brasil pedazos de Bolivia; arrasa la “comunidad indígenal” y consume las masacres más horripilantes de Huaycho y Ancoraimes.*

*Morales, cencerra el Parlamento; y a nombre de la “revolución” impone el pago adelantado del tributo; y consolida el despojo del sexenio a la “comunidad indígenal”.*

*Achá, fusila a Córdova con la Constitución Política prendida al pecho.*

*Ballivián (Adolfo), criado y educado en Europa, ostenta el grado militar de Tenl. sin saber una jota de la profesión y vida militar; llega al poder para ser solamente el “sonso caytano”.*

*Daza, Presidente de la República y Capitán General de las Fuerzas en Campaña, vendiéndose a Chile en plena guerra se embarca para Europa.*

*Campero, fusila en el primer aniversario de la Batalla del Alto de la Alianza a los sobrevivientes de los “Colorados” de Bolivia.*

*Pando, que había recibido el laurel de la victoria del “Tata” Willka en bandeja de oro, en pago asesina al vencedor de Alonso, por la espalda. Y cuando marcha a la Guerra del Acre, no va a defender la soberanía nacional, sino sus intereses; puesto que era dueño de extensas concesiones gumíferas.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRADIÇÕES FUTURAS

“Coloso que había dormido cienos de años, despertó Bolivia en el siglo XX a nueva vida, estirando sus brazos potentes” (VACANO, 1925, p. 83, grifos nossos).

Começamos nossas considerações finais com uma epígrafe que é um falseamento completo da realidade boliviana. Conforme o Estado-nação se cristaliza na América Latina ao final da segunda metade do século XIX, o capital industrial nos países de enclave, como a Bolívia, insere-se na lógica não da construção de uma nação autônoma, mas de uma nação não soberana e de economia não industrializante - assim como Zavaleta (1990, p. 54), quando falamos nestes termos, de que “*hablamos de una nación capitalista*”, ou seja, mesmo em nossas melhores tentativas, ainda falamos nos moldes de nação do capital ao nos referimos às conformações do capital de nação. De forma que, pela precariedade de algumas instituições e estruturas, além das “deformações” históricas na composição de valor nestes países, a Bolívia é condenada no capitalismo ao subdesenvolvimento, à dependência e à miséria insolúvel de suas sociedades, com as necessidades de dominação e exploração respondendo não uma “*nueva vida*”, mas sim de uma nova roupagem do capital regional e imperialista que no século XX apenas solapa o país.

Porém, na época em que o livro de Vacano (1925, p. 83) fora publicado, em comemoração ao centenário da República, com as perdas territoriais, a Bolívia em seus “*brazos potentes*”, muito pelo contrário. Este mau agouro, como todos os outros citados neste trabalho, são contradições a se desenrolar em novas condições de existência. Neste contexto, a Bolívia, país este que já nasce sem propósito ou unidade, serviria inicialmente como um “Estado tampão” que impediria o conflito e expansão dos seus vizinhos sobre os outros.

No entanto, no século XIX, nem uma unidade seria completa na país, e nem seria eliminada sua própria estrutura de exploração que é vista desde a colônia, pelo contrário, a Bolívia não só não cumpriria seu papel como “Estado tampão”, mas seria também um “Estado peneira”, infiltrado por dentro e por fora pela sua própria incompletude; seja pelos conflitos externos que o assola, ou entre classes, entre *razas* e entre nações (estas duas últimas são expressões da luta de classe em si). Isto não é visto apenas no século aqui estudado, mas até os dias de hoje, com a estrutura de dominação e dependência se expandindo no século XX, conforme novas guerras fronteiriças ocorrem, além da Revolução de 1952, que no século XXI traduziria-se em novas contradições que borbulham no país.

Dessa forma, desde a independência, o indígena é visto como elemento social a ser dominado. O indígena, na visão dos *caudillos*, proprietários, militares e aristocratas de origem

*mestiza*, branca e *criolla*, é o sinal do atraso na Bolívia. Porém, a chamada “*polonización*” da Bolívia não ocorre exatamente por conta dos indígenas que, nas suas incontáveis rebeliões desde o período colonial, buscaram exercer o domínio pleno de um poder indígena que se colocaria em contraposição ao poder branco.

*Nosotros, los indios porque sabemos de dónde venimos, sabemos a dónde vamos!*  
(Tupaj Katari In: REINAGA, 2001, p. 445).

Todavia, apesar de as condições materiais arcaicas e a condição de exploração serem fator máximo para o desmanche do país quanto à sua capacidade de organização, reduzindo as tentativas de expansão do poder indígena em levantes que não detêm a força material, a ordem internacional que rodeia o país também o transforma e o recorta em diferentes áreas de interesse (MORALES, 1983). Com isso, na Bolívia, atualmente, ainda há tentativas de separação do departamento de Santa Cruz do resto país, e a infiltração do capital imperialista no país provoca o fortalecimento das elites nacionais quanto à sua dominação, ao mesmo passo que enfraquece suas estruturas de acumulação de valor entre elas. Além do mais, outras nações, como Brasil e a Argentina, também realizariam sua expansão para dentro da Bolívia - em seu próprio “destino manifesto”.

No período da história boliviana onde deixamos este trabalho, vemos a vitória do General Pando, representante máximo do Partido Liberal, cujo lema é “*viva el orden, mueren las revoluciones*”, assumindo o cargo de presidente após o massacre das forças do Vilca. O conflito entre indígenas comunais e as forças do Estado é exemplo primário da luta de classes no país, porém, no desenvolvimento de um ideário da “nação indígena”, esta experiência é extremamente valiosa, uma vez que os indígenas que fazem a rebelião não esquecem a busca pela vitória, gerando um novo imaginário social que desponta em novos conflitos.

Ademais, o processo e a formação da consciência nacional se dão na história boliviana por meio da fala e da memória, com os sobreviventes e seus descendentes. Quanto menos a luta e a resistência existem no imaginário e no fazer popular, mais o Estado burguês domina, e quanto mais tensionamento por parte das classes reinantes, maior a garantia de novos conflitos. Portanto, ao realizarmos a mediação das categoria analíticas do ser social boliviano e o ser social indígena no decorrer do trabalho, vemos desde o governo de Bolívar até o início do de Pando, o debate da conjuntural que traz luz às raízes históricas, centralizando as tensões dos territórios/nações gerada pela luta de classes.

O essencial, então, é a compreensão da América Latina e da Bolívia como meios tensionados por suas próprias heterogeneidades, que são resultado do “azeitamento” realizado

pelo Estado e o capital frente a suas diferentes composições “geobiossociais”. Resulta-se, então, no entendimento de que, em sua expansão, o Estado não se dá de forma igual pelo continente. No caso boliviano, a elasticidade, a ruptura e seu tensionamento social se dão pelo Estado agindo em suas diversas fases de governabilidade (como podemos observar, e “personificar”, em cada gestão), mas, de forma indiscutível, quanto ao movimento indígena popular, o indígena é o último a dar a palavra na Bolívia. O modelo de Estado que estudamos neste trabalho é de ordem, em sua totalidade, militar-oligárquica, realizando o massacre e a perseguição dos indígenas enquanto disputam o aparato do Estado e a terra como parte da sua dominação do popular; traços estes que são comuns até os dias atuais.

Neste sentido, não há dúvida de que há dependência na América Latina, porém, ela ocorre em diferentes níveis quanti-qualitativos de realização. A transição do Alto Peru, de economia colonial, serviu como prelúdio para a Bolívia republicana do século XIX, mas também do Estado Plurinacional. Assim, ao não concluir o rompimento com os ciclos de extração de valor, o capital externo continua a atuar e a evoluir no país, adquirindo, em sua cunhagem imperialista, força universalizante frente à sociedade boliviana.

Ainda, a luta de classes no território boliviano transcorre sempre com maiores perdas para o povo. Seja nos casos de descomunização ou de perda dos valores sociais indígenas, tem-se por vezes a quebra da cosmovisão e a cosmovivência, transformando o cenário do país em uma grande difusão de culturas e terras que não se veem como comuns em sua característica fundamental: a forma-comunidade. Ademais, neste sentido, a Bolívia não deve ser reduzida somente aos Andes: ela é composta por centenas de esferas “geobiossociais” que compreendem a “forma-comunidade” como um todo. Para tanto, a incapacidade do estabelecimento de um indígena depende necessariamente da integração de todas as forças e sociabilidades que se opõem ao capital. E, dentro deste meio, precisa-se, necessariamente, do acesso ao Oceano Pacífico.

A perda do mar, para a Bolívia, além de alienar sua produção, sua administração e sua organização como um todo, “ilhando” o país dentro do continente, é a morte da autonomia indígena, de seu acesso social e humano a diferentes pisos geográficos que só se desvelam no retorno do mar a essas populações. Ter a terra de volta é garantir ao indígena de que sua sociabilidade sobreviva, mas a “questão da terra” não se resolverá apenas com uma Revolução Agrária (seja ela a proposta pela *Ley de Exvinculación de 1874*, ou a Reforma de 1953). A “questão indígena” é a questão econômica que coloca o indígena contra si mesmo e contra o país, é o domínio de uma classe sobre outra, é o Estado que enterra o indígena, seu suor, seus ossos, seu sangue e suas lágrimas na profundidade das minas, nas periferias das cidades, nas

praias do Pacífico, nos campos do altiplano, nos secos (e salgados) desertos, nas raízes da Amazônia e nos alagados pantanais. Portanto, é também a questão que bloqueia a Bolívia de seu acesso ao mar e que torna seus desertos em férteis fontes de capital; ter o mar de volta é ter soberania e força material para iniciar o caminho para a emancipação plena do indígena, para o indígena caminhar rumo à superação do capital como forma de sociabilidade.

No circuito do capital, o próprio tensionamento das formas sociais faz do território boliviano terreno fértil para suas contradições quanto uma expressão singular latino-americana. Determinando o movimento e, ao mesmo tempo, a (in)flexibilidade dos avanços do capital enquanto pautado pela resistência indígena no país. Assim, ainda que tenha-se o ideal de uma “nação capitalista plena” na América Latina, onde o capital dá-se com plenitude, alcançando tudo e todos sob sua mordaz execução, é exatamente na incompletude de realização do capital das nações periféricas que ele realiza-se aqui - é exatamente pela incompletude que o capital metropolitano se alavanca ao seu status de nação plena. Trataremos destes tópicos novamente em um trabalho futuro, mas ao compreender o padrão de completude no problema da nação, é uma idéia arbitrária, mas que há sim práxis, tratamos do sujeito histórico e de sua realidade cujas prioridades ontológica no mundo real dão-se pelo deciframento e da realização do real. No entanto, não podemos ir além com a hierarquização das dimensões do real como um problema do identitário idealizado, mas sim da própria vida real - assim, as dimensões de raça, sexo, classe não são secundárias, elas são parte tangível e de deciframento e transformação.

Inconcluso não é só um tempo qualificativo, há parâmetros categoriais e históricos de realização. A inconclusão é também um há de se fazer, não só uma incompletude, é o há de se fazer é na incapacidade de vida plena, do modo de fazer indígena, que contrapõem-se ao há de se fazer das oligarquias e classes dominantes - que por si dependem da própria expropriação do fazer social dependente. A questão social é a questão da terra, ou seja, a questão do não acesso aos meios de produção, e o que é a questão da terra se não o não acesso ao meio originário de produção da sociabilidade, ou seja, da vida, a terra. E não só no caso indígena boliviano, mas de todos os trabalhadores, o capital retira a realização da vida plena, nos aliena dos frutos da terra e se realiza a si mesmo. Para o indígena, a terra é algo para além de um meio de produção, mas de realização da vida como um todo, mas ao mesmo tempo ela é um ativo necessário para o capital como portador da renda da terra, devendo ser incluído na realização do capital fictício, mas também quanto ao aspecto ontológico de trabalho da/para/na terra, assim como sua vinculação com o território.

Por fim, a publicação deste trabalho em 2022, nos setenta anos da Revolução de 1952, demonstra especial importância quanto às suas considerações finais. Isto se dá pois, como

conclusão, e também “inconclusão” nacional, neste ano comemorativo, não só lastimamos a continuidade da dependência do indígena e do Estado, mas destacamos uma ação em conjunto que deve ser denominador comum de todo rebelde indígena: a necessidade de uma revolução indígena na Bolívia. Neste sentido, concluímos nosso trabalho na mesma nota do nosso trabalho anterior. No entanto, com a reivindicação de que em trabalhos posteriores a história da luta de classes na Bolívia reclame na crítica e no combate contra o imperialismo e a dependência, o estudo e a disputa pelo nacional-revolucionário na Bolívia. Somente assim, com a soberania e organização da “forma-comunidade”, os indígenas poderão, então, ter nova vida, “*estirando sus brazos potentes*” em direção à revolução.

## REFERÊNCIAS

- ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, Genealogia do Desastre**. São Paulo: Elefante, 2019.
- ARREGUI, Juan José Hernández. **O que é o ser nacional?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- BOLÍVIA. Vicepresidencia del Estado Plurinacional. Presidencia de La Asamblea Legislativa Plurinacional. **Karl Marx: escritos sobre la comunidad ancestral**. La Paz: Fondo Editorial y Archivo Histórico de La Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.
- CUEVA, Agustín. **A teoria Marxista: Categorias de Base e Problemas Atuais**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- GUTIÉRREZ, Raquel; ESCÁRZAGA, Fabiola (org.). **Movimiento Indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo**. volumen ii. México: Textos Rebeldes, 2006.
- KLEIN, H. S. **História da Bolívia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- LINERA, Álvaro García. **A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LINERA, Álvaro García. **Forma Valor y Forma Comunidad**. La Paz: Muela del Diablo, 2009.
- LUZ, Davi Antunes da Luz. **O Indígena Andino e a Colonização no Alto Peru: Do período pré-incaico até a independência, um prelúdio da Bolívia como nação inconclusa**. 2020. 163 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- MAESTRI, Mário. **Revolução e Contra-revolução no Brasil: 1530-2019**. Joinville: Clube de Autores, 2019.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2015.
- MARTINEZ, Castulo. **Chile Depredador: El derecho Boliviano al Pacífico; Defendido por un intelectual chileno**. Chile: Castulo Martines, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MAUAD, Ana Maria. Prática fotográfica e a experiência histórica - um balanço de tendências e posições em debate. **Revista Interin**, v. 10, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2010.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 34, p. 9-23, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23.

MESA, José de; GISBERT, Teresa; GISBERT, Carlos D. Mesa. **Historia de Bolivia**. La Paz: Editorial Gisbert y CIA S.A., 2003.

MORALES, Ramiro Condardo. **Zárate, el temible Willka**: Historia de la Rebelión Indígena de 2899. Bolívia: Imprenta y Librería Renovación, 1983.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**: volume I: a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

PLATT, Tristán. **Estado boliviano y ayllu andino**: tierra y tributo en norte de potosí. La Paz: Biblioteca del Bicentenario de Bolivia, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Nova Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

REINAGA, Fausto. **La Revolución India**. Bolívia: Fundación Amáutica “Fauto Reinaga”, 2001.

ROMANO, Rossana Barragán; GARRETT, Ana María Lema; PARADA, Pilar Mendieta (cood.). **Bolivia, su historia**, Tomo IV, Los primeros cien años de la República 1825-1925. Bolivia: Coordinadora de Historia, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

SILVA, Maicon Cláudio da. **O Estado em seu labirinto**: a particularidade do Estado na América Latina. 2019. 121 p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

VACANO, Máximo José de. **Bolivia**: su desarrollo y progreso. Berlin: DREV, 1925.

ZAVALETA, René. **La autodeterminación de las masas**. Buenos Aires, CLACSO, 2015.

ZAVALETA, René. **El Estado en America Latina**. La Paz: Los Amigos del Libro, 1990.